

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA PETRUCCI

"VOU SÓ COM PASSAGEM DE IDA": ENQUADRAMENTO E ASPECTOS
POLÍTICOS DA VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NA COBERTURA DO CASO
ELIZA SAMÚDIO NO PORTAL UOL

CURITIBA

2019

GABRIELA PETRUCCI

"VOU SÓ COM PASSAGEM DE IDA": ENQUADRAMENTO E ASPECTOS
POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA COBERTURA DO CASO
ELIZA SAMÚDIO NO PORTAL UOL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto

CURITIBA

2019

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Petrucci, Gabriela

"Vou só com passagem de ida": enquadramento e aspectos políticos da
violência contra mulher na cobertura do caso Eliza Samúdio no Portal UOL./

Gabriela Petrucci. – Curitiba, 2019.

171 f. : il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação
e Design, Universidade Federal do Paraná.

1.Comunicação. 2. Violência contra a mulher. 3. Relações de gênero. 4.
Jornalismo-Enquadramento multimodal. I.Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE ARTES COMUNICACAO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GABRIELA PETRUCCI** intitulada: **"VOU SÓ COM PASSAGEM DE IDA": ENQUADRAMENTO E ASPECTOS POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA COBERTURA DO CASO ELIZA SAMÚDIO NO PORTAL UOL**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Abril de 2019.

CARLA CANDIDA RIZZOTTO

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

RAYZA SARMENTO DE SOUSA

Avaliador Externo (UFMG)

VALQUIRIA MICHELA JOHN

Avaliador Interno (UFPR)

À Maria (*in memorian*), Joana e Alzira.

AGRADECIMENTOS

Há quem diga que os agradecimentos detalhados devem ser evitados em um trabalho acadêmico, mas eu amo lê-los em qualquer trabalho, mesmo naqueles assinados por pessoas que não conheço. E mais: confesso que sempre fiquei imaginando o que escreveria nesta parte, então, nada mais justo do que finalmente escrevê-la!

Por todo amor e por todo apoio que encontrei, agradeço aos meus pais Angela e Robinson! Saibam que reconheço e aprecio imensamente todo o esforço que vocês tiveram para que eu pudesse chegar até aqui. Amo vocês!

Mãe, foi você minha primeira professora e foi você quem me ensinou a respeitar e admirar essa profissão tão importante.

Pai, obrigada por me estimular a continuar estudando e por me ajudar em cada passo da minha vida profissional.

Vó Joana, obrigada por ter repetido tantas vezes que eu devia estudar para ter o meu "ordenado" e não depender de marido.

Vó Alzira, obrigada por cada mensagem de apoio e de "você precisa descansar" que a senhora me enviou durante esse mestrado.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Carla Rizzotto, agradeço por toda atenção, dedicação e por ter acreditado na minha pesquisa. Agradeço também à banca, que tanto colaborou com a evolução deste trabalho na qualificação e por ter aceitado também o convite para esta defesa: Prof^a. Dr^a. Valquíria John e Prof^a. Dr^a. Rayza Sarmiento. A academia precisa de todas vocês!

Aos professores e professoras do PPGCom por terem me ensinado tanto intelectual e pessoalmente. À CAPES pelo apoio financeiro.

Por ouvirem meus lamentos, por se preocuparem em me ajudar a descansar a cabeça, agradeço às minhas amigas da vida: Melissa Cardoso, Lorena Fassina, Maria Eduarda Gaspar e Mariana Novaes. (Mari, se estou na comunicação hoje, é tudo culpa sua!)

À Rúvila e ao Adônis, por terem sido meu *safe place* tantas vezes nesses últimos anos. Ru, estou com saudades! Adam, muito obrigada por ser o melhor revisor do mundo! Vocês são maravilhosos.

Talvez o agradecimento mais inusitado desta dissertação seja a Liev Tolstói, mas, se não fosse por ele e sua Anna Kariênina, o melhor grupo de apoio acadêmico e de saúde não existiria. Vanessa Bittencourt, Larissa Lemos e Mayra Resende, muito obrigada por tudo!

Às amigas que o PPGCom me trouxe: Erica Bianco, Mariana Figueiredo e Angieli Maros. Sinto falta de encontrá-las com frequência. À Angi, em especial, devo agradecer por ter me dado um dos melhores presentes da minha vida: Canela!

Por último, mas muito longe de ser o menos importante, agradeço ao Pedro Carrão, meu *personal data scientist*, também conhecido como a pessoa que me faz rir todos os dias!

*Ontem desci no ponto ao meio dia
Contramão me parecia
Na cabeça a mesma reza
Deus, que não seja hoje o meu dia
Faço a prece e o passo aperta
Meu corpo é minha pressa
Ouvu-se um grito agudo engolido no centro da cidade
E na periferia? Quantas? Quem?
O sangue derramado e o corpo no chão
(P.U.T.A – Mulamba)*

RESUMO

Uma dificuldade enfrentada pelos movimentos feministas é a de levar discussões concernentes às relações entre gêneros à esfera pública. Segundo Fernandes (2016), isto acontece devido à existência de uma tradição patriarcal opressora que sustenta a dominação do homem e a subordinação da mulher. Diante disso, no que diz respeito às políticas públicas e à legislação, notam-se importantes mudanças no tratamento dado aos direitos da mulher desde as Ordenações Filipinas até a Lei do Feminicídio, sancionada em 2015. Contudo, as discussões sobre violência contra a mulher na mídia nem sempre parecem corresponder a essas transformações sociais. Com o objetivo de discutir os aspectos políticos da violência contra a mulher, a pesquisa analisa a cobertura feita pelo Portal UOL, entre 2010 e 2018, acerca do Caso Eliza Samúdio, em que a mulher de 25 anos foi assassinada pelo então goleiro do Flamengo Bruno Fernandes. Por meio da técnica do enquadramento multimodal, baseada em livro de códigos de elaboração própria, a análise se debruça sobre a narrativa, as imagens e os enquadramentos noticiosos das 741 matérias publicadas pelo UOL, distribuídas entre as editorias “Cotidiano” e “Esporte”. O método desenvolvido por Wozniak et al. (2014) visa proporcionar uma apreensão mais completa a respeito do que é noticiado, uma vez que promove uma sistematização da análise de conteúdo sobre diferentes elementos que compõem a notícia. De orientação longitudinal, a pesquisa conclui que, ao longo dos anos, o jornalismo não apresentou mudanças significativas nos enquadramentos de casos de feminicídio, por ainda levantar questões que relativizam as causas das mortes de mulheres, subvertendo a lógica do crime e trazendo seus assassinos como vítimas, de forma que não se observa um comprometimento da mídia com a promoção de mudanças sociais em direção à proteção dos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: Enquadramento multimodal. Violência contra a mulher. Relações de gênero. Caso Eliza Samúdio.

ABSTRACT

One difficulty faced by feminist movements is to discuss the gender relations in the public sphere. According to Fernandes (2016), this happens due to the existence of an oppressive patriarchal tradition that sustains the man's domination over woman. In this regard, in terms of public policies and legislation, there are important changes in the treatment of women's rights from the Philippine Ordinances to the Law of Femicide, sanctioned in 2015. However, the discussions on violence against women on media does not always seem to correspond to these social transformations. With the objective of discussing the political aspects of violence against women, the research analyzes the coverage made by Portal UOL between 2010 and 2018, about the Case Eliza Samúdio, in which the 25-year-old woman was murdered by the Flamengo Bruno goalkeeper Fernandes in that time. Through the technique of multimodal framing, based on a self-elaborated codebook, the analysis focuses on the narrative, images and news frames of the 741 articles published by UOL, distributed between the "Cotidiano" and "Esporte" sections. The method developed by Wozniak et al. (2014) aims to provide a more complete apprehension about what is reported, since it promotes a systematization of content analysis on different elements that make up the news. Following a longitudinal orientation, the paper concludes that, throughout the years, journalism failed to present significative changes in femicide cases framing, once it still features questions that relativize women deaths causes, subverting the crime logic and bringing the murderers as victims, so that it is not noticed a compromise from the media with the promotion of social changes towards the protection of human rights of women.

Keywords: Multimodal framing. Violence against women. Gender relations. Case Eliza Samúdio.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EXEMPLO DE ENQUADRAMENTO DE INTERESSE HUMANO	78
FIGURA 2 – EXEMPLO DE ENQUADRAMENTO DE INTERESSE HUMANO	78
FIGURA 3 – EXEMPLO DE ENQUADRAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE	80
FIGURA 4 – FOTOGRAFIA DE BRUNO CHORANDO	114
FIGURA 5 – MATÉRIA COM CONFLITO DE ENQUADRAMENTO	118
FIGURA 6 – CARTAZES COM A FOTO DE BRUNO FEITOS POR MULHERES..	126

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TOTAL DE PUBLICAÇÕES POR ANO.....	83
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS POR EDITORIAS DE ACORDO COM O SEXO DOS AUTORES	84
GRÁFICO 3 – NARRATIVIDADE NA COBERTURA DO CASO ELIZA SAMÚDIO...	91
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PAPÉIS ATRIBUÍDOS ENTRE 2010 E 2018	100
GRÁFICO 5 – QUEM SÃO OS HERÓIS DA NARRATIVA.....	101
GRÁFICO 6 – QUEM SÃO OS VILÕES DA NARRATIVA	104
GRÁFICO 7 – QUEM SÃO AS VÍTIMAS DA NARRATIVA	109
GRÁFICO 8 – CENÁRIOS DAS IMAGENS.....	119
GRÁFICO 9 – PESSOA(S) REPRESENTADA(S) NAS IMAGENS	120
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE ÂNGULOS DE CÂMERA UTILIZADOS	121
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS DAS IMAGENS.....	122
GRÁFICO 12 E 13 – RELAÇÕES ENTRE ENQUADRAMENTO DE TRATAMENTO E TEMAS ESPECÍFICOS	133

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR EDITORIA E TIPO DE TEXTO	86
QUADRO 2 – DESCRIÇÕES DETALHADAS DAS IMAGENS MAIS RECORRENTES	113
QUADRO 3 – O ENQUADRAMENTO TEMÁTICO NO CASO ELIZA SAMÚDIO ...	124
QUADRO 4 – RELAÇÕES ENTRE PESSOAS REPRESENTADAS E PERSONAGENS	132

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ÍNDICES DE INCIDÊNCIA DE ENQUADRAMENTOS PRÉVIOS	129
TABELA 2 – ENQUADRAMENTOS PRÉVIOS INCIDENTES NA NOTÍCIA DE 5 DE MARÇO DE 2013.....	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O CASO ELIZA SAMÚDIO	20
1.3 PERCURSO DA PESQUISA.....	25
2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, GÊNERO E NEWSMAKING	27
2.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE E NEWSMAKING	28
2.2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS.....	32
3 DAS PRIMEIRAS FEMINISTAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL	38
3.1 PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	43
3.2 O QUE É GÊNERO	46
4 A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA.....	50
4.1 DIFERENTES NOMES DADOS A VIOLÊNCIAS DE MESMA ORIGEM.....	55
4.1.1 Linha do tempo das respostas legislativas às demandas pelo combate à violência contra mulheres.....	59
5 ENQUADRAMENTO.....	64
5.1 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL.....	72
5.2 ANÁLISE DE NARRATIVA.....	74
5.3 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO VISUAL	75
5.4 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO ..	76
5.4.1 Enquadramento de conflito.....	76
5.4.2 Enquadramento de interesse humano	77
5.4.3 Enquadramento de consequências econômicas	78
5.4.4 Enquadramento de moralidade	79
5.4.5 Enquadramento de atribuição de responsabilidade	79
5.5 CORPUS DE ANÁLISE	81
6 PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL DO CASO ELIZA SAMÚDIO	82
6.1 COBERTURA AO LONGO DO TEMPO.....	82
6.1.1 Autoria	84
6.1.2 Tipos de textos e editorias.....	86
6.2 ANÁLISE DA NARRATIVIDADE	90

6.2.1 Drama.....	91
6.2.2 Emoção	95
6.2.3 Personalização.....	97
6.2.4 Ornamentação estilística	97
6.2.5 Atribuição de papéis	99
6.2.5.1 Herói.....	100
6.2.5.2 Vilão.....	103
6.2.5.3 Vítima	108
6.3 ANÁLISE DE IMAGENS.....	111
6.4 ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO NOTICIOSO.....	122
6.4.1 Enquadramento de tratamento.....	123
6.4.2 Enquadramento prévio	128
6.5 O MACRO ENQUADRAMENTO DO CASO ELIZA SAMÚDIO	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXO I – LIVRO DE CÓDIGOS.....	150
ANEXO II – IMAGENS RECORRENTES COM DESCRIÇÕES.....	161

1 INTRODUÇÃO

Tatiane Spitzner¹. Simone da Silva². Marília Camargo de Carvalho³. Whailly Michele Mendes da Silva⁴. Carla Zandoná⁵. Karina Garófalo⁶. O que estas mulheres têm em comum? Todas elas foram assassinadas entre os meses de julho e agosto de 2018 por homens com quem mantinham ou mantiveram relações afetivas. Estes são apenas alguns dos casos que receberam maior atenção midiática nesse período.

Já no dia 4 de fevereiro de 2019, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) expediu uma nota relatando que, no Brasil, apenas neste início de ano foram registrados 126 feminicídios e 67 tentativas de assassinatos de mulheres. Por isso, o órgão exigia que o Estado implementasse estratégias de prevenção, atendimento às vítimas e punição dos criminosos (BOND, 2019)⁷.

De fato, entre janeiro e março de 2019, histórias como a de Rosineide Bernardes de Andrade⁸, de Joseane Gonçalo Cuerci⁹ e de Cristiane Werneck¹⁰

¹ Em 22 de julho de 2018, a advogada paranaense morreu após cair do quarto andar de um prédio durante uma briga em que foi agredida pelo marido. Mais sobre o caso em: <<http://bit.ly/tatiane-spitzner>>. Último acesso em: 28 fev. 2019.

² Simone estava grávida de 3 meses quando foi morta pelo marido Anderson, no Complexo do Alemão, em 6 de agosto de 2018. O filho do casal, de 3 anos, presenciou a ocorrência. O homem confessou que o motivo do feminicídio foi o ciúme. Mais sobre o caso em: <<http://bit.ly/simone-da-silva>>. Último acesso em: 28 fev. 2019.

³ Marília, que estudava Medicina em Campinas, foi morta pelo namorado no dia 8 de julho de 2018. Após asfixiar a namorada, o rapaz se jogou 16º andar do prédio onde a vítima morava. Mais sobre o caso em: <<http://bit.ly/marilia-camargo>>. Último acesso em: 28 fev. 2019.

⁴ No interior de São Paulo, a jovem de 24 anos foi assassinada a facadas pelo ex-namorado no dia 4 de agosto de 2018, a quem já havia denunciado por ameaça. Mais sobre o caso em: <<http://bit.ly/whailly>>. Último acesso em: 28 fev. 2019.

⁵ No dia seguinte de ter sofrido uma tentativa de estrangulamento por parte do marido Jonas, Carla caiu do 3º andar de um prédio em Brasília enquanto era ameaçada pelo homem com uma faca. Em 2017, Jonas já havia sido preso pela Lei Maria da Penha, que também garantia a restrição de 300 metros de distância entre ele e Carla. Mais sobre o caso em: <<http://bit.ly/carla-zandona>>. Último acesso em: 28 fev. 2019.

⁶ No dia 15 de agosto de 2018, no Rio de Janeiro, Karina foi assassinada a tiros em um crime encomendado pelo ex-marido. O filho da vítima, de 13 anos, estava no local e reconheceu o assassino. Mais sobre o caso em: <<http://bit.ly/karina-garofalo>>. Último acesso em: 28 fev. 2019.

⁷ Informação repercutida pela Agência Brasil. Disponível em: <<http://bit.ly/CIDH2019>>. Último acesso em: 30 mar. 2019.

⁸ No dia 11 de janeiro, em São Luís do Quitunde (AL), Osmar de Barros Portela tentou suicídio depois de esfaquear sua companheira. Há relatos que de a vítima vivia sob constante ameaça. Disponível em: <<http://bit.ly/rosineide>>. Último acesso em: 30 mar. 2019.

⁹ Esfaqueada pelas costas dentro de sua própria casa por um sobrinho, a vítima faleceu no dia 26 de janeiro de 2019, em Duque de Caxias (RJ). Disponível em: <<http://bit.ly/joseane-goncalo>>. Último acesso em: 30 mar. 2019.

¹⁰ Giovani Jefferson de Souza, que já havia sido preso há oito anos por ter agredido uma ex-companheira, foi preso em 8 de março pela morte de outra ex-companheira, cujo corpo apresentava traumatismo craniano e diversas lesões. Disponível em: <<http://bit.ly/cristiane-werneck>>. Último acesso em: 30 mar. 2019.

tornaram-se mais recorrentes nos noticiários. Uma pesquisa conduzida pelo G1 tendo por base os dados oficiais dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal revelou um aumento de 12% de feminicídios registrados em 2018 em relação a 2017¹¹.

Sancionada em março de 2015 pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei do Feminicídio (nº 13.104) altera o artigo 121 do Código Penal de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. De acordo com o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹², divulgado no dia 9 de agosto de 2018, foram registrados 1.133 crimes de feminicídio no Brasil em 2017, 82% a mais do que no ano anterior.

Na letra da lei, o feminicídio é o homicídio praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015). Carmen Hein de Campos (2015) explica que, dentro da teoria feminista, a morte de mulheres passou a ser estudada por Diana Russel em 1976 sob a nomenclatura “femicídio” buscando oferecer um contraponto à neutralidade que a palavra “homicídio” remetia. Posteriormente, refletindo acerca da não punição em casos de violência contra a mulher, Marcela Lagarde (2007) preconiza o uso de “feminicídio”, exprimindo crítica política ao Estado, que se omite diante desses crimes. Apesar das diferenças conceituais, ambos os vocábulos costumam ser usados como sinônimos sem prejuízo.

Em matéria para a agência de notícias do Conselho Nacional de Justiça¹³, Manuel Carlos Montenegro (2018) escreve que devido ao contexto prévio, em que se calculava 3.937 **homicídios**¹⁴ de mulheres em 2003 e 4.762 em 2013, os juízes têm trabalhado sobre numerosos processos de feminicídio, de modo que, somente em 2017, foram emitidas 4.829 sentenças para casos desse tipo.

Apesar desse esforço, ainda há falta de pessoal capacitado para esse tipo de julgamento. Ao final de 2017, eram 10.786 processos de feminicídio acumulados, aguardando solução. Contudo, ainda que esse número pareça muito alto, nota-se que o número de casos que chega à Justiça não corresponde à realidade:

¹¹ Relatório disponível em: <<http://bit.ly/g1feminicidio>>. Último acesso em: 30 mar. 2019.

¹² Relatório completo disponível em <<http://bit.ly/12anuario>>. Último acesso em: 2 out. 2018.

¹³ Matéria completa disponível em <<http://bit.ly/feminicidio-cnj>>. Último acesso em: 18 ago. 2018.

¹⁴ Destacamos o uso do termo homicídio, pois há casos em que o assassinato de mulheres não se enquadra como crime de feminicídio, por exemplo em mortes ocasionadas pela violência urbana.

Ao consultar os 27 tribunais de Justiça para elaborar o levantamento, o DPJ/CNJ [Departamento de Pesquisas Judiciária do Conselho Nacional de Justiça] notou que os tribunais tinham dificuldades técnicas para registrar corretamente ações de feminicídio nos seus sistemas estatísticos, principalmente devido ao fato de o tipo penal ser relativamente recente. [...] Em alguns casos, o número baixíssimo de casos (especialmente em 2016) indica evidente subnotificação do fenômeno. (MONTENEGRO, 2018)

Em 2010, 4.465 mulheres foram vítimas de **homicídio** no Brasil¹⁵, entre elas Eliza Samúdio, uma modelo de 25 anos cuja morte foi repercutida em jornais de todo o país; principalmente, por conta da fama de seu suspeito central, o então goleiro do Flamengo Bruno Fernandes. Oliveira (2013)¹⁶ afirma que Eliza não hesitou em recorrer à mídia em busca de justiça para seu filho, mencionando a exemplo disso uma matéria publicada pelo Jornal Extra¹⁷ em que Eliza denunciou que o jogador não vinha arcando com as despesas de Bruninho.

Segundo a cobertura do Portal UOL, iniciada em 29 de junho de 2010¹⁸, a mulher estaria desaparecida desde o dia 5 do mesmo mês, quando deixara o Rio de Janeiro rumo a Belo Horizonte, a fim de levar seu filho de 4 meses ao encontro de Bruno, a quem ela processava visando ao reconhecimento da paternidade da criança. Conforme levantado por Oliveira (2013), Eliza teria contado a uma amiga que, nessa ocasião, ele assumiria a paternidade.

Bruno e Eliza se conheceram em maio de 2009. Em agosto do mesmo ano, Eliza anunciou publicamente sua gravidez. O filho do casal nasceu em fevereiro de 2010. Bruno fora casado com Dayanne, mas, à época do desaparecimento de Eliza, estava envolvido com Ingrid, sua atual esposa. As duas mulheres são citadas diversas vezes no decorrer do caso, inclusive protagonizando notícias. Além delas, Bruno

¹⁵ Dado apresentado pelo Mapa da Violência 2012 – Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2012).

¹⁶ Os detalhes pontuais a respeito do Caso Eliza Samúdio estão em conformidade com a apuração feita por Oliveira (2013) na dissertação “A Interferência da Mídia no *Animus* dos Jurados em decisões proferidas pelo Tribunal do Júri: um estudo do caso Eliza Samúdio”. A autora se baseia em documentos e depoimentos processuais.

¹⁷ A despeito de não termos encontrado, em específico, a publicação referida por Amanda Alves Oliveira (2013), encontramos uma denúncia em vídeo divulgada pelo Jornal Extra em 13 de outubro de 2009, na qual Eliza conta que foi agredida por Bruno, obrigada a ingerir substâncias potencialmente abortivas e ameaçada de morte. Disponível em: <<http://bit.ly/extra-denuncia>>. Último acesso em: 11 set. 2018.

¹⁸ Matéria disponível em: <http://bit.ly/ESPORTE_290610A>. Último acesso em: 30 set. 2018.

também teve um relacionamento com Fernanda, condenada a cinco anos de prisão pelo sequestro da criança (OLIVEIRA, 2013).

Conforme a apuração de Oliveira (2013), no dia 4 de junho de 2010, Eliza teria ido se encontrar com Bruno no Rio de Janeiro para, depois, seguirem viagem para Belo Horizonte. Como consta nos autos, a mulher e seu filho foram levados por Macarrão e Jorge (menor de idade) – amigo de infância e primo do jogador, respectivamente – à casa de Bruno no Recreio dos Bandeirantes. O primeiro ato de violência ocorrido neste crime é relatado já neste momento: eles a agrediram com coronhadas na cabeça, enquanto ela segurava Bruninho no colo. O sangramento causado sujou o banco do carro.

À casa de Bruno também foi levada Fernanda, com o propósito de que ela cuidasse de Bruninho. Posteriormente, Fernanda, consoante ao que foi reportado pelo Portal UOL¹⁹, contou à apresentadora de TV Ana Maria Braga que:

Eu estava em casa e recebi uma ligação do Macarrão pedindo que eu fosse à casa dele porque ele estava muito nervoso. Ele estava nervoso no telefone. Perguntei se tinha acontecido alguma coisa e ele disse que não estava se sentindo bem, vem aqui por favor. Fui para lá sozinha. Quando cheguei lá ele, ele falou: 'estou precisando da sua ajuda, uma amiga minha se machucou em um assalto, e ela foi pro hospital, pediu pelo amor de deus, que ela não tem parente aqui, que eu tomasse conta do bebê, e eu não sei cuidar de criança', e aí deixou o bebê comigo... Ele disse que era uma amiga dele. Ele me ligou da casa do Bruno. O Bruno tinha ido treinar e foi se concentrar, junto com o time do Flamengo, porque ele iria jogar no sábado. Perguntei: 'ela vai demorar muito?' Eu questionei, ele disse: 'Não ela está no hospital, esse assalto que ela sofreu, ela acabou se machucando e ela foi pro hospital (MACHADO, 2010).

Quando se encontrou com Bruno, Eliza teria pedido 50 mil reais em troca de seu silêncio sobre a agressão, alegando que “contaria à mídia” o que houve. No dia 5 de junho, Bruno e Fernanda teriam viajado para Belo Horizonte em um carro, enquanto Macarrão e Jorge levavam Eliza e Bruninho em outro veículo para o mesmo local, um sítio ao qual chegaram todos no dia 6. Oliveira (2013) constata que é a partir deste ponto que as versões dos fatos começam a divergir.

Eliza teria sido morta no dia 10 de junho, quando fora levada por Macarrão, Sérgio e Jorge à casa de Bola, que era um policial civil. A pretexto de verificar se havia vestígios de drogas nas mãos da mulher, ele pediu que ela estendesse suas mãos e,

¹⁹ Matéria completa disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_300710C>. Último acesso em: 12 set. 2017.

“aproveitando-se, por trás, asfixiou-a com os braços, ela caiu ao solo, daí tê-la [sic] esquartejado e seu corpo jogado aos cães” (OLIVEIRA, 2013).

Um ponto importante na cronologia do caso diz respeito à queixa registrada por Eliza em outubro de 2009, segundo a qual o jogador a teria obrigado a tomar substâncias abortivas. Na época, embora o exame de urina realizado por ela comprovasse a existência dessas substâncias, houve um movimento por parte dos peritos no sentido de culpabilizá-la, afirmando-se que tais compostos também podiam ser resultado da interação entre álcool e tabaco²⁰.

A delegada Maria Aparecida Mallet, que recebeu a denúncia de Eliza na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Jacarepaguá, requisitou junto à Justiça uma medida protetiva contra Bruno, em prol da integridade de Eliza. No entanto, a juíza Ana Paula Delduque Migueis Laviola de Freitas a denegou, justificando que a Lei Maria da Penha agiria em benefício das mulheres que sofressem violência doméstica ou familiar em uma relação afetiva, o que julgou não ser aplicável ao relacionamento de Bruno com a mãe de seu filho²¹.

No inquérito no Rio, Bruno foi indiciado no final do ano passado [2009] por tentativa de aborto, ameaça, cárcere privado e lesão corporal. Exames realizados pela vítima no IML (Instituto Médico Legal) constataram lesões leves. O caso foi enviado ao Ministério Público, mas o promotor responsável mandou o inquérito de volta às autoridades policiais, alegando carência de subsídios técnicos (UOL, 2010).

O resultado da morosidade do deferimento da medida protetiva, assim como da intensa descrédibilização sofrida por Eliza, foi o seu assassinato. A frase "vou só com passagem de ida" que intitula o nosso trabalho foi proferida pela mulher desamparada pela justiça, que sabia do risco que corria ao aceitar se encontrar com Bruno com o objetivo de comprovar a paternidade de seu filho.

²⁰ Informação em conformidade com o que foi noticiado pelo Portal UOL em julho de 2010, durante as investigações sobre a morte de Eliza. Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_060710>. Último acesso em: 1 mar. 2019.

²¹ A cobertura sobre a denúncia feita por Eliza foi feita majoritariamente pelo Jornal Extra. A negação da medida protetiva por parte da juíza foi noticiada primeiramente em julho de 2010 e, depois, atualizada em dezembro do mesmo ano. Disponível em: <<http://bit.ly/medida-protetiva>>. Último acesso em: 1 mar. 2019.

A memória [do computador examinado] pela polícia revelou que Eliza teria trocado centenas de mensagens eletrônicas (pelo MSN) com amigos e havia demonstrado receio das investidas do goleiro, depois de ter sido agredida por ele. Nessa época, Eliza se escondeu do jogador e se recusava a dar seu endereço. 'Bruno é maluco' e à 'terra do Bruno vou só com passagem de ida. Vão me matar lá', teria escrito aos amigos (BRAGON, 2012).²²

Seis meses depois da morte anunciada, em dezembro de 2010, Bruno e Macarrão tiveram prisão decretada pelos crimes cometidos em 2009, a saber: lesão corporal, cárcere privado e constrangimento ilegal²³.

Por estar permeado por uma série de dramas pessoais, o Caso Eliza Samúdio poderia, erroneamente, ser entendido como mais um problema que deveria ter sido mantido entre quatro paredes, pois, como afirmam Biroli e Miguel (2014), é comum que assuntos ligados à esfera privada e às relações afetivas sejam abordados sem que se considere a variável política.

A história de Daniela Alves denuncia a gravidade do *modus operandi* dessa despolitização. A jovem foi assassinada em janeiro de 2019 pelo marido, em Fazenda Rio Grande (PR), dentro de sua própria casa. Seus gritos podiam ser ouvidos pela vizinhança, o que deu origem a oito chamadas com pedidos de ajuda à polícia, sendo que uma dessas ligações inclusive demonstrava o temor de que a mulher já podia estar morta e, em outra, enfatizou-se que uma criança, filha do casal, estava presenciando toda a agressão e, possivelmente, também estava sendo espancada.

A primeira ligação dos moradores para a polícia foi registrada às [sic] 1h da madrugada. Emerson matou Daniela às 1h40. Segundo a polícia, a viatura só chegou ao local do crime às 2h20. Entre a primeira ligação e a chegada dos policiais, se passou uma hora e vinte (RIBEIRO E KIRSCHKE, 2019)²⁴.

O motivo para a negligência policial foi revelado pelo tenente-coronel Manoel Jorge dos Santos Neto: tratava-se simplesmente de uma briga de casal.

²² Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_070712>. Último acesso em: 5 mar. 2019.

²³ Fato noticiado pelo Portal UOL em 7 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_071210B>. Último acesso em: 1 mar. 2019.

²⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/daniela-a-pr>>. Último acesso em: 2 abr. 2019.

‘É óbvio, a vida da Daniela se foi, nós não temos como trazê-la de volta, a Polícia Militar está consternada com este fato. Tanto que desde a época que o fato ocorreu, nós tomamos medida de melhorar esse atendimento, a nossa tábua de prioridade obviamente que vai ser melhor. Mas veja, é uma questão de atendimento familiar. Se o marido mata a esposa, infelizmente é uma questão familiar que daí se torna um crime’, disse o tenente-coronel (BEM PARANÁ, 2019)²⁵.

A magnitude do crime cometido contra Eliza e do feminicídio de Daniela lançaram esses eventos à esfera pública, projetando as ocorrências de violência contra as mulheres como um fenômeno que deve ser olhado pelas lentes da política.

Bandeira (2008, p. 9) sinaliza os assassinatos de mulheres como um importante “fato/fenômeno da vida pública e política” que muitas vezes é banalizado no cotidiano nacional, de forma que passa a se ignorar que a sua origem tem “uma relação direta entre poder e masculinidade. E essa se constitui na matriz relacional hegemônica das *relações sociais de gênero*” (destaques da autora).

Diante disso, faz sentido que haja esforço em tratar da violência contra a mulher em âmbito político, tanto porque estamos lidando com relações baseadas no poder, em que as diferenças de socialização entre homens e mulheres legitimam o uso da violência como forma de garantir a virilidade e a honra masculina (BANDEIRA, 2008); quanto porque há necessidade de que o Estado intervenha na esfera privada a fim de proteger a vida da mulher²⁶ (BIROLI, 2014).

Cumprindo com o compromisso firmado em diversos protocolos, convenções e tratados internacionais de que é signatário²⁷, o Brasil vem registrando significativas mudanças em relação às políticas públicas e garantia de direitos para as mulheres. Em 1996, promulgou-se o Decreto nº 1.973, criado em função da Convenção de Belém do Pará, que define a “violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996).

Em momentos subsequentes, ocorreram alterações no Código Penal com o intuito de garantir a integridade da mulher. Por ora, destacamos a tipificação da “violência doméstica” (Lei nº 10.886/2004), a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)

²⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/daniela-pm>>. Último acesso em: 2 abr. 2019.

²⁶ No capítulo 4, discutimos com atenção as relações entre o feminismo e a questão do que é público e o que é privado. Por agora, esclarecemos que a intervenção do Estado na vida privada da mulher é um ponto de tensão na teoria política feminista.

²⁷ A respeito dos documentos assinados pelo Brasil, consultar Pré e Epping (2012).

e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) (FERNANDES, 2015). Na seção 4.1.1 deste trabalho expomos com mais detalhes essas “respostas legislativas”.

Ocorrido em 2010, portanto, o Caso Eliza Samúdio toma lugar num momento em que as discussões a respeito da violência contra a mulher já vinham conquistando espaço na esfera pública. Com isso, colocamos nossa inquietação a respeito do tipo de abordagem feita pela mídia em casos de violência contra a mulher ao longo dos anos, buscando compreender se houve mudanças significativas no tratamento dispendido às mulheres.

Observando novos desdobramentos sobre o Caso Eliza Samúdio no ano de 2017, entre os meses de março e outubro, com grande repercussão nas mídias sociais, selecionamos este como nosso objeto empírico por considerarmos uma oportunidade para o desenvolvimento de um estudo longitudinal.

1.1 OBJETIVOS DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA

Formulamos, então, a pergunta que norteia este trabalho: pensando os aspectos políticos da violência contra a mulher, de que maneira se deu o enquadramento do Portal UOL sobre o Caso Eliza Samúdio entre os anos de 2010 e 2018?

O período de oito anos analisado nesta dissertação serve ao nosso objetivo de verificar se ao longo do tempo houve mudanças no enquadramento formado pelo Portal UOL a respeito do Caso – tangenciando, por consequência, o enquadramento sobre a violência de gênero²⁸.

Mendonça e Simões (2012, p. 79) explicam que o conceito de enquadramento foi proposto em 1954 por Gregory Bateson, que pensava a respeito das interações no campo da psicologia. Para o autor, elas são ancoradas em “quadros de sentidos que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos”.

Neste trabalho, alinhamos nosso entendimento de enquadramento à perspectiva construtivista, pois partimos da compreensão de que esta é uma qualidade intrínseca ao jornalismo devido às rotinas de produção, conforme Tuchman (1978). Além disso, também consideramos que há uma dimensão cultural atrelada ao

²⁸ Adiante, na seção 4.1, discutimos a indefinição em relação à terminologia mais adequada: “violência de gênero” ou “violência contra a mulher”.

framing, o que se expressa em nível coletivo a partir de construções sociais (VIMIERO e DANTAS, 2009; SCHEUFELE, 1999; GAMSON E MODIGLIANI, 1989; D'ANGELO, 2002). Discutiremos mais detalhadamente as nuances deste conceito no capítulo 5.

Para a nossa análise, mobilizamos a técnica do enquadramento multimodal, proposta por Wozniak, Lück e Wessler (2014), com o intuito analisar de maneira total os quadros formados a partir da conjunção de diferentes elementos utilizados pela publicação: o enquadramento noticioso, o enquadramento visual e a narrativa.

Com base na explanação de Bandeira (2008) sobre Blay (2008), partimos da percepção de que há um dissenso entre os avanços das conquistas dos direitos das mulheres em contraposição com “uma realidade [que] evidencia uma expressiva quantidade de casos cotidianos de assassinatos de mulheres” (BANDEIRA, 2008). Estudando uma série de notícias que repercutiam casos de violência contra a mulher, Blay (2008) afirma que, na década de 1960,

Quando tais abusos chegavam à mídia, eram coloridos com versões preconceituosas. Culpava-se a mulher pelo estupro, qualquer que fosse sua idade. Incesto simplesmente era negado. O homicídio de mulheres era ‘explicado’ tendo como base supostas ‘naturezas’ diferentes conforme o sexo biológico do indivíduo que, conseqüentemente, diferenciava os direitos do homem e da mulher. A mídia reproduzia tais valores e era complacente com o homem que estuprava uma enteada criança ou adolescente (BLAY, 2008, p.51).

Prosseguindo com uma análise voltada às publicações da década de 1990, a autora observa algumas mudanças no que tange a equidade de gênero:

Até a década de 1980, as vítimas eram apresentadas como causadoras de sua própria morte e havia um visível apoio aos assassinos – que seriam ‘levados’ ao crime pela suposta conduta infiel da mulher, por ela querer romper um relacionamento, ser desobediente, descuidar da casa ou da comida. Na última década do século XX, o noticiário se tornou mais investigativo, relativamente neutro e com tendência a questionar julgamentos que facilitavam a fuga dos réus (BLAY, 2008, p. 97).

Entretanto, nota-se, ao mesmo tempo, que a cobertura midiática de casos de homicídios de mulheres tornou-se frequente, de modo que esse tipo de crime deixou de causar espanto, tendo entrado para o “rol da violência esperada” (BLAY, 2008, p. 97). Nesse sentido, a autora ainda expõe que, ao inverso, quando se noticiam casos de mulheres assassinas, são reproduzidos estereótipos de gênero que atribuem a

violência feminina a características ligadas a uma suposta leviandade (e não à possível autodefesa, por exemplo).

Além disso, a autora ainda aponta para a carência de informações conforme a classe social da vítima, bem como a falta de insistência para que o crime seja solucionado. Da mesma forma, há um esforço por parte da mídia para que a fragilidade da mulher seja sempre evocada; a partir de descrições detalhadas acerca dos relacionamentos entre vítimas e agressores, valida-se constantemente a “masculinidade, um fulminante desejo de vingança mesclado à vontade de se mostrar superior para o grupo” (BLAY, 2008, p. 83).

Assim, pretendemos averiguar como essas impressões formuladas por Blay (2008) se consolidaram – ou não – na década de 2010, diagnosticando por meio da análise de enquadramento multimodal se ao longo da cobertura do Caso Eliza Samúdio houve mudanças nos enquadramentos formados pelo Portal UOL, tendo em vista especialmente os aspectos políticos da violência contra a mulher.

O objeto de nossa análise é o portal de notícias UOL, pois, em 2010, ano em que o crime ocorreu, este era o site de notícias mais acessado do Brasil, tendo se mantido assim até meados de 2016, quando deu lugar ao Globo.com e passou a ocupar a segunda posição²⁹.

Segundo Blay (2008, p. 87), “a mídia escrita é um bom instrumento para aferir valores, hábitos e opiniões de diferentes camadas da sociedade”. Seguimos, portanto, a lógica da autora, que optou pela análise de notícias por considerar, dessa forma, ser possível instrumentalizar o delineamento de perfis de vítimas e agressores.

Em nosso caso, a escolha pela análise de jornalismo escrito em meio digital deu-se por conta de características que o diferenciam, como a instantaneidade (BRADSHAW, 2014) e hipertextualidade (CANAVILHAS, 2014). Conforme Herscovitz (2009), os portais de notícias oferecem uma série de funcionalidades, como e-mail gratuito, por exemplo, além de (re)produzirem conteúdos semelhantes aos da mídia tradicional.

Com base em Silva Jr (2000), a autora afirma que dentre os demais serviços oferecidos pelos portais encontra-se um esforço em manter sua audiência conectada e proporcionar a ela uma sensação de pertencimento (HERSCOVITZ, 2009). Destaca-

²⁹ Informações conforme a plataforma Alexa, disponível em: <<http://bit.ly/Alexa-UOL>>. Último acesso em: 1 out. 2018.

se também a não linearidade da produção jornalística, o que nos remete à hipertextualidade de Canavilhas (2014), que a define basicamente como “nós e *links*”.

Canavilhas (2014) destaca que a hipertextualidade está fundada em um conjunto de documentos que pode ser explorado de forma não-sequencial, oferecendo liberdade ao leitor, de forma que possam ser feitas diferentes associações entre as informações, que devem ser suficientes em si mesmas e, ao mesmo tempo, relacionais.

Para nós, a hipertextualidade está metaforicamente relacionada à cobertura continuada, cujos desdobramentos vão sendo descobertos aos poucos pelos leitores que acompanham o caso e leem-no numa ordem independente, que não deixa de fazer sentido quando uma publicação é olvidada, mas, para o leitor interessado, oferece a possibilidade de aprofundar-se. Além disso, a experiência da hipertextualidade foi experimentada por nós durante a fase de coleta das publicações que compõem nosso *corpus*, uma vez que diversas matérias que escapassem da nossa filtragem ainda nos eram reportadas por meio de *links*.

Refletindo sobre as demais características encontradas na cobertura aqui analisada, identificamos a instantaneidade. Uma vez que o acompanhamento de tragédias desperta a curiosidade da audiência (DADER, 2007), entendemos que o acesso frequente a novas informações é desejável, de modo que “quando um repórter especialista descobre algo de interesse amplo, seus leitores cuidam de realizar a propagação de maneira mais rápida do que qualquer outro jornalista poderia reproduzir” (BRADSHAW, 2014, p. 112).

Discorrendo a respeito da configuração de um ritmo de consumo de notícias próprio da internet, Bradshaw (2014) cita Danah Boyd (2010) para explicar que os leitores, apesar de não estarem plenamente conscientes, buscam se informar quando a notícia é mais relevante. Assim, a publicação imediata de matérias “é uma qualidade que se faz sentir em todas as notícias, em que os usuários podem agora ultrapassar o jornalista e a história, chegar à testemunha, à cena; ao que está ocorrendo no momento” (BRADSHAW, 2014, p. 116).

Com isso, a noção de instantaneidade dá conta da construção social da realidade tanto no que toca a rotina de produção jornalística, que deve ser alterada a fim de atender a essa urgência, quanto no que concerne à audiência, que se preocupa em obter novas informações para se manter atualizada acerca de desdobramentos de um evento já em curso.

Usufruindo do jornalismo *on-line*,

Quando um amigo escuta algo, nós também escutamos. Não apenas isso: quando algo que vale a pena ser noticiado acontece, o usuário pode procurar por mais informação; não mais dependemos dos 'meios de comunicação', e a instantaneidade do consumo se torna um fator de composição (BRADSHAW, 2014, p. 118).

Por fim, vale acrescentar que as características do jornalismo *on-line* aqui apresentadas estão de acordo com a experiência que tivemos em âmbito pessoal no decorrer dos anos de cobertura do Caso Eliza. Mais especificamente no que diz respeito às notícias veiculadas durante o ano de 2017, quando esta pesquisa era apenas um embrião.

Neste momento, voltávamos nosso olhar para a violência contra as mulheres com as lentes da academia, de modo que ver a história de Eliza voltar às páginas dos jornais e aos *Trending Topics* do Twitter nos atentou para um objeto concreto que merecia ser estudado no campo da comunicação e política.

A fim de nos aproximarmos de nosso objeto empírico, propomo-nos, na próxima seção, a revisitar a literatura acadêmica produzida no decorrer dos anos no Brasil. Para tanto, realizamos buscas pelas palavras-chave “Eliza Samúdio” e “Goleiro Bruno” no Google Acadêmico e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

1.2 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O CASO ELIZA SAMÚDIO

Observamos que o Caso Eliza Samúdio provocou uma série de preocupações no campo do Direito, várias delas relacionadas à cobertura midiática. Além da dissertação de Oliveira (2013), foram encontrados outros 10 trabalhos sobre este Caso, dos quais 5 (todos artigos científicos) buscam investigar a suposta influência midiática no processo penal.

A pesquisa de Oliveira (2013), desenvolvida na área do Direito, promoveu uma comparação entre os enunciados feitos pelo Tribunal do Júri e aqueles veiculados pela mídia acerca do Caso Eliza Samúdio. A autora caracteriza os dois tipos de discursos, afirmando que, dentro de um processo judicial, o discurso tem “duração prolongada de uma marcha processual, sendo que tudo é previsível ante sua descrição prévia na lei”. Segundo ela, a mídia, por outro lado, é imediatista,

priorizando acima de tudo a publicação rápida, sem seguir nenhum tipo de rito (OLIVEIRA, 2013, p. 75).

Para a autora, a condenação de Bruno ratificou um veredito que já vinha sendo sugerido pela mídia, uma vez que o julgamento feito pelo Tribunal do Júri considera a opinião do povo, que, segundo ela, “confirmou o que escutou” nos três anos que antecederam a sentença (OLIVEIRA, 2013).

Mendonça (2013, p. 370) parte do pressuposto de que a mídia “dita regras, molda e forma opiniões” para concluir que “a mídia pode influenciar as decisões do Júri através de julgamentos e pré-condenações que faz por meio de seus veículos”. Fernandes e Rocha (2015) analisam nos casos Eliza Samúdio, Daniella Perez e Escola Base as imagens de vítima e de vilão no que chamam de “condenação prévia da mídia”, a qual interfere no Judiciário. As autoras concluem que

o que temos atualmente é a extrapolação da supremacia da mídia em controlar o pensamento da massa, gerando prejuízos irreversíveis para os escolhidos [as classes dominantes]. Diante disso, ao intensificar o processo de vitimização do ofendido e a imagem de vilão do suposto agressor, em casos escolhidos milimetricamente, a mídia acentua demasiadamente a propagação de notícias sobre o caso, tornando-o praticamente inesquecível e gerando danos irreversíveis aos supostos vilões (FERNANDES E ROCHA, 2015, p. 129).

Leite e Carbone (2014; 2015) discutem em três textos a temática “mídia e violência”. Estes trabalhos promovem análises linguístico-discursivas sobre como a mídia apresentou ao público o Caso Eliza Samúdio no sentido de direcioná-lo a um pré-julgamento. As autoras consideram que a mídia perpetua a violência, influenciando e sendo influenciada pelas massas.

Na comunicação, foram encontrados cinco trabalhos sobre o caso abordado nesta dissertação, sendo uma monografia, dois artigos em periódicos e, em anais de eventos, um resumo e um artigo. Freitas (2014), autora do resumo, dedicou-se à análise de reportagens sobre assassinatos de mulheres publicadas pelo Jornal Zero Hora, destacando-se aquelas referentes ao Caso Eliza Samúdio, a fim de “compreender a construção social da mulher vítima de assassinato pelas mídias”. A autora conclui que homens e mulheres são retratados pela mídia de forma desigual, além de perceber que há ênfase na suposta carreira de atriz pornô e de prostituta da vítima, o que favorece a criação de estereótipos de gênero que culpabilizam a mulher pela violência sofrida.

Na monografia de Lugão (2010) é analisado o jornalismo sensacionalista feito pelo programa Brasil Urgente com o objetivo de melhor compreender suas funções e as possíveis consequências desse estilo. Por meio do Caso Eliza Samúdio, a autora identifica padrões utilizados pelo gênero em questão, como a utilização de linguagem pobre e de fotos e vídeos explícitos a fim de chocar e comover seu público.

Mendonça e Sarmiento (2017) e Simões e Lima (2018), por sua vez, analisam em seus artigos o Caso Eliza Samúdio à luz da teoria do acontecimento de Louis Quéré. Enquanto os primeiros buscam verificar se a cobertura dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo sobre os casos Eliza e Luana Piovani banalizaram as discussões a respeito da Lei Maria da Penha ou se suscitaram o debate público; as segundas investigam os sentidos e valores da sociedade revelados pelo acontecimento a partir da análise de 200 publicações feitas pelos mesmos jornais.

Conforme Mendonça e Sarmiento (2017), um dos fatores identificados na cobertura do Caso Eliza diz respeito à omissão do Estado, que não a protegeu, embora ela houvesse registrado queixa contra Bruno anteriormente.

É essa mesma busca por explicações que tenta tornar menos atípico o acontecimento (o sumiço), fixá-lo em algum ponto de referência conhecido. A (3) normalização do caso Eliza trouxe o ‘apelo sem resposta’, a ‘burocracia’ como uma das causas possíveis para o ‘fim trágico’, já que a moça ‘temia novas agressões e passou pelos balcões de várias repartições públicas’ em busca de proteção (BRUNET; ROCHA, 2010) (MENDONÇA; SARMENTO, 2017, p. 856).

Os autores também apontam para o aspecto sociocultural do acontecimento, segundo o qual se entende que a Lei Maria da Penha só poderia ser acionada no caso de um relacionamento doméstico, estabelecendo-se juízo de valor sobre o fato de que Eliza não se encontrava em um relacionamento estável a fim de se corroborar uma desvalorização da mulher que não desempenha seu papel ideal de mãe e esposa (MENDONÇA; SARMENTO, 2017).

Essa tensão pública em torno do escopo da Lei Maria da Penha desencadeia uma controvérsia sobre um problema ético-moral. Afinal, o que se entende por justiça e que laços sociais devem ser protegidos com normas legais específicas? Uma leitura mais restrita indica que a lei se volta à proteção de mulheres que têm uma relação duradoura e estável (provavelmente de coabitação) com homens, estando cotidianamente expostas ao perigo da violência em uma arena privada. Uma leitura mais ampla advoga, entretanto, que a lei foi construída para proteger mulheres em geral de todo tipo de violência ou, mesmo, o lado supostamente mais fraco em uma relação afetiva (MENDONÇA; SARMENTO, 2017, p. 858).

Diante dessas considerações, os autores concluem que tanto o Caso Eliza Samúdio quanto o Caso Luana Piovani se constituíram como acontecimentos que expuseram as controvérsias da aplicação da Lei Maria da Penha, resultando em discussões ético-morais, bem como em torno de questões relativas ao interesse público para a construção de uma justiça universal. “A potência política do acontecimento fica clara na sua capacidade de tornar visíveis tensões sociais latentes” (MENDONÇA; SIMÕES, 2017, p. 859).

No estudo de Simões e Lima (2018), chama-se atenção para o poder de exprimir o problema público da violência contra a mulher que o acontecimento Eliza Samúdio tem. Entende-se que “a mídia e a sociedade estão intrinsecamente relacionadas, são espaços em que os acontecimentos não só são produzidos e reporta sentido” (SIMÕES; LIMA, 2018, não p.).

Segundo as autoras, o interesse do público pelo Caso Eliza Samúdio foi despertado devido à participação do goleiro Bruno Fernandes, embora, a princípio, esse envolvimento fosse negado. Ao final do mês de junho, no entanto, o filho do casal foi encontrado com Dayanne, a ex-esposa do jogador; também nesta fase começam a surgir denúncias anônimas feitas à polícia, registrando que a mãe de Bruninho havia sido agredida (SIMÕES; LIMA, 2018).

O enquadramento geral utilizado, no início da cobertura jornalística (final do mês de junho de 2010), é o desaparecimento de uma ex-namorada do goleiro do Flamengo, envolvido na história. Com o passar dos dias, os depoimentos e o avançar da investigação, 'crime de homicídio' começa a ser um quadro mobilizado. Observamos a disputa pelos sentidos desse enquadramento pela falta de corpo, materialidade substantiva, prova irrefutável da morte. O mundo jurídico, com os jargões e os meandros da lei aparecem em vários momentos, inclusive nos comentários de leitores, alegando a impossibilidade de julgar um crime pela inexistência de um cadáver (SIMÕES; LIMA, 2018, não p.).

Apontando outros casos de assassinatos de mulheres que foram enquadrados que maneiras diferentes pela mídia (a saber: Eloá – sequestro; Ângela Diniz e Eloisa Ballesteros – crimes passionais), as autoras discutem que as descrições do acontecimento Eliza Samúdio implicam em enquadramentos compartilhados socialmente, que “nos ajudam a pensar como o acontecimento afeta a sociedade, expõe sentidos e diz sobre as próprias pessoas” (SIMÕES; LIMA, 2018, não p.). Nesse sentido, destacam que detalhes sobre as vidas tanto de Bruno quanto de Eliza são evocados para explicar o acontecimento, assim como o próprio acontecimento dá

status à vítima, tratando-a como personalidade por ter se envolvido com um jogador famoso.

Por fim, na área da Comunicação, o Caso Eliza Samúdio é estudado por Oliveira (2012), que examina como o telejornalismo auxilia na construção da memória social e do discurso. Seguindo uma linha próxima à do pano de fundo pragmático proposto por Simões e Lima (2018), a autora se preocupa em identificar a vítima, notando que seu nome é, frequentemente, associado a termos que podem acarretar preconceito, como “modelo” ou “ex-amante”. Com isso, percebe-se que a associação de Eliza à figura de “Maria Chuteira” a coloca em lugar de descrédito.

Pensando especificamente acerca do discurso, Oliveira (2012) afirma que aquilo que não é dito é especialmente significativo para este tipo de análise. Com isso, nota que o crime de grande repercussão e de regularidade noticiosa se utiliza da desqualificação em função da “má reputação” da vítima para apagar sua memória e continuar dando voz ao seu algoz.

Em março de 2012, um ano e oito meses após o crime, pela primeira vez a defesa de Bruno admitiu que Eliza foi assassinada. [...] Eliza era uma "coisa", sem importância, cuja vida poderia ser desprezada, queimada, sem deixar vestígios - como fazem os criminosos mais cruéis, com seus inimigos. É difícil imaginar que a frieza da narrativa possa ser aplicada a uma moça de 25 anos que deixou órfão um bebê de apenas quatro meses! Mas "a mãe" Eliza Samudio há muito tempo desapareceu do noticiário. Com a "queima de arquivo", qual representação desta vítima estava sendo literalmente apagada e, ao mesmo tempo, lembrada? (OLIVEIRA, 2012, p. 12)

Diante dessa percepção, Oliveira (2012) conclui argumentando no sentido dos estereótipos de gênero, explicando que a conduta da moça – muitas vezes reafirmada como atriz pornográfica, afeita ao envolvimento sexual com diferentes jogadores de futebol – serviu ao propósito de torná-la indigna de viver. O resultado dessa repercussão midiática para a memória social, segundo a autora, é “manchar a imagem da morta” e firmar o nome de um Bruno que chora e “pede que a justiça seja feita” (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Outra publicação de Oliveira (2016) encontra-se na área de concentração dos Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Trata-se de sua tese, a qual teve em vista a inter-relação entre memória, jornalismo e discurso para se voltar à análise de matérias jornalísticas a respeito dos casos Eliza Samúdio e Dana de Teffé (1962-1971), com o objetivo de compreender como são construídas as memórias sobre as

mulheres e como se forma o imaginário social sobre o feminino. Ademais, outros estudos sobre o Caso Eliza Samúdio aparecem também nas Letras³⁰, na Antropologia³¹ e no Teatro³².

Consequente a essa revisão, colocamo-nos em posição de investigar como é produzido o enquadramento multimodal a respeito do Caso Eliza Samúdio pelo Portal UOL. A partir disso, compreender-se-á como a mídia tem abordado as questões relativas à violência contra a mulher e se são articulados enquadramentos questionadores capazes de instigar a mudança social.

Para tanto, discutimos os aspectos políticos que envolvem a problemática da violência contra a mulher, desde a opressão motivada pela dicotomia entre as esferas pública e privada até as respostas legislativas oriundas da intervenção do Estado na vida íntima. Tratamos também da construção social da realidade a fim de entender as interações entre a produção da notícia e a formação do conhecimento – e, por consequência, dos padrões de gênero, como a legitimação da agressividade masculina e a culpabilização da vítima mulher.

1.3 PERCURSO DA PESQUISA

Esta pesquisa está estruturada em mais sete capítulos além desta introdução. No primeiro deles, “Construção social da realidade, gênero e *newsmaking*” procuramos entender à luz da Sociologia do Conhecimento e da teoria da construção social da realidade aplicada ao jornalismo como as notícias colaboram na manutenção da violência contra a mulher e nas desigualdades de gênero.

Em seguida, “Das primeiras feministas às questões de gênero no Brasil” faz uma revisão de literatura a respeito das questões de gênero, refletindo desde os primórdios do feminismo. O quarto capítulo, denominado “A problemática da violência

³⁰ CAMPOS, C. L. O.; MELO, B. R.; SILVEIRA, T. E. F. NARRATIVAS DE UM CRIME: A PERSONIFICAÇÃO DO CRIMINOSO E DA VÍTIMA NAS TRAMAS MIDIÁTICAS. In: **Linguasagem** (São Paulo), v. 22, 2015. p. 1-17. / GUIMARÃES, T. F. Os efeitos performativos das imagens de Eliza Samudio em circulação na página oficial do Boa Esporte no Facebook. **RECORTE** (UNINCOR), v. 14, 2017. p. 1.

³¹ ASSIS CLÍMACO, D. Fútbol, hipermasculinidad y colonialidad del poder. Reflexiones desde el asesinato de género perpetrado por el capitán del Flamengo. In: **Kula. Revista de antropología y ciencias sociales**, v. 6, 2012. p. 35-47.

³² VELOSO, S. O Nada, o Tudo. Metateatro da vida cotidiana. In: **Karpa: journal of theatricalities and visual culture**, v. 6, 2013. p. 156-174.

contra mulheres nas esferas pública e privada” dá conta da dicotomia entre tais esferas, discute a violência contra a mulher no Brasil e expõe as ações afirmativas implementadas pelo Estado a fim de assegurar a integridade da mulher

Os capítulos seguintes são voltados à explanação de nossa metodologia. Assim, em “Enquadramento”, fazemos uma revisão bibliográfica acerca da teoria do enquadramento, retomando a concepção de Bateson (1976), que a elaborou de forma pioneira, e conhecendo as críticas que cabem à sua utilização na área da Comunicação, como o entendimento de Entman (1993) de que esse seria um paradigma fraturado.

A partir do subcapítulo 5.1, tratamos da nossa formulação metodológica, em que apresentamos a técnica do enquadramento multimodal elaborada por Wozniak, Lück e Wessler (2014), que buscavam compreender os enquadramentos produzidos a respeito de mudanças climáticas de forma total e, para tanto, dedicaram-se à análise de notícias em três frentes: enquadramento noticioso, enquadramento visual e narrativa. Encerramos a fase metodológica de nosso trabalho com “Corpus de análise”. Nesse momento, explicamos como foi organizada a codificação que viabilizou nossa análise.

No capítulo 7, trabalhamos detalhadamente cada um dos níveis de nossa análise de enquadramento multimodal, discutindo os resultados obtidos através da codificação. Por fim, no capítulo 8, elencamos alguns pontos importantes que pudemos compreender com a experiência desta pesquisa.

2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, GÊNERO E *NEWSMAKING*

A noção de construção social da realidade atravessa nossa pesquisa em diferentes pontos: primeiramente, temos o próprio conceito de gênero, que, como discutiremos mais adiante, entendemos como arranjos sociais constituídos na diferenciação entre os sexos (SCOTT, 1995); na mesma linha, deparamo-nos com diversas referências que atribuem à construção histórica da masculinidade o fenômeno da violência contra mulheres em suas diversas manifestações (BIROLI, 2014; BLAY, 2008; SAFFIOTI, 2015; OLIVEIRA, 2016).

Uma vez que essas compreensões relacionadas ao gênero fazem parte de nosso cotidiano, faz-se natural que a lógica machista seja replicada pelas mídias. Desse modo, podemos explorar as interseções entre a construção social da realidade implicada na normalização da violência contra mulheres com a vertente construtivista do estudo do jornalismo e do enquadramento noticioso.

Um dos elementos da produção de notícias que sofre modificações significativas relacionadas ao gênero diz respeito à autoria das notícias. Morais (2018, p. 9) afirma que

A forma como as mulheres jornalistas vivenciam e percebem as relações sociais entre os sexos é relevante para a sociedade como um todo, tendo em vista que elas formam um contingente representativo da população pelo acesso à educação superior; pelo trânsito em diferentes escalas da esfera pública e dos bastidores do poder; e por participar da construção da realidade social (ALSINA, 2009), por meio das notícias que produzem e reproduzem, o que, por sua vez, contribui para a legitimação ou para a transformação de preconceitos que são tidos como verdades ‘naturais’ e inquestionáveis para a maioria da população.

Para Blay (2008, p. 218), “a violência contra a mulher é produzida e reproduzida socialmente”, de modo que desde a infância são incorporados os comportamentos que estabelecem o funcionamento das relações de gênero. Além da educação por meio do que “se presencia em casa”, a autora aponta que os meios de comunicação também têm sua parte na formação de um “modelo de violência e subordinação”.

Pensando a respeito dessas reproduções sociais no âmbito do jornalismo, Morais (2018) referencia Alsina (2009) para explicar que as notícias são lançadas ao público de acordo com a visão que a ou o jornalista tem sobre determinado

acontecimento, de forma que pode tanto reforçar quanto refutar convenções e crenças vigentes em nossa sociedade.

Para Sarmiento (2017, p. 21), os meios de comunicação funcionam como arenas que legitimam a opressão feminina, podendo, assim, “ajudar na construção de novos sentidos sobre as relações políticas e sociais entre mulheres e homens”. Segundo ela, os estudos de gênero na política ainda não são voltados aos meios de comunicação, tendo-os por objeto.

Tomando o Caso Eliza Samúdio como uma amostra da violência perpetrada contra mulheres diariamente no Brasil, debruçamo-nos sobre a cobertura noticiosa a respeito de sua morte devido ao grande volume de publicações distribuídas ao longo de oito anos. Vemos esta atuação da mídia como uma oportunidade de observar na prática as interações entre a construção da notícia e a prevalência de uma estrutura social baseada na dominação masculina.

Para que se compreenda, portanto, como se dá a relação entre as três partes (construção social da realidade, gênero e *newsmaking*), dedicamos este capítulo à revisão bibliográfica desta vertente de pesquisa.

2.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE E *NEWSMAKING*

Preocupada em apreender como os conhecimentos se constituem em cada sociedade, a Sociologia do Conhecimento compromete-se com as análises daquilo que há de diferente entre uma sociedade e outra. Dessa forma, são observadas suas realidades, uma vez que “todo conhecimento humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, [devendo-se] procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira que uma ‘realidade’ admitida como certa solidifica-se” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 14).

Traçando um histórico do desenvolvimento da própria Sociologia do Conhecimento, Berger e Luckmann (1985) apresentam outros autores, como Scheler e Mannheim, e suas colaborações para o estabelecimento da disciplina. Destacando-se por conta de sua perspectiva epistemológica, Mannheim fala a respeito do relacionismo, afirmando que o conhecimento surge sempre de uma posição específica. A partir disso, passa-se a entender a Sociologia do Conhecimento como um esforço em buscar os entendimentos corretos acerca dos acontecimentos humanos.

Isso significa que essa vertente de estudos sociológicos está diretamente relacionada à criação de tradições, de padrões de comportamentos e da própria linguagem, que permite que as experiências de cada um transcendam suas subjetividades e atribuam sentidos à realidade cotidiana. Esse é o contexto no qual circulam os conhecimentos, os quais não se referem apenas a estudos teóricos, mas sim a todas as ideias espalhadas na realidade cotidiana, na qual vivem e se relacionam pessoas que não necessariamente detêm conhecimento sistematizado (BERGER e LUCKMANN, 1985).

Discorrendo sobre a notícia como forma de produção de conhecimento, Robert Park (2008, p. 51) determina que “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real”. Neste escopo, ele traz o conceito de um “presente precioso”, conforme cunhado por psicólogos, marco temporal em que esta se encontraria. Isso porque se caracteriza por ser demasiado fugaz e, assim, somente se apresenta como notícia enquanto não atingiu seu público-alvo, quando então se recobre do atributo da importância e passa a ser tratada como história.

O sociólogo da Escola de Chicago explora ainda as diferenças entre o trabalho do repórter e o do historiador, esclarecendo que o jornalista tem a função de registrar acontecimentos que são reais e presentes. Essa é a mesma perspectiva encontrada em Mannheim, conforme exposto acima.

Berger e Luckmann (1985) definem o conhecimento como a certeza de que eventos específicos são dados e estabelecidos na realidade. Diante disso, busca-se, neste momento, alicerçar teoricamente nossa pesquisa. Para tanto, com o objetivo de compreender como as questões relacionadas à violência de gênero são tratadas nos jornais, promovemos aqui uma revisão bibliográfica sobre as relações entre gênero e construção social da realidade e como elas são expressadas em notícias, visto que

Escrever uma notícia sobre violência de gênero é muito mais complicado por conta dos significados culturais construídos sobre o que significa ser um homem ou uma mulher; as relações entre ele e ela, a violência masculina em geral e muitos outros aspectos que influenciam este grave problema. O simples fato de viver em sociedade não nos capacita a 'conhecer' a violência de gênero (DÍEZ, 2007, p. 77. Tradução nossa)³³.

³³ “Escribir una noticia sobre violencia de género es mucho más complicado por los significados culturales construidos sobre lo que significa ser hombre o mujer; las relaciones entre él y ella, la violencia masculina en general y otros muchos aspectos que influyen en este grave problema. El simple hecho de vivir en sociedad no nos faculta para ‘conocer’ acerca de la violencia de género” (DÍEZ, 2007, p. 77).

A partir de então, este capítulo se estrutura em três subpartes, verificando primeiramente a interação entre a produção de notícias e a construção social da realidade, pois, como observa Zelizer (2004), é importante pensar o jornalismo como um conjunto de práticas, porque assim também é revelado seu papel na formação de consensos, conforme são organizadas as rotinas de produção e os protocolos para seleção e veiculação de notícias.

Para a autora, os jornalistas tendem a defender que o jornalismo funciona como segurar um espelho diante dos acontecimentos, de forma que a notícia se torne simplesmente um reflexo da realidade. Ademais, Zelizer (2004) enfatiza que há uma dificuldade no entendimento do próprio jornalismo, o que faz com que cada comunidade interpretativa tenha um ponto de vista diferente a respeito desse campo. Essa pluralidade de juízos repercute, por exemplo, nas diferentes terminações lexicais que podem ser utilizadas para a definição conceitos únicos dentro da área.

Esse é o caso de “*news*”, notícias para o inglês, que, apesar de ser um dos termos mais básicos referentes ao jornalismo, ainda sofre com certa imprecisão.

Implícita no termo ‘notícia’ está uma fusão da distinção entre o material sendo relatado e o relatório em si. Sob essa luz, o Websters Unabridget Dictionary (1983: 1209) definiu notícias como ‘relatos de acontecimentos recentes’ e ‘novas informações sobre qualquer coisa’. Esse popular enfraquecimento da distinção entre o relatório e a atividade que o relatório registra ajudou a obscurecer a crescente autoridade dos jornalistas. Demasiadas vezes, o que os jornalistas afirmam ver é parte da própria realidade, obscurecendo o fato de que as notícias não passam de um relato, um conto, uma crônica ou uma história sobre um evento (ZELIZER, 2004, p. 24. Tradução nossa)³⁴.

De forma relacionada, citando Greene, Dader (2007) afirma que a única crença que o jornalista deve seguir é a de que está produzindo uma notícia sobre algo que realmente aconteceu. Essa concepção se aproxima bastante, de fato, do fundamento da produção de notícia com o qual Alsina (2009, p. 113) trabalha, uma vez que considera que este “é um processo que se inicia com um acontecimento” e que não se constitui fora da construção social da realidade.

³⁴ “Implicit within the term ‘news’ is a conflation of the distinction between the material being reported and the report itself. In that light, Websters Unabridget Dictionary (1983:1209) defined news as both ‘reports of recent happenings’ and “new information about anything”. This popular blurring of the distinction between the report and the activity the report chronicles has helped obscure journalists’ burgeoning authority. Too often, what journalists claim to see stands in for reality itself, obscuring the fact that news is no more than a report, account, chronicle, or story about an event” (ZELIZER, 2004, p. 24).

A esse respeito, Alsina (2009) abaliza que o acontecimento é um fenômeno social que está circunscrito à história e à cultura de cada sociedade, sendo até mesmo capaz de defini-la, uma vez que o acontecimento seria um “fenômeno de percepção do sistema”, sistema este cuja geração se manifesta por meio da notícia. O autor defende, assim, que, na continuidade desse processo,

O sistema de valorização do acontecer vai ficar implícito na transmissão de determinados acontecimentos. [...] Os acontecimentos serão a imagem que a própria sociedade vai oferecer sobre si mesma, e sobre as outras sociedades, e por sua vez, cada sociedade vai definir o que é acontecimento, e como estabelecer implicitamente os parâmetros para a consequente transcendência social (ALSINA, 2009, p. 131).

Semelhantemente, Berger e Luckmann (1985) determinam que a vida cotidiana é constituída espacial e temporalmente, sendo que a temporalidade tem a função de localizar o indivíduo em seu tempo, em sua história e em sua realidade.

A própria seleção de que tipo de acontecimento será noticiado ou não depende diretamente desse sistema cultural, conforme Alsina (2009). Segundo Dader (2007), é por conta disso que muitas vezes as notícias apresentam algum grau de espetacularidade, de carga dramática ou de sentimentalismo: pois assim se evita a evasão da audiência.

Por outro lado, assuntos intensamente sociais são tidos como elitistas por não se aproximarem das preocupações e dos interesses do cidadão médio.

Argumenta-se que o cotidiano, que afeta ou interessa à maioria das pessoas, é dominado pelos crimes, acidentes e incidentes que povoam as ruas, e não faz sentido insistir nas decisões dos cargos. Se é natural para as pessoas serem movidas pela infelicidade de uma mulher espancada ou com as vítimas de um ataque terrorista, é nas reações daquelas pessoas que o jornalismo deve focar, mostrando suas emoções e se envolvendo em sua dor. O jornalista – nada impassível – contribuirá para a catarse coletiva e terá cumprido a função de aproximar o público da realidade social, promovendo ações de solidariedade e empatia (DADER, 2007, p.39. Tradução nossa)³⁵.

³⁵ “Se plantea que la vida cotidiana que afecta o interesa a la mayoría de las personas, está dominada por los crímenes, accidentes e incidentes que pueblan las calles, y carece de sentido insistir en las decisiones de los despachos. Si es natural que la gente se conmueva con la desgracia de una mujer maltratada o con las víctimas de un atentado terrorista, es sobre las reacciones de esas personas sobre las que debe centrarse el periodismo, mostrando sus emociones y haciéndose partícipe de su dolor. El periodista – ya nada impassible –, contribuirá a la catarsis colectiva y habrá cumplido la función de acercar al público a la realidad social, promoviendo acciones de solidaridad y empatía” (DADER, 2007, p. 39).

Baseando-se também em Berger e Luckmann (1985), Alsina coloca que a construção social da realidade se estabelece a partir da relação entre realidade e conhecimento. Destarte, é possível afirmar que uma vez que produz conhecimento, o jornalismo também se torna responsável pela construção social da realidade, a qual identifica-se, segundo os mesmos autores, como “uma qualidade inerente aos fenômenos que reconhecemos como sendo independentes da nossa própria volição” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 13).

Assim, Gadini (2007, p. 80) explica que “a informação jornalística institui, no processo de produção de sentido, um conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação e comportamento que o usuário mantém no espaço coletivo das complexas sociedades contemporâneas”.

Por conta disso, faz sentido que haja especial preocupação com o modo como os casos de violência contra a mulher têm sido noticiados. É nesse sentido que Pilar López Díez (2007) postula que o jornalismo deve ser sempre muito preciso e, de acordo com a perspectiva de gênero na comunicação, para a autora, isso significa colocar-se ao lado da vítima. Deixando claro, por exemplo, por meio do uso das vozes do verbo mais adequadas que um ato de violência foi cometido e não que houve um acidente – ou, como é comum em casos de pedofilia, que havia uma “relação romântica” entre vítima e agressor.

2.2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS

À luz de Díez (2007), Conceição Nogueira (1999) e Mar de Fontcuberta (1986), fazemos um panorama sobre como o gênero e a violência (enquanto construções sociais) são interpretados e exibidos nos jornais.

Falando acerca da produção jornalística, Fontcuberta (1986, p. 36) ajuda a corroborar o argumento de Díez ao afirmar que as práticas profissionais funcionam também como controle e delimitação do discurso.

É o caráter do hábito cotidiano e profissional que mostra a verdadeira face da objetividade que, como assinalou Tuchman, faz parte dos rituais estratégicos dos jornalistas para se proteger dos riscos inerentes ao trabalho. Rituais especificados na maneira de estruturar as informações. Apresentando possibilidades contraditórias, apoiando suas informações em várias fontes, usar criteriosamente as citações são essencialmente táticas usadas defensivamente para evitar ataques e críticas do exterior, enquanto

estratégias que visam emprestar confiança, segurança e credibilidade ao trabalho jornalístico (FONTCUBERTA, 1986, p. 36. Tradução nossa)³⁶.

Ao ordenar a realidade, explica Fontcuberta (1986), a imprensa acaba por revesti-la de uma aura de azar, construindo um entendimento de que a realidade não passa de uma fatalidade. Nos casos de violência contra a mulher, esta é uma prática grave, pois faz com que as agressões pareçam ser casos isolados ao invés de consequência de um problema estrutural. É justamente com esses tratamentos equivocados que surgem notícias em que mulheres são culpadas pela própria morte, como reitera Díez (2007) e Chaher (2007), ao falar da importância de se formarem enquadramentos noticiosos questionadores.

Esse tipo de risco também aparece quando a notícia é amplamente veiculada, evocando o caráter de boato e/ou fofoca, tipos de conhecimento que Park (2008) julga relacionados à notícia, embora menos dignos. Nessa mesma linha, Fontcuberta (1986) declara que são as incursões à vida privada de celebridades, bem como crimes passionais e catástrofes, que se tornam os assuntos preferidos da imprensa de massa, pois esses são os responsáveis por levar o conceito de acontecimento à última instância, sempre trazendo graves rupturas com a normalidade da vida cotidiana.

A exemplo disso, podem ser mencionados trabalhos como os de Messner e Solomon (1993) a respeito dos enquadramentos ideológicos apresentados pela cobertura noticiosa de três jornais estadunidenses sobre o caso do boxeador Sugar Ray Leonard, que, em 1991, afirmou publicamente que agrediu sua esposa; e de Maxwell et al (2000), cuja análise se voltou aos enquadramentos dados pela mídia ao caso do jogador de futebol americano O. J. Simpson, também acusado de ter cometido violência doméstica contra sua esposa.

Ambas as pesquisas dizem a respeito da dificuldade existente em fazer com que a violência doméstica seja discutida como um problema público. No caso de Sugar Ray, os autores identificam que o enquadramento dominante está relacionado ao uso de drogas pelo esportista e, no de Simpson, concluem que, apesar de o acontecimento

³⁶ “Es el carácter de hábito cotidiano y profesional el que muestra la verdadera cara de la objetividad que, como ha señalado Tuchman, forma parte de los rituales estratégicos de los periodistas para protegerse de los riesgos inherentes al oficio. Rituales que se concretan en la manera de estructurar la información. Presentar posibilidades contradictorias, apoyar sus informaciones en diversas fuentes, utilizar juiciosamente la cita son esencialmente tácticas utilizadas defensivamente para prevenirse de los ataques y críticas del exterior, a la vez que son estrategias encaminadas a prestar confianza, seguridad y credibilidad al trabajo periodístico” (FONTCUBERTA, 1986, p. 36).

ter resultado em enquadramentos noticiosos sobre como um homem abusador deve ser tratado, ainda prevalece o entendimento de que a mulher inserida em um contexto de violência doméstica deve ser capaz de se libertar por suas próprias ações. Corrobora-se, a partir disso, o argumento anterior sobre a gravidade de se revestir os casos de violência contra a mulher com uma “aura de azar”.

Conforme sugere Díez (2007), casos de violência contra a mulher largamente repercutidos – como se configura o nosso objeto empírico – poderiam ser espaços de entrada para importantes discussões a respeito dos direitos das mulheres nos jornais, podendo inclusive oferecer a mulheres violentadas recomendações de como lidar com os contextos nos quais estão inseridas, orientando-as a fazer denúncias, por exemplo. É importante que haja esse tipo de atenção pois os meios de comunicação se

Utilizam uma escala de valores que acabarão por constituir ou reforçar a escala na qual cada pessoa mede e compreende suas próprias ações e as dos outros, e mostram certas concepções do mundo que modelam as expectativas, crenças e opiniões da audiência (DÍEZ, 2007, p. 94. Tradução nossa)³⁷.

Pensando, diante disso, a violência de gênero a partir da perspectiva construtivista, recorreremos a Nogueira (1999, p. 181), que explica que o indivíduo é um “ser socialmente construído, o produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder”. Logo, é dessa forma também que o gênero se constitui, ou seja, acredita-se assim que não há determinação biológica, mas que se trata na verdade de uma formação simbólica.

A despeito dessa formação subjetiva, a autora atenta para a inconveniência de se recair sobre a essencialização do gênero. De acordo com Nogueira (1999), é importante ter em vista o gênero também como um produto de interações ativas, “sustentando que todas as características sociais significativas são activamente criadas, e não biologicamente inerentes, permanentemente socializadas ou estruturalmente predeterminadas” (1999, p. 182).

Haja vista a consideração pregressa de Alsina de que as notícias acontecem obrigatoriamente no interior da construção social da realidade, faz-se coerente afirmar

³⁷ “Utilizan una escala de valores que terminará constituyendo o reforzando el baremo sobre el cual cada persona mide y entiende las acciones propias y ajenas, y muestran determinadas concepciones del mundo que modelan las expectativas, creencia y opiniones de la audiencia” (DÍEZ, 2007, p. 94).

que o conhecimento por elas produzido também é constituinte do gênero, no sentido de que o jornalismo trata-se de uma instituição capaz de “reafirmar os arranjos baseados nas categorias sexuais” (NOGUEIRA, 1999, p. 183). Isso fica claro na ordem das relações descritas por Nogueira (1999, p. 183), que afirma que apesar de terem as mesmas competências, homens e mulheres continuam seguindo padrões de comportamentos baseados em suas diferenças sexuais, pois este é o repertório simbólico do qual têm conhecimento, devido ao fato de “enfrentarem diferentes circunstâncias, constrangimentos e expectativas”, o que “resulta que frequentemente tomam decisões distintas relativamente ao seu repertório de opções”.

Esta é a mesma lógica encontrada nos meios de comunicação de massa em torno de questões de gênero. Isto é, por conta de uma ordem social machista e misógina, vê-se uma constante de histórias de violência contra a mulher produzindo conhecimentos equivocados a respeito das relações entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a fim de verificar a utilização do enquadramento “crime de paixão” pela mídia de Botswana, Exner e Thurston (2009) optam pela realização de codificações, seguindo a abordagem de Entman sobre enquadramento. A partir da análise de quatro jornais daquele país, as autoras concluem que os meios de comunicação apresentam os crimes de violência contra a mulher como ocorrendo sem sinais prévios de violência. Esta compreensão, para elas, continua construindo os crimes passionais como um problema fora do alcance da esfera pública. Assim, “uma vez que o uso do rótulo ‘crime por paixão’ pela mídia fornece uma construção particularmente prejudicial para o público, é de extrema importância que esses assassinatos sejam reenquadrados como crimes de violência” (EXNER E THURSTON, 2009, p. 12).

De acordo com Alsina (2009, p. 131), a possibilidade de “viver novos acontecimentos e de experimentar novos mundos é uma das características” do sistema midiático. Com isso, afirma-se que os acontecimentos “transmitem o imaginário coletivo: as emoções, os hábitos, as representações”, da mesma forma que seu *continuum* expressa a superficialidade das sociedades e de seus conflitos.

“[...] O jornalismo conecta uma multiplicidade de vozes, sentidos e códigos diferenciados, os quais fazem, fizeram ou passarão a fazer parte do imaginário em que o mesmo se constitui”, pontua Gadini (2007, p. 80), para concluir posteriormente, à luz de Tuchman, que esta instituição opera na organização da vida humana. É por

conta disso que se faz necessária uma mudança na ordem da produção de notícias, visando à perspectiva de gênero sugerida anteriormente por Díez (2007).

A autora ainda acrescenta que passar a noticiar casos de violência contra a mulher posicionando-se ao lado da vítima não é uma prática oposta às normas e à ética profissional; pelo contrário, trata-se de uma forma de aprofundá-las, tornando-as mais adequadas à realidade em que mulheres são violentadas (DÍEZ, 2007).

Alsina (2009) destaca que o acontecimento (elemento fundamental da notícia) se faz importante devido à mensagem que carrega consigo. Assim, relacionando-o à proposta de Díez (2007), conclui-se que o jornalismo pode se tornar uma ferramenta para auxiliar na garantia dos direitos das mulheres, seja orientando-as ou subvertendo a ordem da produção de conhecimento acerca das relações de gênero.

Conforme Gergen (1994 apud Nogueira, 1999, p. 184), “numa perspectiva construcionista social é importante a desconstrução, a democratização e a reconstrução de novas realidades e práticas para a transformação cultural”. A esse respeito, referindo-se à vida cotidiana, Nogueira (1999) determina que a mudança só acontece a partir de práticas diferentes e o mesmo pode ser afirmado a respeito da produção de notícias.

Para essa mudança, segundo a autora, deve ser feita a análise sobre as possíveis consequências de cada ação, mormente se: serão libertadoras para as pessoas envolvidas. Semelhantemente, Díez (2007) afirma, com base em Kovach e Rosenthal (2003), que a liberdade deve ser o fim pelo qual o jornalismo deve se ocupar, uma vez que o principal objetivo dos profissionais encarregados dos meios de comunicação deve ser ajudar a população a conquistar a boa informação e só assim uma vida mais livre estará garantida.

Essas definições ficam claras, por exemplo, quando Sandra Chaheer (2007) afirma que os meios de comunicação de massa, ao dar atenção às demandas feministas, promovem também uma revolução na estrutura social. A autora examina uma compreensão equivocada no espaço que se dá às mulheres em jornais latino-americanos, apontando que há uma tendência em limitar análises ao aspecto quantitativo (quantas mulheres são protagonistas de notícias, quantas escrevem para jornais etc.). Sua crítica se volta, portanto, à necessidade de que os estudos das mulheres na comunicação sejam também qualitativos e que as notícias sobre mulheres apresentem enquadramentos questionadores, capazes de provocar mudanças na sociedade.

Cumprindo, então, com a proposta de Chaher (2007), damos seguimento a uma pesquisa de caráter quantiquantitativo, buscando compreender quais são os enquadramentos produzidos pelo Portal UOL a respeito do Caso Eliza Samúdio, tendo em vista, sobretudo, as questões relacionadas à violência contra a mulher. Dessa forma, faz-se pertinente retomar a literatura a respeito do feminismo, dos estudos de gênero e da violência.

3 DAS PRIMEIRAS FEMINISTAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL

Como dito, o objeto empírico de nossa pesquisa é a cobertura midiática sobre o assassinato da modelo Eliza Samúdio, de 25 anos, que em junho de 2010 teve seu desaparecimento bastante repercutido pelos jornais brasileiros. Por ter movido um processo judicial contra o então goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, pelo reconhecimento da paternidade de seu filho e o pagamento de pensão, o jogador se tornou a principal suspeita. Em 7 de julho, Bruno e mais sete pessoas, suspeitas de terem premeditado o crime, são presos preventivamente. A partir disso, tem início um exaustivo processo criminal, com inquéritos, depoimentos, denúncias anônimas e buscas pelo corpo da vítima. O julgamento dos réus, entretanto, só acontece em março de 2013, quando o jogador é condenado em primeira instância a 17 anos e seis meses de regime fechado por homicídio triplamente qualificado (OLIVEIRA, 2013).

À época, o crime foi amplamente noticiado pela mídia nacional e até hoje, como evidenciam as pesquisas citadas anteriormente, é reconhecido como um episódio marcante de violência contra a mulher. Assim, faz-se possível analisar esta cobertura pelo ponto de vista político, discutindo as diferentes faces das desigualdades entre os gêneros. A exemplo disso, destacamos a observação de Simões e Lima (2018):

Eliza é descrita como 'ex-amante', 'ex-namorada', 'ex de Bruno', em grande parte das matérias. Ou seja, a associação primeira sempre é feita com o jogador, o famoso. Eliza, até então, é anônima. A descrição mais usual de Bruno Fernandes no material coletado é 'goleiro do Flamengo'. Ele (o homem famoso) é identificado, assim, por sua profissão; ela (a mulher anônima), apenas por seu relacionamento amoroso com o atleta – evidenciando aqui uma das faces da assimetria que marca as relações de gênero em nossa sociedade (SIMÕES; LIMA, 2018, não p.).

A fim de compreender, portanto, como se constroem essas disparidades, bem como em que medida o jornalismo colabora na manutenção de uma realidade social violenta, escoramos-nos nos estudos sobre o movimento feminista, seu desenvolvimento histórico e nas discussões que tornaram o gênero uma categoria de análise possível na academia.

Desde a década de 1970, em todo o mundo, a entrada das discussões sobre mulheres no espaço acadêmico a partir da dimensão analítica do gênero, fez com que as violências historicamente praticadas contra as mulheres passassem a ser

compreendidas como fenômeno social digno de estudos (BANDEIRA, 2014; SAFFIOTI, 2002A; IZUMINO, 2003; BLAY, 2003).

Apesar de as pesquisas passarem a apresentar dados significativos sobre a violência contra a mulher apenas depois dessa inserção, Izumino (2003) atenta para o fato de estudos históricos revelarem que, no Brasil, pedidos de divórcio apresentados à Igreja no século XVII já relatavam violência. A autora ressalta que o próprio fenômeno passou a ser construído à medida em que passou a ser discutido pelos movimentos feministas, ou seja: nomear essas práticas “violência contra a mulher” foi um passo importante na direção de identificar suas ocorrências.

Blay (2003), por sua vez, destaca que em um momento de industrialização e urbanização do país, no século XIX, as mulheres começaram a ocupar mais espaços públicos e, devido ao maior contato com costumes de outros países, os valores patriarcais brasileiros passaram a ser confrontados. Neste ínterim, nos anos 1920, mulheres da alta sociedade, isto é, com acesso à educação, começaram a protestar contra as violências – psicológica, moral e física – cometidas pelos homens no âmbito familiar.

Falando das diferentes formas que a violência de gênero assume, Saffioti (2015) observa uma dificuldade existente em defini-la como mera ruptura da integridade da mulher, uma vez que há uma espécie de consentimento social que permite que o homem seja agressivo. Dentro desta “organização social do gênero”, fazem-se, portanto, muito tênues os limites entre a obrigação de suportar o ser mulher e o entendimento dos destratos como violência propriamente dita. Ou seja, há uma confusão entre o agir conforme os papéis naturais dos sexos e o rompimento da integridade – moral, emocional, sexual ou física.

Compreendendo essa relativização da violência como uma ocorrência própria do terreno da individualidade, ou seja, que diz respeito à experiência de cada mulher, a autora acredita que este fenômeno “não encontra lugar ontológico”, de modo que, para discutir a integridade da mulher, é importante transpô-la para o campo dos direitos humanos, “entendendo-se por violência todo agenciamento capaz de violá-los” (SAFFIOTI, 2015, p. 80).

Não por coincidência, parece impossível falar em história do feminismo sem falar em direitos humanos. No calor da Revolução Francesa, Olympe de Gouges escreveu em 1791 uma nova versão da “Declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão”, dando vez à figura da mulher e colocando em xeque o suposto ideal de igualdade Iluminista (SCOTT, 2005; CALVERA, 1990).

Em análise de três cartas escritas por Gouges, Siess (2005) afirma que antes de tornar pública sua “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, a ativista teria entrado em contato com a rainha Maria Antonieta a fim de cobrar-lhe um favor: em um esforço político, Gouges tentava conquistar o apoio da rainha em prol dos direitos das mulheres. E mais, argumentava que:

Como qualquer mãe e esposa, Maria Antonieta tinha o dever de trazer de volta membros de sua família que se afastaram, mesmo que pudessem se voltar contra ela. A imagem, que se refere à esfera privada, é completada a seguir por uma da esfera pública, evocando a rainha mediadora que tem deveres em relação à nação. E é nesta face que está a preferência de Olympe: a esfera [...] doméstica que fornece o modelo da esfera pública em que a intervenção de Maria Antonieta é solicitada. [...] A solicitação política vem com a exigência de trabalhar pelo estabelecimento da igualdade entre mulheres e homens. [...] A autora agora acentua o papel político da sua destinatária. Essa ênfase, no entanto, serve ao objetivo principal do Olympe. Se a rainha revisa seu papel político e se torna uma autoridade política, a iniciativa da autora da Declaração terá chances reais de sucesso (SIESS, 2005, p. 14-15. Tradução nossa.).³⁸

Diante da politização de Gouges exposta, é interessante acrescentar que, conforme o autor, o objetivo dela era, de certa forma, impedir o sucesso da Revolução Francesa, pois considerava que este seria impossível enquanto houvesse desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Savietto (2015, p. 14), porém, salienta que “este tipo de ativismo não foi bem tolerado e as mulheres foram ainda mais fortemente banidas da vida pública, principalmente quando Napoleão chegou ao poder”.

Apesar de o caráter político do ato de Olympe de Gouges ser inegável, há quem não a considere exatamente uma fundadora do feminismo por conta da falta de sistemática em seus escritos (BIROLI E MIGUEL, 2014). Contudo, parece

³⁸ “Comme toute mère et épouse, Marie-Antoinette a le devoir de ramener au sein de la famille les membres qui s’en sont éloignés et risquent de se tourner contre elle. La figure qui renvoie à la sphère privée est complétée cependant par une figure qui renvoie à la sphère publique, celle de la reine médiatrice qui a des devoirs par rapport à la nation. Et c’est à cette face-ci que va la préférence d’Olympe, la sphère domestique [...] fournissant le modèle de la sphère publique dans laquelle l’intervention de Marie-Antoinette est sollicitée. [...] La sollicitation politique cède ainsi la place à la demande de travailler à l’instauration de l’égalité entre femmes et hommes. [...] L’épistolière accentue à présent le rôle politique de sa destinataire. Cette accentuation sert cependant l’objectif premier d’Olympe. Si la reine révisé son rôle politique et se fait tribun, l’initiative de l’auteure de la Déclaration aura de réelles chances d’aboutir” (SIESS, 2005, p. 14-15).

unanimidade que o movimento tenha realmente começado nesta época. Biroli e Miguel (2014) afirmam que Mary Wollstonecraft, a partir da publicação de “*A Vindication of the Rights of Woman*”, em 1792, abriu caminho para a formação de uma teoria política feminista. A autora ajudou a estabelecer um argumento moral e filosófico sobre o por que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos (SAVIETTO, 2015; ROSS, 2017).

De forma semelhante à Gouges, Wollstonecraft questiona a eficácia da Revolução Francesa no que tange aos direitos das mulheres, uma vez que as conquistas democráticas só beneficiariam as mulheres ao passo que fossem positivas para os homens, numa lógica em que “as mulheres são dependentes dos homens, logo, as mulheres estarão em melhor situação porque os homens estarão em melhor situação” (NYE, 1995, p. 22). Para que as mulheres pudessem usufruir dos resultados da revolução assim como os homens, a autora defendia o direito à educação, para que assim se formassem cidadãs.

Além disso, Nye (1995) amplia a discussão a respeito da reivindicação pela educação, afirmando que Wollstonecraft via a educação como uma estratégia para a superação das diferenças entre homens e mulheres; com acesso aos estudos, a participação política poderia ser efetiva, assim como a independência financeira conquistada. Savietto (2015) também destaca a importância da autora na defesa de que o casamento deveria ser baseado na amizade e no respeito, não no amor.

No Brasil, conforme Blay (2003), uma preocupação similar em relação aos sentimentos românticos das mulheres se fez presente entre as feministas dos anos 1920 e 1930, pois notava-se numerosas ocorrências de “crimes passionais sanguinários”. Acreditava-se, então, que uma forma de combater esse problema seria substituindo os casamentos apaixonados por casamentos civilizados, baseados na razão e não na paixão.

Em seu livro publicado em 2003, Céli Regina Jardim Pinto manifesta dificuldade em contar a história do feminismo no Brasil, pois o considera um fenômeno ainda pulsante. Destacando que não se tratava de um movimento importado, a autora classifica que a primeira fase do feminismo no Brasil se deu entre o final do século XIX e 1932, quando as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto. Após esse momento, diagnostica-se um período de recessão para o feminismo devido às instabilidades políticas enfrentadas pelo país, de modo que as lutas por melhorias da

condição das mulheres na sociedade passaram para segundo plano – embora, de fato, houvesse movimentos organizados de mulheres por outras causas.

Enquanto no Brasil, entre os anos 1940 e 1970, atuavam os movimentos de mulheres predominantemente formados por donas de casa – invariavelmente associados a setores conservadores da sociedade, como destaca Costa (2015) – que buscam, em seus papéis maternos, intervir na esfera pública a partir de reivindicações contra a carestia, melhorias em postos de saúde e pela educação pública. Por outro lado, em cenário mundial, na década de 1960, o feminismo efervesce à luz dos movimentos contestatórios, com os estudantes da França, com os hippies dos Estados Unidos, com a contracultura e com a sede de renovação (COSTA, 2005; PINTO, 2003).

Dessa forma, tinha-se, internacionalmente, um movimento constituindo-se em torno do lema “o pessoal é político”³⁹, preocupando-se com questões relativas às distinções de esfera pública e esfera privada e questionando a opressão sofrida pela mulher em âmbito pessoal, de forma individualizada; problematiza-se, assim, as relações de poder que constituem a organização social do gênero (COSTA, 2005).

No Brasil, contudo, de acordo com a cronologia de Pinto (2003), o feminismo voltou a ser um movimento atuante somente depois de 1968, no auge da ditadura. Assim, uma vez que as militâncias feministas frequentemente afloravam dentro de movimentos pelo fim da ditadura,

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícil paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (PINTO, 2003, p. 45).

Muito do movimento feminista brasileiro formado à época se deu em território internacional, em grupos de mulheres exiladas (PINTO, 2003; COSTA, 2005; WOITOWICZ; PEDRO, 2009; SARTI, 1998). Contrariando-se o que era esperado socialmente das mulheres, muitas delas encontraram-se também nas lutas armadas; no interior dessas reuniões, essas revolucionárias não partiam necessariamente de um ideal feminista, mas seus comportamentos as colocaram em uma posição de

³⁹ O slogan “o pessoal é político” é originário dos grupos de conscientização que compunham o Women’s Liberation Movement no final dos anos 1960, nos Estados Unidos (SARDENBERG, 2018).

reivindicação pela emancipação feminina. Elas “negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, ‘comportando-se como homens’, pegando em armas e tendo êxito” (SARTI, 1998, p. 3).

O fato de o feminismo ter nascido no seio de movimentos antitatoriais é comum a diversos países da América Latina. Uma característica que diferenciava os movimentos latino-americanos dos europeus e estadunidenses foi a necessidade de que a resistência também fosse aplicada nas relações dessas mulheres com seus pares dentro de partidos e associações de esquerda (COSTA, 2005; WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 1998, p. 6).

Nos anos que se seguiram, começaram a surgir os primeiros “grupos de consciência”, organizados a fim de proporcionar às mulheres um espaço para discussão sobre as condições por elas enfrentadas, bem como para o compartilhamento de experiências pessoais e até conversas sobre literatura (PINTO, 2003; COSTA, 2005; WOITOWICZ; PEDRO, 2009). Contudo, devido ao caráter privado, Sarti (1998) avalia que estas reuniões não causavam impacto público.

3.1 PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) promove o Ano Internacional da Mulher, de modo que uma série de eventos são organizados no mundo todo com o objetivo de discutir as desigualdades entre homens e mulheres. No México, ocorre a I Conferência Mundial da Mulher⁴⁰, na qual foi aprovado um plano

⁴⁰ Documentação disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>> e <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf>. Último acesso em: 6 mar. 2019.

de ação com diretrizes para governos e para a comunidade internacional visando à eliminação da discriminação por razões de gênero e à contribuição das mulheres para a obtenção da paz mundial (ONU MULHERES; COSTA, 2005; SARTI, 1998; WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

No Brasil, segundo Costa (2005), ocorreram atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, registrando-se assim a primeira manifestação pública das feministas, que até então se encontravam na clandestinidade. A partir dessas ações, os grupos de consciência se multiplicam no Brasil todo (WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

No final dos anos 1970, o arrefecimento da ditadura e a perspectiva de uma redemocratização abrem espaço para as reivindicações feministas que dizem respeito às políticas públicas referentes às questões de gênero (SARTI, 1998). Blay (2003) destaca o final do ano de 1976 como o auge do ressurgimento do movimento pela defesa da vida das mulheres, impulsionado pela morte de Angela Diniz, num crime que ganhou grande repercussão midiática à época. A socialite fora assassinada por seu companheiro Doca Street, de quem queria se separar.

Na década seguinte, com a redemocratização, as lutas feministas passaram a se tornar mais dirigidas, destacando-se a formação de grupos dedicados ao combate da violência contra a mulher (PINTO, 2003). Sarti (1998) explica que essas organizações estavam mais próximas das estruturas institucionais, resultando em ações governamentais e na criação de conselhos estaduais, federais e municipais dedicados às condições das mulheres. Nesse momento, já atuavam no país diversas entidades destinadas ao abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica (BLAY, 2003).

Segundo MacDowell (2008, p. 6), essa movimentação na direção da institucionalização das demandas feministas foi iniciada pelo governador de São Paulo Franco Montoro, em 1982, a partir da criação de diversos “conselhos estaduais que reuniam representantes da sociedade civil e do Estado, com o objetivo de aproximar o Estado da sociedade e formular políticas públicas com vistas à redemocratização do país”. Nesse sentido, em 1983, nasceu o Conselho Estadual da Condição Feminina, cujas prioridades abarcavam desde “maior politização da violência contra mulheres” até a capacitação antimachista de profissionais que trabalhavam em delegacias.

Desde 1981, atuava em São Paulo o SOS Mulher, um grupo dedicado ao acolhimento de mulheres vítimas de violência. Nesse espaço, as queixas recorrentes também diziam respeito às humilhações sofridas por essas mulheres quando tentavam levar seus casos às delegacias – predominantemente masculinas (MACDOWELL, 2008).

É nesse contexto em que acontece a primeira resposta institucional às demandas das feministas, especialmente no tocante ao reconhecimento da violência contra a mulher como um crime. Em 1985, por iniciativa do então Secretário de Segurança Pública de São Paulo Michel Temer, foi inaugurada a primeira Delegacia da Mulher (DDM) do Brasil, na qual o atendimento era feito por mulheres (MACDOWELL, 2008; SAFFIOTI, 2002A; BANDEIRA, 2014; BLAY, 2003).

É com essa primeira vitória que a violência contra a mulher ganha *status* de problema público, abrindo caminho para possíveis novas reivindicações de cunho criminalizador (IZUMINO, 2003), o que não é visto com bons olhos por todas as militantes, como deixam transparecer Izumino (2003) e MacDowell (2008) ao enfatizarem que é preciso esforço para que o combate à violência não seja esvaziado de problematização e que a criminalização é, de fato, um caminho possível para esta luta, mas não deve ser vista como a única alternativa.

Abordando a questão por outro viés, Saffioti (2002a) promove sua crítica dizendo, primeiramente, que a Delegacia da Mulher nascera como uma medida isolada sem a finalidade de se tornar uma ação afirmativa; e segue explicando que as/os profissionais vinculadas/os às DDMs não receberam, ao longo do tempo, treinamentos adequados referentes às questões de gênero, implicando em mau atendimento e tratamento pouco sensível para com as vítimas.

O Estado de fato absorveu parcialmente as propostas feministas e traduziu-as em uma política pública na área da justiça criminal. Mas esta tradução também significou uma traição, na medida em que restringiu a abordagem feminista à criminalização e não permitiu a institucionalização da capacitação das funcionárias das DDM a partir de uma perspectiva feminista ou de gênero (MACDOWELL, 2008, p. 10).

Essa preocupação é reforçada por Blay (2003) e Bandeira (2014), que explicitam que, apesar de muitas das profissionais das delegacias serem mulheres, frequentemente elas estão inseridas em contextos machistas, tendendo a reproduzir

os padrões sociais que poderiam, por exemplo, resvalar para a culpabilização da vítima.

Além disso, nos anos 1980 também começam a se desenvolver as pesquisas acadêmicas voltadas às questões de gênero (PINTO, 2003; SARTI, 1998). Segundo Bandeira (2014), as feministas americanas apresentavam, neste momento, a violência contra a mulher como categoria sociológica e área de pesquisa. No Brasil, Izumino e MacDowell (2005) alegam encontrar as primeiras pesquisas, as quais refletiam sobre denúncias de violência em âmbito policial e as ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) dedicadas ao atendimento às mulheres em situação de violência; posteriormente, por volta da metade da mesma década, começam a aparecer pesquisas empíricas que investigavam, por exemplo, quais eram as queixas mais registradas pelas mulheres que recorriam às DDMs.

Marlise Matos (2008) demarca o período entre os séculos XVIII e XIX como aquele em que as mulheres “arrombaram as portas do saber acadêmico universitário”, mas explicita que as reflexões críticas voltadas à produção de conhecimento androcêntrica passaram a acontecer a partir dos anos 1930, estendendo-se até 1970. Já no começo dos anos 1980, uma nova abordagem é disseminada: trata-se do conceito de gênero, que tem por objetivo distinguir o sexo biológico daquele que é elaborado nas construções histórica e social, complexificando as interações entre homens e mulheres a partir da perspectiva relacional.

Percebendo, assim, que as discussões relativas ao feminismo e aos direitos da mulher, no Brasil, estão profundamente ligadas à violência, seguimos a diante com exposição do conceito de gênero, que nos proporciona um lugar de análise privilegiado para a compreensão da violência contra a mulher como fenômeno próprio das relações dinâmicas e estratégicas de poder.

3.2 O QUE É GÊNERO

De acordo com Izumino (2003), embora a introdução do conceito de gênero no Brasil não tenha acontecido uniformemente nas Ciências Sociais, sua apropriação marca uma nova fase de estudos relativos à mulher trazendo consigo questionamentos ao patriarcado e à divisão sexual do trabalho, bem como colocando em xeque a divisão entre esferas pública e privada. Matos (2008), por sua vez, aponta para uma resistência inicial enfrentada pelo gênero enquanto categoria:

Parte importante do feminismo [...] veio a criticar o potencial politicamente desmobilizador do conceito, alertando-nos para a possibilidade da fragmentação e desempoderamento feminino que poderia provocar. O risco antevisto seria o de se perder de vista a situação política de opressão vivida pelas mulheres, em prol de uma multiplicação das diferenças de gênero, o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamente feminista (MATOS, 2008, p. 337).

Refletindo sobre o alastramento do conceito no Brasil, Izumino (2003) afirma que, nos anos 1990, a principal referência para a pesquisa sobre gênero no país foi “Gender: a useful category of historical analysis”, de Joan W. Scott (1988). Isto porque a autora teria aberto novas possibilidades de análise sobre homens e mulheres nas sociedades ocidentais, pensando-se acerca dos papéis sexuais.

Historicizando o termo, Scott (1995, p. 72) fala no sentido gramatical, explicando que “gênero” tem sido usado há séculos para tratar de características sexuais, mas que havia pouco tempo que as feministas o utilizavam para se referirem “à organização social da relação entre os sexos”, de forma a enfatizar “o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”.

Entende-se, desde então, o conceito de gênero como uma oposição crítica ao entendimento de que o sujeito universal é o homem heterossexual. Partindo desse ponto, Rago (1998, p. 3) explica que uma vez que existe preocupação em tratar do conhecimento pelo olhar da mulher cientista, que carrega consigo “uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina”, “deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência”.

Essa apreensão vai ao encontro de Scott (1995, p. 73), que, ao falar sobre o estabelecimento do gênero na academia, aponta para o fato de que este

[...] Era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.

Por conseguinte, Scott (1995) trata das características que as novas produções de perspectiva feminina passaram a apresentar, percebendo a presença de questões relacionadas a classe e raça. Designando o que chama de “litanias ‘classe, raça e gênero’”, a autora sublinha que somente o conceito de “classe” vem

acompanhado uma bagagem teórica. Nesse sentido, pensando sobretudo o viés marxista, faz-se uma distinção de três tipos de abordagens para o conceito, a saber: através da compreensão da subordinação e das origens do patriarcado; por meio da tradição marxista e pela aproximação do pós-estruturalismo francês.

As categorias estabelecidas pelas autoras assemelham-se, identificando tipos de abordagens que foram utilizadas por diversas autoras que se dedicaram a “empregar teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e dar conta da mudança histórica” (SCOTT, 1995, p. 76).

Segundo Scott (1995), as teóricas que se alinham à perspectiva patriarcal buscam encontrar explicação para a dominação masculina e a subordinação das mulheres, mas não trabalham de forma a associar as desigualdades de gênero a outros tipos de desigualdades. De forma negativa, sinaliza-se que “a análise continua baseada na diferença física, quer a dominação tome a forma da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tome a forma da objetificação sexual das mulheres” (SCOTT, 1995).

A abordagem marxista⁴¹, conforme a autora, toma o gênero como categoria analítica da mesma forma que o trabalho é tido na obra de Marx, verificando que há interação entre os sistemas de gênero e econômico de forma a produzir experiências sociais. Enquanto, no alinhamento patriarcal, Scott (1995) observa que o problema é tornar o gênero uma categoria a-histórica; aqui, reconhece que, por ser entendido como um subproduto da economia, o gênero não funciona como categoria analítica.

É em ligação com a visão pós-estruturalista que Scott (1995) elabora seu conceito de gênero. Explica que essa linha de pesquisa se concentra sobre os processos de construção da identidade do sujeito, pensando também a linguagem na representação do gênero e as ordens simbólicas que constroem o sujeito. Nesse espaço, narra a autora, as feministas “começaram a encontrar uma voz teórica própria” e “aliados/as acadêmicos/as e políticos/as”.

Dessarte, aliando-se ao pós-estruturalismo, a autora apresenta sua definição de gênero, politicamente potente por abarcar aspectos relativos ao poder. Dessa forma, compreendemos à luz de Scott (1995) o gênero como a diferenciação sexual

⁴¹ A respeito da discussão entre feminismo e marxismo, ler HARTMANN, H. I. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union. In: **Capital & Class**, v. 3, n. 1, 1979. p. 1-33.

existente nas relações sociais baseada em símbolos culturalmente disponíveis e conceitos normativos provindos de conflitos sociais. Ademais, compreendemos também o gênero como um “campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Considerando, portanto, que o poder permeia as relações de gênero, adentramos às discussões a respeito das diferenciações entre esfera pública e privada e de que forma essa compreensão da política se faz fundamental para a problemática da violência contra mulheres.

4 A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

Refletindo sobre a presença da mulher na sociedade, Biroli e Miguel (2014, p. 13) notam que a conquista do direito ao voto não foi suficiente para que deixássemos de ser “marginais na política”. A partir disso, os autores apontam que, na teoria política hegemônica, levando as questões de gênero em conta, pouco tem se produzido a respeito das relações de poder nos mundos doméstico, do trabalho e da política.

Como já dito anteriormente, um ponto de convergência nos feminismos é a noção de que o pessoal é político. Tendo esse lema em vista, faz sentido que haja cuidado para se buscar entender onde se encaixam as discussões a respeito das esferas pública e privada dentro da teoria feminista. Conforme explica Biroli (2014), o entendimento histórico de que há distinções entre o público e o privado tem consequências diferentes para homens e mulheres, tanto na vida íntima (que, nessa configuração, é vista como não política) quanto na vida em sociedade.

De acordo com Sarmiento (2014), para Habermas, a esfera pública surge com a consolidação do Estado moderno para cumprir a função de ser um espaço de mediação acerca de questões que dizem respeito a toda a sociedade. Neste contexto, esta arena discursiva também proporciona aos cidadãos a oportunidade de discutirem criticamente por meio de argumentos, levando à construção da opinião pública.

Contudo, é importante ter em mente que o conceito de esfera pública não foi encerrado e que, durante a produção do próprio Habermas, houve mudanças significativas em sua concepção (SARMENTO, 2014). Sarmiento (2014) nos lembra que o autor apontou que houve um declínio da esfera pública a partir do momento em que o público e o privado passaram a se confundir, lançando-se à esfera pública assuntos de interesse pessoal.

Nesse sentido, destacamos a crítica de Nancy Fraser (1987) ao modelo de esfera pública proposto por Habermas, em que o autor considera que essa é constituída por indivíduos livres e iguais entre si, que se reúnem com o propósito de “argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões e problemas relativos à coletividade” (MARQUES, 2008).

Em contrapartida, Fraser (1987, p. 45) argumenta que há um ponto cego nas teorizações do autor por não abarcarem as questões de gênero: tanto por não considerarem que às mulheres não é assegurado o mesmo direito de participação na

esfera pública quanto pelo fato de que não são consideradas de forma positiva as possíveis interseções entre as esferas pública e privada. Por conta disso, para a autora, o modelo em questão é estanque, pois “exagera as diferenças entre essas instituições e impede a possibilidade de analisar famílias como sistemas econômicos, isto é, lugares de trabalho, troca, cálculo, distribuição e exploração”.

Ou seja,

A autora americana ataca aquela que seria uma das marcas da teoria habermasiana: a divisão entre o sistema e o mundo da vida. Situar a família no espaço do mundo da vida, no qual os contextos de ação se dão de forma socialmente integrada, isto é, por meio de regras e valores implícitos e não de pensamento estratégico, ao contrário dos contextos de ação sistemicamente integrados (tais como a economia, onde prevaleceria uma interação instrumental voltada para a maximização de interesses) é desconhecer, segundo Fraser (1987, p. 43), toda a dinâmica opressora que perpassa o âmbito familiar (SARMENTO, 2014, p. 5).

A autora visa, portanto, à exposição de que a esfera privada do mundo da vida (ilustrada por ela como a família nuclear) também constitui um tipo de relação de poder, na qual são necessárias negociações e estratégias políticas, o que significa que a lógica do sistema, das instituições do funcionamento público, também permeia as relações de gênero em ambiente doméstico. A exemplo disso,

[...] feministas têm mostrado mediante estudos empíricos do processo decisório familiar contemporâneo, manejo das finanças e maus-tratos à mulher, que as famílias estão completamente permeadas [dos meios] ‘do dinheiro e poder’. São lugares de cálculo egocêntrico, estratégico e instrumental bem como lugares de trocas usualmente exploradoras, e de serviços, trabalho, dinheiro, sexo, e inclusive, às vezes, frequentemente coerção e violência” (FRASER, 1985, p. 45).

Além disso, Fraser também elabora uma importante problematização acerca das funções sociais, colocando o trabalho doméstico como uma atividade de “duplo aspecto”, uma vez que une responsabilidades pertinentes tanto à reprodução simbólica quanto à material. Para Habermas, a primeira operaria no sentido de transmitir às novas gerações os valores e padrões culturais, formando identidades; enquanto a segunda está localizada na “esfera do trabalho remunerado” (FRASER, 1987, p. 40).

Consequentemente, Fraser (1987) lança luz ao fato de que o trabalho doméstico executado por mulheres, considerado uma atividade de reprodução simbólica, não é remunerado. Contudo, é frequente que as mesmas mulheres que se

dedicam à manutenção da casa e aos cuidados dos filhos também exerçam atividades remuneradas, de forma que sua participação na sociedade não é plena, pois não acontece de forma igualitária com a participação dos homens. Assim,

Tal como Habermas entende, o cidadão é fundamentalmente um participante do debate político e da formação da opinião pública. Significa isso que a cidadania, a seu ver, depende decisivamente das capacidades de consentir e falar, a capacidade de participar do diálogo em igualdade de condições com outros. Mas essas são capacidades que se acham ligadas à masculinidade no capitalismo clássico de dominância masculina. São capacidades negadas às mulheres de várias maneiras e julgadas estranhas à femininidade (FRASER, 1987, p. 52).

Diante dessa limitação imposta às mulheres, compreendemos que há uma tendência de que a presença feminina permaneça restrita à esfera privada. Para que a vida na esfera pública aconteça de forma igualitária, é necessário que as desigualdades em âmbito privado sejam eliminadas (Biroli, 2014), tanto porque a carga da dupla jornada esgota as mulheres quanto porque, em situações de violência, seu(s) agressor(es) pode(m) cercear sua liberdade.

Nesse mesmo sentido,

Fraser (1999) argumenta que as discussões na esfera pública não podem excluir interesses privados. Essas fronteiras não existem naturalmente, diz a autora, e é a publicidade conjugada da capacidade de construir reivindicações plausíveis que faz essa passagem. Para exemplificar essa consideração, Fraser (1999) usa como exemplo a questão da violência contra as mulheres e como a publicidade de tal assunto o tira do espaço privado e o transforma em objeto de discussão na esfera pública (SARMENTO, 2014, p. 7).

Segundo Biroli (2014, p. 31), a marca que divide o que é público e o que é privado revela tratamentos diferentes para homens e mulheres, os quais podem ser percebidos historicamente, sempre firmando relações que colocavam alguns indivíduos em posição subordinada a outros. Nessa composição, há

uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e [...] experiências como privados e, como não, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares.

Desse modo, desde a modernidade, a esfera privada abriga os papéis de gênero que colocam a mulher como o indivíduo que deve ser dedicado aos seus

familiares e aos cuidados com a casa. Assim, a fim de garantir pleno funcionamento às relações de autoridade e, por consequência, da dominação masculina, ao Estado não competia intervir na vida doméstica, ainda que a integridade da mulher estivesse em risco (BIROLI, 2014).

Neste momento, entretanto, salientamos que a questão da intervenção do Estado na vida da mulher é um ponto de tensão entre as feministas, pois assim como pode ser vista com bons olhos por aquelas que acreditam que esta é uma maneira de proteger mulheres de agressões, também pode ser tida com ressalvas por quem luta por pautas como a legalização do aborto. Outro exemplo desta complexidade diz respeito à própria Lei do Feminicídio, que, de um lado, é interpretada como um avanço legislativo, mas, pelo outro, é criticada por continuar colocando a mulher sob a tutela do Estado, numa relação paternalista (PETRUCCI, 2018).

Referindo-se à problemática do estupro marital, que demorou a ser reconhecido como um abuso devido ao entendimento de que o corpo da mulher pertencia ao marido, Biroli (2014, p. 43) evidencia que “as lutas feministas produziram avanços na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro em diversas partes do mundo”. Neste contexto, a autora destaca, no Brasil, a Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 2006 com o intuito de combater a violência doméstica.

Entretanto, somente a letra da lei não se fez suficiente para reduzir as ocorrências de atos violentos perpetrados contra mulheres, e Biroli (2014, p. 43) atribui esta perpetuação “à construção institucional das normas e das políticas, [assim como] à tolerância a formas cotidianas da dominação masculina, que podem ser situadas no âmbito dos costumes”.

A esse respeito, Saffioti (2002b) ressalta que a violência contra as mulheres só se estabelece em relações de poder em que uma das partes é impedida de exercer o seu próprio poder, o que também pode acontecer com homens, uma vez que

Sujeitos tanto podem ser algozes como vítimas e certamente sempre, ou quase, desempenham os dois papéis. Logo, não se pode identificar os homens com os primeiros e as mulheres como as últimas. Raramente, uma mulher mede forças com um homem, mas solapa suas ações, vinga-se, enfim, reage. Além disso, aprende a ser prepotente em relação aos que detêm menores fatias de poder diante dela. É o caso sobretudo de crianças, mas também de idosos, que sofrem a dominação-exploração e muitas vezes a violências das mulheres (SAFFIOTI, 2002b).

No entanto, a ocorrência do tolhimento em âmbito doméstico é muito maior para as mulheres, que assim perdem sua autonomia, passam a vivenciar a impotência e, por consequência, tornam-se vítimas da violência doméstica (SAFFIOTI, 2002b). Biroli (2014), discutindo sobre as relações de poder que constituem as relações em âmbito doméstico, alega que é necessário compreendê-las para que seja possível entender quais são as consequências políticas desses arranjos privados, uma vez que não é possível apreender completamente o que se passa na esfera pública sem que essas relações sejam levadas em conta, pois elas impactam inclusive as decisões políticas.

Com base em Kaufmann (1995), Saffioti (2002b) postula que as relações entre homens e mulheres são pautadas em contrastes, sendo que, no âmbito privado, a divisão de tarefas baseadas no gênero tem, como consequência, a criação de mais desigualdades. Diante dessa relação, algumas vertentes do feminismo compreendem que é impossível dissociar esfera pública de esfera privada, pois ambas se estabelecem simultaneamente. Trata-se de “um complexo [...] de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra” (BIROLI, 2014, p. 33).

A partir dessa percepção, faz sentido afirmar que, para que algumas pessoas tenham sua integridade, sua autonomia e liberdade garantidas, é necessário que o uso do poder por outras seja restringido. Baseando-se em autoras como Pateman, Okin e MacKinnon, Biroli (2014) reforça que durante a modernidade houve uma preocupação em preservar a esfera pública da intervenção do Estado, de forma que se resguardavam as relações de autoridade que restringiam a liberdade e a autonomia das mulheres.

Com a vigência dessa lógica, “a integridade individual [da mulher] esteve comprometida enquanto a entidade familiar era valorizada. Em nome da preservação da esfera privada, os direitos dos indivíduos na família foram menos protegidos que em outros espaços” (BIROLI, 2014, p. 32).

Diante disso, fica claro que a manutenção da privacidade do âmbito familiar frequentemente favorecia a dominação masculina. Tendo essa questão em vista, é possível visualizar que, por vezes, é necessário que se legisle sobre a vida privada, visto que “a compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete

apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes” (BIROLI, 2014, p. 32).

No entanto, apesar de essa conclusão parecer óbvia diante do exposto, Biroli (2014) nos lembra que há diversas abordagens teóricas de matriz feminista que se mantêm alinhadas à compreensão dicotômica do público e do privado⁴². Neste trabalho, alinhamo-nos à crítica feminista à teoria democrática de Habermas, pois, assim como explica a autora, consideramos que “a análise crítica das relações de poder nas esferas convencionalmente entendidas como não públicas ou não políticas é necessária para se compreenderem as consequências políticas dos arranjos privados” (BIROLI, 2014, p. 33).

Com esse posicionamento em mente, faz-se possível realizar uma leitura política a respeito do desenvolvimento dos estudos sobre a violência contra as mulheres no Brasil, bem como conhecer as soluções penais encontradas pelo Estado brasileiro para que se cumpra de proteção da vida das mulheres.

4.1 DIFERENTES NOMES DADOS A VIOLÊNCIAS DE MESMA ORIGEM

Ao entrarem em contato com os primeiros estudos sobre a violência contra a mulher feitos no Brasil, MacDowell e Izumino (2005) constataram que, naquele momento, interessava às pesquisadoras a denúncia da violência, de modo que buscavam descobrir quais eram os crimes mais praticados contra as mulheres, quem eram essas mulheres que se encontravam em situação de violência e quem cometia esses crimes.

As autoras diferenciam três correntes teóricas que tratam da violência de gênero – ou contra a mulher, como discutiremos ao final deste capítulo –, a saber: dominação masculina, relacional e dominação patriarcal.

A dominação masculina está relacionada à perda de autonomia da mulher, que é vista como uma vítima condescendente, que não resiste nem contra-ataca, sendo, portanto, cúmplice da violência a que é submetida. Neste escopo, utilizam como referência Marilena Chauí, que entende a violência contra a mulher como

⁴² Esse tipo de abordagem se faz presente em estudos do feminismo negro, como pode ser visto, por exemplo, em: STACK, Carol. Roles sexuales y estrategias de supervivencia en una comunidad negra urbana. In: JABARDO, Mercedes. **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficantes de sueños, 2012. p. 187-206.

“resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres” (MACDOWELL; IZUMINO, 2005, p. 149).

A corrente relacional, representada, segundo as autoras, por Maria Filomena Gregori, diz respeito à compreensão de que a violência pode se estabelecer também como um jogo comunicacional, refutando a ideia de que o relacionamento entre homem e mulher seja uma relação de poder, mas “considera que a mulher tem autonomia e participa ativamente na relação violenta” (MACDOWELL; IZUMINO, 2005, p. 152).

MacDowell e Izumino (2005, p. 148) associam a interpretação patriarcal ao marxismo, considerando a violência como a linguagem do patriarcado, “em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino”. Segundo esta abordagem, as mulheres são puramente vítimas da violência, pois estão em um relacionamento em que a distribuição de poder é desigual.

No contexto da dominação patriarcal, as autoras destacam a produção de Saffioti, que trata da violência contra a mulher como parte de um sistema de exploração, que também é racista e capitalista. Pinto (2003) considera que o trabalho de Saffioti (1976) “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” é o responsável por inaugurar a produção acadêmica brasileira sobre a mulher.

Discorrendo sobre a violência doméstica, Saffioti (2002a) vai de encontro com a crença expressada pela corrente da dominação masculina explicando que

O sentimento de onipotência experimentado pela maioria das mulheres transforma-as, não em cúmplices, conduta que exigiria plena consciência do contexto social, econômico e político que comporta as relações patriarcais de gênero, mas em colaboradoras, em inocentes úteis. Ao se atribuírem a capacidade de produzir mudanças de base em seus parceiros, as mulheres vítimas de violência doméstica caem na armadilha das normas que regem as relações entre a categoria social homens e a categoria social mulheres, que incluem o endeusamento da mãe e, por conseguinte, um exagero da capacidade feminina de modelar os filhos (SAFFIOTI, 2002a, p. 68-69).

Esta percepção da autora nos leva à interpretação de que os papéis sociais de gênero favorecem a formação de relações violentas. Assim como Bandeira (2008) afirma que as práticas violentas – muitas delas expressões de ódio – são tidas como um direito masculino, Saffioti (2002b) declara que existe um acordo social tácito segundo o qual o homem é autorizado a agredir uma mulher desde que não deixe nenhuma marca, isto é: que não torne a agressão pública.

Diante dessas considerações, defendemos a pertinência de se expor a discussão existente acerca da nomenclatura a ser empregada nos estudos e nos debates cotidianos sobre a violência contra mulheres, pois assentimos com o destaque feito por Izumino (2003) de que as práticas que detratam as mulheres devem ser nomeadas para que a violência se torne um fenômeno visível.

Esse tipo de indefinição pode desencadear problemas inclusive na aplicação de leis que penalizam as agressões cometidas contra mulheres, como é o caso da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Em seu texto, faz-se menção à violência doméstica e à familiar, o que, na ocasião da queixa prestada por Eliza Samúdio, serviu como argumento para a juíza de que a vítima de Bruno não deveria ser protegida pelo Estado devido à informalidade do relacionamento entre os dois⁴³.

Por conta de problemas como esse causados pela indefinição dos termos que dizem respeito à violência contra mulheres, vemos como necessário apresentar brevemente algumas distinções feitas por autoras como Saffioti (2001; 2002a; 2002b), Bandeira (2014), Izumino e MacDowell (2005) e Izumino (2003). Destacamos, entretanto, que não há pretensão de se esgotar este debate ou mesmo de encontrar um consenso entre as autoras.

Logo no início de seu texto “Violência contra a mulher e violência doméstica”, Saffioti (2002b) considera que tais nomenclaturas não são excludentes e que se sobrepõem. Para ela, a “violência contra a mulher” extrapola a noção de “violência doméstica” à medida que exclui outros tipos de abusos que podem ocorrer dentro do que é considerado como o domicílio das vítimas, as quais também podem ser crianças, empregadas domésticas ou demais agregados.

Quando se refere a domicílio, porém, a autora esclarece que

não se trata meramente de um território geográfico; trata-se, sim, de um território simbólico. Esse caráter simbólico dos laços que permitem a exploração-dominação exercida pelo patriarca extrapola o território da família/grupo domiciliar e se ancora em todos os domínios da sociedade (SAFFIOTI, 2002b, não p.).

O argumento utilizado por Saffioti para defender a utilização dos termos “violência doméstica” ou “violência familiar” dá conta do fato de que falar puramente em violência contra a mulher deixa de abarcar os casos em que as agressoras são

⁴³ Ocorrência relatada na página 13 de nossa Introdução.

elas, prejudicando a exposição de casos em que crianças são espancadas, por exemplo.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, Izumino (2003) apresenta o entendimento de Kurz (1997), que demonstra receio que a ênfase sobre a categoria família implicada na nomenclatura da “violência doméstica” esvazie o sentido da dominação masculina existente nas práticas de violências contra mulheres, além de presumir um risco de que as mulheres poderiam se tornar, nos registros de violência doméstica, as principais ofensoras.

Ainda segundo Izumino (2003), há também uma corrente de pesquisadoras que optam pela expressão “violência conjugal”, uma vez que, dessa maneira, faz-se claro o tipo de relação existente entre vítima e agressor.

Mais uma vez o esforço reside em demonstrar que o casamento representa uma zona de perigo para a mulher, enfatizando que a mulher tem no cônjuge o principal agressor. Esta categoria tem sido expandida para incorporar outros tipos de relacionamentos íntimos, como por exemplo, noivos e namorados, uma vez que as dinâmicas nesses relacionamentos e os motivos para as agressões são bastante semelhantes àqueles que podem ser observados entre casais que vivem um relacionamento íntimo estável (IZUMINO, 2003, p. 68).

A crítica feita a essa percepção, normalmente por aquelas pesquisadoras que declaram preferência pelo uso de “violência contra mulher”, baseia-se na consideração de que “violência conjugal” teria um significado implícito de que, nos relacionamentos, homens e mulheres seriam igualmente violentos. De maneira semelhante, para esta linha, o julgamento voltado à terminologia “violência familiar” observa a implicância de que, nos arranjos familiares, homens e mulheres estariam em pé de igualdade (IZUMINO, 2003).

Embora reconheçamos a existência de uma crítica direcionada a um reforço do vitimismo da mulher (IZUMINO, 2003; IZUMINO; MACDOWELL, 2005), alinhamo-nos à vertente que considera mais adequada a utilização do termo “violência contra as mulheres”, pois entendemos, conforme Melo e Teles (2002), que esta opção contempla a vigência de uma construção social que visa ao controle da mulher por meio de agressões cometidas por homens que procuram manter o domínio masculino.

Por fim, destacamos a nomenclatura “violência de gênero”, que, eventualmente, é utilizada nesta pesquisa como sinônimo de “violência contra as mulheres”. Como explica Bandeira (2014), esta expressão abrange o caráter

relacional do conceito de gênero, admitindo, portanto, a formação de relações interpessoais desiguais, as quais permitiram que as práticas violentas sobre os corpos (assim como sobre os patrimônios e sobre a psique) de mulheres tenham se estabelecido historicamente como o *modus operandi* das relações entre homens e mulheres.

4.1.1 Linha do tempo das respostas legislativas às demandas pelo combate à violência contra mulheres

Nesta seção fazemos uma revisão dos direitos garantidos às mulheres por meio da lei, desde as primeiras legislações que operaram em nosso país até as conquistas mais recentes, como a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) e a tipificação do crime de importunação sexual (Lei nº 13.718/2018), cuja sanção ocorreu em setembro de 2018.

De acordo com Fernandes (2015, p. 5), “a evolução dos direitos da mulher ao longo da história representa a própria evolução da mulher na sociedade”. Essa percepção se deve ao fato de que, no Brasil, os códigos jurídicos que ordenaram a sociedade estiveram sempre buscando a preservação da honra, de modo que se apenava somente os crimes sexuais a fim de proteger a reputação da vítima e de sua família.

Revisando esse histórico, a autora percebe até muito recentemente uma série de preocupações que não diziam respeito à integridade da mulher. No Código Penal de 1940, o crime de estupro passou a ser tratado como um crime “contra os costumes”; até 2005, “o casamento do autor do estupro com a vítima acarretava a extinção da punibilidade do agente” (FERNANDES, 2015, p. 5).

Essas características estão diretamente ligadas ao histórico patriarcal do país. No período do Brasil Colônia, a autora explica que vigiam as Ordenações Filipinas, segundo as quais as mulheres eram vistas como indivíduos com “fraqueza de entendimento”, de forma que deviam estar sempre sob tutela masculina. Nesse momento, havia penas relacionadas à proteção da “religiosidade, posição social, castidade e sexualidade” da mulher (FERNANDES, 2015, p. 7). Assim, o estupro era crime passível de pena de morte, assim como adultério da mulher também dava direito ao marido para matá-la junto de seu amante (FERNANDES, 2015).

Embora a autorização do assassinato da mulher adúltera tenha sido abolida no Código Criminal do Império do Brasil, em 1830, os crimes praticados em prol da defesa da honra (fosse do marido traído ou da família da mulher) ainda eram admitidos. De acordo com a Constituição do período, todos os indivíduos eram iguais diante da lei, o que, no entanto, não garantia igualdade de direitos entre homens e mulheres (FERNANDES, 2015).

Em todas as modalidades de estupro previstas, inclusive aquelas cometidas com violência, não se impunha a pena aos réus que casassem com as ofendidas (art. 225). Caso não o fizessem, além da pena de desterro, degredo ou prisão, deveriam “dotar” a ofendida. [...] O aspecto da honra está presente também nas elementares dos tipos do crime de estupro, em que havia a referência à “mulher virgem” (art. 219), à “mulher honesta” (arts. 222 e 224) e à “prostituta” (art. 222), com penalidade reduzida em razão dessa circunstância (FERNANDES, 2015, p. 10).

Na era republicana acontece uma grande vitória para as mulheres: como resultado de movimentos feministas, adquire-se o direito ao voto, em 1934. Contudo, no que diz respeito à proteção da mulher, não houve grandes avanços. Já em 1940, o Código Penal instituído no governo de Getúlio Vargas encerrou com as referências à honra, tratando da violência sexual como “atentatória aos costumes” (FERNANDES, 2015).

Conforme recordam Almeida e Andrade (2017), em 1985, como resposta às demandas de inclusão de pautas feministas e de proteção das mulheres no processo de redemocratização, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) junto ao Ministério da Justiça. Este órgão se articulou aos movimentos feministas com o objetivo de fazer propostas referentes aos direitos das mulheres na Constituinte de 1988 através de um documento que ficou conhecido como “Carta das Mulheres”, a qual

apresentou originalidade em dois pontos, sendo um deles com relação à violência contra as mulheres. Havia uma proposta de defesa da integridade física das mulheres, bem como a redefinição conceitual de estupro e de sua classificação penal, assim como a demanda pela criação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres em todos os municípios brasileiros (ALMEIDA E ANDRADE, 2017, não p.).

Por consequência dessa mobilização, a Constituição de 1988 apresenta artigos que versam sobre a igualdade entre homens e mulheres, além de um

parágrafo⁴⁴ em que o Estado passa a se comprometer com o combate à violência no seio familiar. A despeito disso, Almeida e Andrade (2017) fazem notar que não se faz menção à proteção da mulher de forma clara, o que interpretam como uma maneira de buscar a preservação da instituição família e não de resguardar os direitos individuais das mulheres e de sua integridade.

Ademais, como já apresentamos no capítulo 3.1, o cenário da redemocratização também favoreceu, em 1985, a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) como uma resposta do Estado aos movimentos de mulheres que cobravam com urgência a implementação de políticas públicas que prevenissem e punissem a violência contra a mulher (PASINATO, 2004).

Segundo Pasinato (2004), outro produto do espírito da redemocratização foi a promulgação da Lei 9.099/1995, que fundou os Juizados Especiais Criminais (JECrim). Izumino (2003)⁴⁵ explica que os Juizados Especiais surgiram como uma desformalização da justiça, deixando por conta da justiça formal somente casos como homicídios com o objetivo de diminuir a morosidade penal de crimes que passaram a ser conhecidos como de “menor potencial ofensivo”.

No que diz respeito à violência de gênero, os JECrim passaram a acumular grande número de queixas de agressões que ocorriam entre casais, de modo que

A Lei 9099/95 deu novos ares às pesquisas e debates sobre a problemática da violência contra a mulher, provocando o movimento de mulheres a refletir a respeito da violência denunciada, dos anseios das mulheres e das respostas judiciais que vinham sendo oferecidas (IZUMINO, 2003, p. 259).

Assim, perante ao conceito de “menor potencial ofensivo”, iniciou-se uma intensa articulação crítica por parte de mulheres que atuavam no sistema de Justiça, colocando-se em evidência o fato de que havia uma postura discriminatória em relação aos casos de violência contra mulheres. A partir disso, começaram-se a encadear a demanda pela tipificação da violência doméstica (IZUMINO, 2003).

Já em 2004, conforme expõe Fernandes (2015), o tipo “violência doméstica” passou a constar no Código Penal com o acréscimo dos parágrafos 9º e 10 ao artigo

⁴⁴ Artigo 226: § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 1988).

⁴⁵ A autora dedicou sua pesquisa de doutorado a estudar as relações entre o funcionamento dos Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero, expondo-se todas as nuances dessa medida jurídica.

129 por força da Lei nº 10.886/2004. No ano seguinte, a Lei nº 11.106/2005 alterou os artigos 148, 215, 216, 227 e 231 do Código Penal para que, assim, fossem retiradas da legislação as menções à honra da mulher, bem como se extinguisse a não punição de estupradores que se casassem com suas vítimas (FERNANDES, 2015).

Seguindo a ordem das mudanças legislativas em prol das mulheres, em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha. Porque “rompeu com o tradicional processo penal e criou um processo dotado de efetividade social, para proteger a mulher e prevenir a violência”, esta lei foi considerada inovadora. Com ela, “o processo surge como uma possibilidade de intervenção na história de violência [contra] mulheres, protegendo-as, recuperando o agressor e até mesmo adotando medidas cíveis para assegurar a subsistência da vítima durante o processo” (FERNANDES, 2015, p. 16).

MacDowell (2010) aponta ainda para o fato de que a Lei Maria da Penha retira dos Juizados Especiais Criminais a atribuição de julgar casos de violência contra mulheres. São criados, em contrapartida, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os quais ficam a cargo dos tribunais estaduais.

Além disso, ambas as autoras destacam que a promulgação da Lei Maria da Penha não foi imune a críticas: há juristas que consideram que assim se fere o princípio da igualdade ao se criar uma “discriminação positiva” em favor das mulheres (MACDOWELL, 2010; FERNANDES, 2015).

Gerando ainda mais controvérsias, em março de 2015, a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.104, que versa sobre o feminicídio. Por meio desta, altera-se o artigo 121 do Código Penal para o acréscimo do tipo específico para o assassinato de mulheres por razão de serem mulheres. Em trabalho anterior, discutimos longamente a respeito das críticas de criminalistas feministas direcionadas à lei. Alguns dos argumentos utilizados por essas autoras são o do punitivismo (que pode atingir, sobretudo, homens de classe social mais baixa) e o da manutenção da ordem patriarcal (PETRUCCI, 2018).

Por fim, mais recentemente, entrou em vigor a Lei nº 13.718/2018, que tipifica “os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro”, além de tornar incondicionada a ação penal para “crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável” (BRASIL, 2018). Com essa promulgação, passa a ser considerada importunação sexual, portanto, a prática de atos libidinosos contra alguém sem que haja consentimento.

Tendo em vista a recapitulação das legislações que abordam os direitos humanos das mulheres, seguimos nossa pesquisa com o estudo do conceito de enquadramento que baseará nossa análise de forma teórica e metodológica.

5 ENQUADRAMENTO

Visando alcançar nosso objetivo de examinar qual foi o enquadramento multimodal⁴⁶ produzido pelo Portal UOL acerca do Caso Eliza Samúdio a fim de compreender como são abordadas as questões relativas aos direitos das mulheres e à violência contra elas perpetradas, interessa-nos apreender o que são os enquadramentos noticiosos e como são operacionalizados.

O conceito de enquadramento foi cunhado por Bateson (1976), que pretendia colaborar com a construção de uma epistemologia da teoria psiquiátrica. Partindo da premissa de que havia sinais que davam o tom do tipo de conversa que estava em curso, o autor se dedicou à observação de animais em zoológicos a fim de identificar padrões reproduzidos entre membros de uma mesma espécie:

[...] Eu fui ao zoológico Fleishhacker em San Francisco para procurar critérios comportamentais que indicariam se qualquer dado organismo é ou não é capaz de reconhecer que os sinais emitidos por si e por outros membros da espécie são sinais. [...]

Eu sabia, é claro, que não havia probabilidade de encontrar mensagens denotativas entre os mamíferos não humanos, mas eu ainda não sabia que os dados dos animais requereriam uma revisão quase total do meu pensamento. O que eu encontrei no zoológico foi um fenômeno bem conhecido de todos: vi dois jovens macacos brincando. Isto é, engajados em uma sequência interativa da qual as ações ou sinais se assemelhavam a, mas não eram o mesmo que os de combate. Era evidente, mesmo para o humano observador, que a sequência como um todo não era de combate, e evidente para o humano observador que para os macacos participantes isso 'não era combate' (BATESON, 1976, p. 68. Tradução nossa)⁴⁷.

Descrevendo os comportamentos observados, Bateson (1976) insere a noção de *frame*, fazendo um jogo de colocações em que os enunciados parecem paradoxais, revelando que

Toda essa questão de quadros e paradoxos pode ser ilustrada em termos do comportamento animal, em que três tipos de mensagem podem ser

⁴⁶ A técnica do enquadramento multimodal será discutida em detalhes no próximo capítulo.

⁴⁷ “[...] I went to the Fleishhacker Zoo in San Francisco to look for behavioral criteria which would indicate whether any given organism is or is not able to recognize that the signs emitted by itself and other members of the species are signals.[...] I knew, of course, that there was no likelihood of finding denotative messages among nonhuman mammals, but I was still not aware that the animal data would require an almost total revision of my thinking. What I encountered at the zoo was a phenomenon well known to everybody: I saw two young monkeys playing. i.e., engaged in an interactive sequence of which the unit actions or signals were similar to but not the same as those of combat. It was evident, even to the human observer, that the sequence as a whole was not combat, and evident to the human observer that to the participant monkeys this was ‘not combat’” (BATESON, 1976, p. 68)

reconhecidos ou deduzidos: (a) mensagens do tipo que chamamos aqui de sinais de humor; (b) mensagens que simulam sinais de humor (em jogo, ameaça, histeriônica, etc.); e (c) mensagens que permitem que o receptor discrimine sinais de humor e outros sinais que se assemelham a eles. A mensagem "Isto é brincadeira" é desse terceiro tipo. Diz o receptor que certas mordidas e outras ações significativas não são mensagens do primeiro tipo (BATESON, 1976, p. 72. Tradução nossa)⁴⁸.

Ao falar sobre a comunicação humana, o autor faz referência à interpretação de manchetes de jornais, dizendo que esse tipo de leitura provoca estímulos relacionados ao ambiente em que se convive, transmitindo mensagens objetivas e diretas, ou seja, que correspondem a um repertório que já se tem (BATESON, 1976). Segundo Van Gorp (2006), para Bateson, o enquadramento especifica as relações entre elementos conectados em um texto de forma que um assunto possa ser delineado e compreendido.

A despeito dessa breve referência à comunicação na produção de Bateson, é com Goffman (1986) que o conceito de enquadramento é deslocado para esse campo. Posicionando-se em uma perspectiva situacional, o autor assume que toda vez que alguém se encontra em determinada situação, este alguém se pergunta o que está havendo, seja de forma consciente ou não. A este processo, dá-se o nome de "limn out a framework", algo como "definir a situação" (GOFFMAN, 1986).

Considerando os estudos de Bateson (1976), Goffman (1986) faz uma analogia das brincadeiras dos animais vistos pelo outro no zoológico com notas musicais (*keys*), denominando assim as atividades realizadas convencionalmente, as quais já carregam consigo significados prévios. Trata-se de uma "transformação sistemática através de materiais que já possuem significados de acordo com esquemas de interpretação, sem os quais as notas não têm significados" (GOFFMAN, 1986, p. 45).

A respeito do *frame*, o autor também aponta uma definição que serve ao nosso propósito de empreender uma análise longitudinal do Caso Eliza Samúdio, isto é, diz-se que o enquadramento também pode sofrer alterações ao longo do tempo. "Parte dessas mudanças ocorrem devagar e separadamente uma da outra, então durante

⁴⁸ "This whole matter of frames and paradoxes may be illustrated in terms of animal behavior, where three types of message may be recognized or deduced: (a) messages of the sort which we here call mood-signs; (b) messages which simulate mood-signs (in play, threat, histerionics, etc.); and (c) messages which enable the receiver to discriminate between mood-signs and those other signs which resemble them. The message "This is play" is of this third type. It tells the receiver that certain nips and other meaningful actions are not messages of the first type" (BATESON, 1976, p. 72).

alguma dessas ocasiões, os envolvidos podem sentir que algum *frame* prevaleceu em relação a outro” (GOFFMAN, 1986, p. 54), explica acrescentando que, “como deve ser esperado, os sentimentos variam consideravelmente de acordo com a nota usada particularmente em cada questão” (GOFFMAN, 1986, p. 55).

A fim de exemplificar a formação dos enquadramentos, Goffman (1986) afirma que o que é ofensivo em um filme pode não ser em um romance, uma vez que, ao se julgar um espetáculo, modelos originais são tidos como parâmetro em vez de se procurar compreender um personagem como uma nota específica de um enquadramento.

Mendonça e Simões (2012, p. 191) notam o crescimento de pesquisas de enquadramento que se debruçam sobre os media, sobre a sociedade e a política, afirmando que isso se deve “à percepção de que quadros específicos adquirem visibilidade nos media e atravessam outros processos sociais”. Nesse sentido, diversas produções podem ser mencionadas: há aquelas que buscam analisar a cobertura do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (Rizzotto; Prudencio; Sampaio, 2017, 2018; Cardoso; Souza, 2016; Coimbra, 2018; Gutemberg; Oliveira, 2016), outras que se dedicam às questões raciais (Campos; Feres Jr; Daflon, 2013; Moya, 2009), assim como investigações acerca dos entrelaçamentos de política e religião (Leitão; Guazina, 2017; Dias; Rothberg, 2012).

“A maioria dos estudos entende [os quadros] como uma moldura interpretativa, que seleciona determinados aspectos da realidade, salientando-os e organizando a interpretação sobre eles”, expõe Sarmento (2015, p. 90). Essa afirmação nos remete à forma com que o conceito é tratado por Gamson e Modigliani (1989), que se utilizam da noção de “pacotes interpretativos”, os quais, explicam, atribuem significados a uma questão. Para esses autores, o *frame* aparece como a ideia organizadora que atua no interior dos “pacotes interpretativos”.

Aplicando a análise de enquadramento ao discurso midiático sobre a energia nuclear, Gamson e Modigliani (1989) apresentam alguns aspectos pertinentes ao *frame*: (1) cada sistema cultural conta com uma dinâmica própria para a interpretação de questões políticas; (2) enquadramentos não devem ser confundidos com posicionamentos contrários ou favoráveis a decisões políticas e (3) mudanças no discurso da mídia não causam mudanças na opinião pública – revelando um viés construtivista:

Cada sistema interage com o outro: o discurso da mídia faz parte do processo pelo qual os indivíduos constroem significado, e a opinião pública faz parte do processo pelo qual jornalistas e outros agentes culturais desenvolvem e cristalizam significado no discurso público⁴⁹. [...]

Os pacotes, se quiserem permanecer viáveis, têm a tarefa de construir significado ao longo do tempo, incorporando novos eventos em seus quadros interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 2 e 4. Tradução nossa).

Contudo, os autores notam uma limitação na abordagem construtivista aplicada ao enquadramento, alegando que, ao se fazer uma pesquisa com a audiência, a simples enunciação de uma pergunta já sugere que há um enquadramento comum sobre a questão discutida. Desse modo, concluem que é necessário que o método para a realização de pesquisas desse tipo deve possibilitar que o pesquisador observe como são formados os pensamentos do público a partir do acesso a diferentes pacotes interpretativos.

Dentro de uma categorização proposta por Mendonça e Simões (2012)⁵⁰, Gamson e Modigliani (1989) integram uma vertente de pesquisas sobre enquadramento que está centrada na “análise de conteúdo discursivo”, que se preocupa sobretudo com como os discursos formam seus enquadramentos sobre questões específicas de natureza variada e, assim, convida seu público a uma interpretação.

Notando o alinhamento dos autores ao construcionismo, Mendonça e Simões (2012, p. 194) colocam-nos na trilha de Goffman, afirmando que seu estudo tem o enquadramento como “estruturas que orientam a percepção da realidade e a ação dos sujeitos sobre ela”. Aqui, o *frame* é encontrado no próprio conteúdo do discurso, desvelando um tipo específico de interpretação.

Afastado da perspectiva construtivista, mas visto por Mendonça e Simões (2012, p. 193) como também pertencente à linha da “análise de conteúdo discursivo” encontra-se Entman. Segundo os autores, esta é a abordagem mais recorrente nos

⁴⁹ “Each system interacts with the other: media discourse is part of the process by which individuals construct meaning, and public opinion is part of the process by which journalists and other cultural entrepreneurs develop and crystallize meaning in public discourse” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 2). “Packages, if they are to remain viable, have the task of constructing meaning over time, incorporating new events into their interpretive frames” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 4).

⁵⁰ Na corrente “análise da situação interativa”, que visa às interações sociais, encontra-se Goffman (1986). Já a vertente da “análise de efeito estratégico” lida com o conceito de *framing effects*, com o qual trabalham Kahneman e Tversky (1981) e Chong e Druckman (2007) (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

estudos de comunicação e política e, devido à definição de enquadramento proposta por Entman, “fica evidente sua dimensão política”.

Entman (1993) define o *frame* como as seleções e saliências que são apresentadas nos textos, isto é: alguns aspectos da realidade são selecionados e tratados de forma que se sobressaíam. Tal dinâmica, para o autor, implica em um tipo particular de definição dos problemas, bem como na interpretação de sua causa, em seu julgamento moral e nas recomendações de tratamento que podem ser sugeridas.

“Enquadramento é indiscutivelmente uma vítima de seu próprio sucesso”, é como Entman, Matthes e Pellicano (2009, p. 75) começam a trabalhar o conceito em um capítulo de “The Handbook of Journalism Studies”. Desde 1993, Entman já voltava sua crítica à dificuldade de precisar o conceito de enquadramento, supondo que esse devia ter-se constituído como um paradigma de pesquisa, quando, na verdade, tornou-se uma espécie de programa de pesquisa que deve constantemente recorrer a outras teorias.

Em 2009, a proposta de Entman, Matthes e Pellicano é primeiramente esclarecer o que de fato é o enquadramento para, posteriormente, concluir que ainda é necessário que se faça um esforço a fim de desenvolverem uma teoria integrada ao *framing* no que diz respeito ao seu todo: construção, circulação, impacto e reação. Consideram, então, a definição do enquadramento proposta por Entman em 1993 como a mais apropriada, de modo a criticar o entendimento de Gamson e Modigliani (1989) de que se trata da organização de uma ideia central que provê significado a uma série de desdobramentos acerca de um evento. Segundo os autores, essa definição é insuficiente.

Importante destacar, ainda, que Entman defende que tais enquadramentos perpassam todo o processo comunicativo: eles se situam nos interlocutores, nos textos e na própria cultura. Assim, o poder de enquadrar algo não está em nenhuma dessas instâncias, mas na relação entre elas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

Mais recentemente, corroborando a crítica de Entman (1993) acerca do “paradigma fraturado”, Vimieiro e Dantas (2009, p. 2) compartilham que, embora o conceito de enquadramento tenha se popularizado muito, ainda há imprecisão em sua definição, de forma que se carece de sistematização metodológica, o que fica notável quando se tem em vista as inúmeras apropriações do que, para o autor, deveria ter se constituído como um paradigma. Com essa variedade de aplicações

metodológicas, “os resultados das pesquisas poderiam ser diferentes caso outros pesquisadores as tivessem conduzido”, criticam.

De acordo com Vimieiro e Dantas (2009, p. 4), a visão de Entman (1993) sobre o enquadramento está ligada ao entendimento de que “textos podem fazer algumas informações mais salientes pela colocação ou repetição ou por associá-las a símbolos culturalmente familiares” e, por consequência, ao se focar em determinado ponto do conteúdo, outros aspectos de uma mesma realidade são escondidos ou simplesmente apagados.

Por outro lado, a perspectiva construtivista se debruça sobre os aspectos culturais ligados ao enquadramento, considerando que assim ocorre a construção de sentidos em nível coletivo.

Nessa linha de pensamento, os enquadramentos dizem menos das disposições individuais dos jornalistas e outros profissionais dos media e mais de sentidos compartilhados socialmente. Esses sentidos ultrapassam a cobertura de eventos específicos e têm relação com “esquemas interpretativos” mais gerais que podem ser captados tanto na mídia quanto em outras arenas discursivas. Ou seja, os *frames* não são uma especialidade da mídia [...]. Os enquadramentos são construtos sociais, articulados por meio do discurso, que circulam pelo ambiente social e que podem se manifestar e, logo, serem analisados, em diversos âmbitos. [...] [Reitera-se] que essa perspectiva dá a ver que os processos de enquadramento são complexos e não podem ser explicados apenas por estruturas textuais e pela formatação das mensagens (VIMIEIRO e DANTAS, 2009, p. 5).

Tendo como intuito contribuir com a constituição da teoria do enquadramento ao integrar diversas abordagens do conceito, de modo que se forme uma teoria social ampla, Scheufele (1999) leva a discussão para o campo dos *media effects*. O autor afirma que no âmbito da comunicação e política, o conceito de enquadramento deve ser definido e operacionalizado a partir da perspectiva do construcionismo social, pois entende que os meios de comunicação de massa têm alto impacto na construção social da realidade, uma vez que formam enquadramentos previsíveis e padronizados.

O autor ainda relaciona Gamson e Modigliani (1989) a Gaye Tuchman (1978), socióloga do jornalismo que contribuiu para consolidar a teoria da construção social da realidade pelos *media*. Conforme Scheufele (1999), enquadramento midiático, na visão de Gamson e Modigliani (1989), consiste em delimitar uma janela para determinados eventos e, assim, investi-los de significado. Definição similar é trazida por Tuchman (1978), a qual entende enquadramento como qualidade inata ao

jornalismo, visto que a identificação e classificação de informações a fim de transmiti-las a sua audiência de modo eficiente e célere são as bases do exercício profissional.

De acordo com D'Angelo (2002), no enquadramento, o paradigma construcionista está relacionado à compreensão de que os jornalistas são os responsáveis pela criação de “pacotes interpretativos” sobre posições políticas (de suas fontes, de patrocinadores do jornal ou da própria empresa), de modo a trazer à baila o aspecto cultural inerente às matérias publicadas.

Nesse ponto, relaciona-se o enquadramento de perspectiva construcionista à ideia de cooptação, o que significa, para o autor, que um único *frame* pode predominar em uma cobertura jornalística que se estende ao longo do tempo e que este pode ser visto como um material de apoio para que os indivíduos formem suas opiniões (D'ANGELO, 2002).

Em resposta à crítica de Entman, D'Angelo (2002, p. 871) defende a inexistência de um único paradigma regente do enquadramento. “A missão integracionista da comunicação é bem servida pela diversidade teórica e paradigmática do programa de pesquisa de enquadramento de notícias”⁵¹, afirma. Com isso, elenca, além do paradigma construtivista, o cognitivo e o crítico como sendo possíveis para esta discussão.

Conforme o desenho feito pelo autor, a linha cognitiva está associada à ideia de negociação, a qual acontece no momento em que o enquadramento se encontra com o conhecimento prévio do indivíduo acerca do assunto abordado. Dessa forma, a confiança na informação se configura como ponto fundamental para a tomada de decisões. Em suma, os pesquisadores dedicados à essa vertente estão interessados em “detectar pensamentos que reflitam as proposições codificadas pelo *frame*” (D'ANGELO, 2002, p. 876).

De forma semelhante ao que ocorre no construtivismo, os estudiosos do cognitivismo, conforme D'Angelo (2002), também levam em conta a rotina de produção do jornalista, assumindo que ela é capaz de colaborar na formação de uma variedade de enquadramentos sobre um único evento. O autor também nota que, frequentemente, as pesquisas cognitivas também estão relacionadas aos *framing*

⁵¹ “Communication’s integracionist mission is well served by the theoretical and paradigmatic diversity of the news framing research program” (D'ANGELO, 2002, p. 871).

effects. São destacados nesta corrente nomes como os de Iyengar e Kinder (1987), Rhee (1997), Valkenberg, Semetko e de Vreese (1999).

A fim de realizar análises concernentes à opinião pública formada a partir dos enquadramentos, Iyengar (1990) aplica uma série de *surveys* para melhor compreender como o público considera, a partir daquilo que é reportado pela mídia, as responsabilidades atribuídas a indivíduos ou instituições a respeito de tópicos políticos. Assim, define dois tipos de enquadramentos que podem ser acionados pelas notícias: episódico, cujo foco é voltado aos eventos; ou temático, que busca referências contextuais e analíticas (PORTO, 2002).

Valkenburg e Semetko (2000) também trabalham no sentido de colaborar com uma análise de enquadramento dedutiva, definindo variáveis prévias que possam ser facilmente replicadas e operacionalizadas para a pesquisa de grandes corpus. Com isso, baseados em achados sobre o *frame* apresentados pela literatura, os autores elaboram uma categorização de cinco enquadramentos recorrentes nessas pesquisas (de conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade ou atribuição de responsabilidade), os quais discutiremos detalhadamente no próximo capítulo.

Por sua vez, Entman, para D'Angelo, está associado ao paradigma crítico, que entende que os jornais selecionam informações de forma intencional, assim como omitem determinados enquadramentos para questões que podem ameaçar o *status quo*. Além disso, o autor também considera que, para os pesquisadores críticos, a rotina de produção jornalística também tem sua relevância, mas não tanto por motivos relacionados à necessidade de rapidez, por exemplo, e sim aos valores econômicos e políticos das elites que a sustentam.

Trazendo consigo a noção de dominação de viés marxiano, o paradigma crítico demonstra preocupação com a influência que os enquadramentos midiáticos podem exercer sobre as massas, de modo que muitas pesquisas de opinião pública são feitas com o objetivo de aferir esse fenômeno. Ademais, D'Angelo (2002) também alinha Tuchman (1978) aqui, explicando que a autora repudiava a definição de *frame* proposta por Goffman (1974), porque acreditava que não incluíam as funções ideológicas do trabalho jornalístico.

Por fim, o autor corrobora a impressão de Entman acerca da imprecisão do conceito de enquadramento. Entretanto, enfatiza que todas as técnicas de análise, tanto do conteúdo quanto do discurso, podem e devem ser utilizadas, a fim de

assegurar a existência dos mais diversos elementos que compõem o enquadramento, bem como facilitar sua detecção nas notícias.

Com o intuito de driblar as imprecisões sinalizadas por Vimieiro e Dantas (2009), buscamos elaborar uma sistematização metodológica por meio da técnica do enquadramento multimodal, que, através de livro de códigos, dedica-se à análise em três frentes: o enquadramento noticioso, o enquadramento visual e a narrativa.

5.1 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL

De acordo com Wozniak, Lück e Wessler (2014), uma matéria jornalística deve se apoiar em diferentes elementos para engajar os leitores de um jornal. O ato de reportar um evento e descomplicar os fatos, para os autores, é um grande desafio enfrentado pelo jornalismo, que passa a depender de “ganchos” visuais e narrativos.

Ao analisar notícias a respeito de mudanças climáticas, os autores percebem que há uma discrepância de sentidos entre diferentes elementos que compõem uma matéria como um todo. A exemplo disso, discorrem sobre uma publicação que apresenta, em termos narrativos, o governo canadense como um vilão que impede o progresso no combate às mudanças climáticas por conta de interesses econômicos, enquanto outros aspectos relevantes do discurso são voltados à argumentação sobre medidas voltadas à adaptação a essas mudanças. Ademais, nota-se que a imagem escolhida para ilustrar a matéria em análise “conta uma outra história” ao apresentar um protesto realizado pela Greenpeace, Organização não Governamental (ONG) que não é citada no texto em momento algum (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014).

Diante dessa percepção, os autores propõem uma técnica de análise que permita uma “leitura expandida dos textos”⁵², de forma que seja possível “nos aproximarmos do entendimento completo do desenho feito pelas notícias”⁵³ (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 2 e 3. Tradução nossa). À essa compreensão total, dá-se o nome de “experiência de recepção multimodal”⁵⁴.

⁵² “An expanded reading of the text [...]” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 2).

⁵³ “[...] will get us closer to understanding the complete picture drawn by news reports [...]” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 3).

⁵⁴ “[...] multimodal reception experience.” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 3).

Dedicados à pesquisa acerca da cobertura midiática sobre mudanças climáticas, os autores realizam um levantamento de produções divididas em três linhas de escolhas metodológicas: (1) “*Large-scale quantitative media content analyses*”; (2) “*Single-mode case studies*” e (3) “*Studies combining verbal–textual with visual analysis*”. Assim, é encontrada uma variedade teórica e metodológica movida pela complexidade de como a mídia constrói socialmente a realidade (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014).

Com isso, Wozniak, Lück e Wessler (2014, p. 4. Tradução nossa) também evidenciam que os achados empíricos “às vezes podem obstruir a visão sobre como as diferenças representacionais e os modos comunicativos interagem na formação de representações midiáticas e suas percepções pelo público”⁵⁵. A partir dessas considerações desenvolvem as características das categorias supracitadas, sendo: (1) pesquisas que mapeiam e comparam os conteúdos sobre mudanças climáticas reportados pela mídia em longos períodos de tempo de forma quantitativa; (2) estudos de caso desenvolvidos sobre representações escritas ou visuais e apenas um modo comunicativo – enquadramento ou narrativa. Segundo os autores, as análises de enquadramento são predominantes nesta corrente. (3) Análises combinadas de elementos visuais e textuais da cobertura midiática são encontradas em menor quantidade.

Baseados nesse referencial, Wozniak, Lück e Wessler (2014, p. 3. Tradução nossa) buscam desenvolver uma técnica de “análise sistemática dos diferentes modos comunicativos nos níveis textual e visual”⁵⁶, pois consideram que assim é possível criar abordagens padronizadas e comparativas para pesquisa. Entendemos, portanto, esse esforço dos autores como uma estratégia viável para romper com as indefinições metodológicas do *framing* estudadas no capítulo anterior.

A padronização para análise é defendida pelos autores como uma maneira de validar as investigações acerca de representações amplamente repercutidas pelas mídias, além disso, também consideram que esse tipo de procedimento permite a

⁵⁵ “[...] can sometimes obstruct the view on how different representational and communicative modes interact in shaping media representations and their perception by audiences” (WOZNIAK, LÜCK e WESSLER, 2014, p. 4).

⁵⁶ “[...] systematic analysis of the different communicative modes on the textual and visual levels [...]” (WOZNIAK, LÜCK E WESSLER, 2014, p. 3).

comparação de questões éticas que caracterizam discursos de diferentes países (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014).

Em nossa pesquisa, a aplicabilidade da técnica em outras investigações é corroborada pela opção de trabalhar com a definição de enquadramento de Semetko e Valkenburg (2000), que, com base em resultados de estudos prévios, elaboraram uma seleção de enquadramentos frequentes, os quais devem ser mobilizados *a priori*, a fim de que se evite qualquer tipo de direcionamento da análise.

A padronização buscada por Wozniak, Lück e Wessler (2014) foi viabilizada a partir da construção de um livro de códigos que apresenta categorias de análise e variáveis próprias, correspondentes a um número (código). No processo de codificação, colaboradores leem as notícias e atribuem a elas os códigos mais adequados em cada categoria, transformando-as, assim, em dados tabulados.

A aplicação desta técnica, seguindo a padronização por meio de livro de códigos e a tabulação de dados tem sido experimentada em projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo Comunicação e Participação Política (COMPA), na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram codificadas 2.202 matérias publicadas pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo de acordo com um livro de códigos de elaboração própria⁵⁷.

A seguir, caracterizamos cada frente de nossa análise: narrativa, enquadramento visual e enquadramento noticioso; bem como embasamos as noções que formaram nossas categorias e apresentamos a instrumentalização da pesquisa

5.2 ANÁLISE DE NARRATIVA

Na visão de Wozniak, Lück e Wessler (2014), baseada em Wolf (2002), a narrativa é um conceito que pode ser encontrado em todo tipo de matéria jornalística em maior ou menor grau, uma vez que os “humanos se valem de narrativas para alinhar observações fragmentadas e, assim, construírem significados e realidades”⁵⁸ (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 36 apud WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 10. Tradução nossa).

⁵⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/livro-compa>>. Último acesso em: 4 out. 2018.

⁵⁸ “Humans use narratives to weave together fragmented observations to construct meanings and realities” (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 36 apud WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 10)

Seguindo esse pensamento, os autores colocam que os jornalistas trabalham com narrativas a fim de organizar diferentes elementos que compõem um evento e, a partir disso, formar uma notícia. Esses aspectos incluem o uso de emoções e da dramatização, papéis atribuídos aos atores que participam dessas matérias e características mais técnicas, como os gêneros textuais (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014).

Fazendo referência ao trabalho dos autores, trabalhamos, primeiramente, com categorias que possibilitam a organização da codificação (como *link*, título do texto, identificação dos codificadores e data) e, em seguida, partimos para os aspectos da análise de narrativa, sendo eles: (C06) editoria; (C07) tipo de publicação; (C08) dramatização; (C09) emoção; (C10) personalização; (C11) ornamentação estilística; (C12) tema geral; (C13) tom; (C14) vítima; (C15) vilão e (C16) herói.

O livro de códigos completos está disponível no Anexo I deste trabalho.

5.3 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO VISUAL

Focando nas notícias sobre mudanças climáticas, Wozniak, Lück e Wessler (2014) acreditam que a utilização de imagens pode ajudar a dramatizar essas discussões. De modo geral, entende-se que narrativa e imagem operam concomitantemente na construção de significados, o que justifica a importância de uma análise combinada.

Valendo-se dos estudos de Rodriguez e Dimitrova (2011), os autores desmembram a análise de imagens em três partes: (1) denotativa, (2) conotativa e (3) semiótico-estilística. Desse modo, realizam descrições: (1) daquilo que é evidente, como pessoa representada e/ou cenário; (2) de aspectos que podem ser inferidos a partir do que aparece na imagem e (3) de tópicos mais técnicos, que dizem respeito ao ângulo e plano de imagem, por exemplo (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014).

Assim como fazem Wozniak, Lück e Wessler (2014), nossa codificação não compreende o nível conotativo da imagem. Neste ponto, realizamos uma descrição detalhada da imagem, apresentando também nossas interpretações. Os níveis denotativo e semiótico-estilístico, por outro lado, seguem o padrão de categorias – a saber: (C17) descrição da imagem; (C18) cenário; (C19) pessoa representada; (C20) ângulo da câmera e (C21) plano da imagem.

5.4 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Wozniak, Lück e Wessler (2014, p. 9) seguem a noção de enquadramento noticioso de Matthes e Kohring (2008), trabalhando, portanto, com as variáveis: problemas, causas, avaliação moral e remédios. Para eles, “essa abordagem promete alta validade teórica, já que, na verdade, mede-se o que é conceituado como enquadramento por definição⁵⁹” (Tradução nossa).

No trabalho desenvolvido pelo COMPA (2017-2018), o conceito de enquadramento é embasado por Entman (1993), buscando-se a identificação das variáveis dentro das categorias: definição do problema, causa do problema, julgamento moral e recomendação de tratamento.

Em nossa pesquisa, porém, optamos pela utilização das definições de Iyengar (1990) associadas aos parâmetros apontados por Semetko e Valkenburg (2000). Nessa linha, consideramos respectivamente a existência dos enquadramentos temático ou episódico, bem como as possibilidades: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e atribuição de responsabilidade.

Sendo assim, as categorias que utilizamos na codificação do enquadramento são: (C22) atores; (C23) tema específico; (C24) enquadramento de tratamento e (C25) enquadramento prévio.

A seguir, listamos, em tradução livre, as 20 perguntas (divididas entre as categorias) elaboradas por Semetko e Valkenburg (2000) para que sejam respondidas somente por “sim” ou “não” e, a partir da predominância de positivos, resultem na presença ou ausência de determinado enquadramento em uma notícia.

5.4.1 Enquadramento de conflito

As matérias que apresentam este tipo de enquadramento são aquelas que tratam de conflitos entre grupos, indivíduos ou instituições, concordando com uma ou mais das perguntas abaixo:

- 01- A matéria transparece discordâncias entre partes (indivíduos ou grupos)?
- 02- Alguma das partes expressa reprovação em relação à outra?

⁵⁹ “This approach promises high theoretical validity since we actually measure what is conceptualized in the definition of frames” (WOZNIAK, LÜCK e WESSLER, 2014, p. 9).

03- A matéria apresenta os dois lados (ou mais) de uma mesma história/um mesmo problema?

04- Faz-se distinção entre perdedores ou vencedores?

Exemplo: "O advogado responsável pela defesa do goleiro Bruno Souza, Michel Assef Filho, anunciou na manhã desta quinta-feira (8) que abandonou o caso. 'Estou deixando a causa oficialmente porque há um conflito de interesses entre o Flamengo e o atleta.'"⁶⁰

5.4.2 Enquadramento de interesse humano

Este tipo de enquadramento traz uma abordagem humanizada e/ou emocional do acontecimento, ajudando a captar o interesse da audiência. Está de acordo com as seguintes questões:

01- A matéria oferece um lado humano para o problema?

02- O texto utiliza adjetivos ou floreios que gerem sentimentos de ultraje, empatia, simpatia ou compaixão?

03- Enfatiza-se como indivíduos e/ou grupos são afetados pelo problema?

04- A matéria se envereda pela vida privada dos atores?

05- Contém informação visual que gere sentimentos de ultraje, empatia, simpatia ou compaixão?

Exemplo:

⁶⁰ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_080710F>.

FIGURA 1 – EXEMPLO DE ENQUADRAMENTO DE INTERESSE HUMANO

"Ela não merecia morrer desse jeito", diz mãe de Eliza

Rayder Bragon
Especial para o UOL Notícias
Em Belo Horizonte

08/07/2010 13h52



🔊 Ouvir texto 🖨️ Imprimir 📧 Comunicar erro

A mãe de Eliza Samudio, Sônia de Fátima Moura, chorou nesta quinta-feira (8) após saber da versão sobre a morte da filha delineada até o momento pela polícia mineira. O goleiro Bruno, do Flamengo, está preso pelo sumiço da ex e foi indiciado por sequestro.



Alexandre Durão/UOL

FONTE: Portal UOL. Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_080710L>

5.4.3 Enquadramento de consequências econômicas

São notícias que tratam do problema tendo em vista as consequências econômicas causadas aos atores, sejam eles indivíduos, grupos ou instituições; conforme as perguntas:

- 01- Faz-se menção a perdas ou ganhos financeiros presentes ou futuros?
- 02- Expõe-se os custos envolvidos?
- 03- A matéria faz referência às consequências financeiras que estejam sendo buscadas (ou não) por alguma das partes no acontecimento em questão?

FIGURA 2 – EXEMPLO DE ENQUADRAMENTO DE INTERESSE HUMANO

COTIDIANO

Advogado acusa delegado de tentar extorquir R\$ 2 milhões do goleiro Bruno



Rayder Bragon
Especial para o UOL Notícias
Em Contagem (MG)
10/11/2010 21h22

O advogado Zanone Júnior, defensor do ex-policia civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusou nesta quarta-feira (10) o delegado Edson Moreira, chefe do Departamento de Investigações de Minas Gerais, de tentar extorquir R\$ 2 milhões do goleiro Bruno Souza para retirá-lo do inquérito sobre desaparecimento de Eliza Samudio, ex-amante do jogador.

FONTE: Reprodução Portal UOL. Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_101110C>.

5.4.4 Enquadramento de moralidade

Diz-se das matérias que levantam questões morais e/ou religiosas que permeiam um problema, podendo fazer recomendações de comportamento. Segue-se os parâmetros:

- 01- A matéria contém alguma lição de moral?
- 02- Faz-se referência à moralidade, Deus, ou outros tipos de crenças religiosas?
- 03- A matéria oferece algum tipo de recomendação de comportamento baseada na moral?

Exemplo: "Dayanne também relatou que ouviu comentário de uma festa na qual o atleta teria mantido relações sexuais com Eliza. 'O comentário geral era que todo mundo ficou com ela e somente o Bruno vacilou.' Ela ainda disse ter ouvido que eles não usaram camisinha durante a relação. Em seguida, disse que Bruno chamou Eliza de 'garota de programa'." ⁶¹

5.4.5 Enquadramento de atribuição de responsabilidade

Quando a matéria busca responsáveis, sejam eles indivíduos, grupos ou instituições, como o governo; ou encoraja explicações sobre problemas sociais, trata-se do enquadramento de atribuição de responsabilidade.

- 01- Sugere-se que o governo ou algum indivíduo tem, em alguma medida, a capacidade de cessar o problema?
- 02- A matéria responsabiliza o governo ou algum indivíduo pelo acontecimento?
- 03- Há sugestões para solucionar o problema?
- 04- Sugere-se que algum grupo da sociedade ou alguma instituição é responsável pelo problema?
- 05- A matéria determina que o problema requer tratamento urgente?

Exemplo:

⁶¹ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_081110C>.

FIGURA 3 – EXEMPLO DE ENQUADRAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Para delegado que investigou caso, soltura de Bruno mostra que "o crime compensa" 59

Carlos Eduardo Cherem
Colaboração para o UOL, em Belo Horizonte 24/02/2017 | 18h37



O deputado federal Edson Moreira da Silva (PR-MG), que foi responsável pelo inquérito do desaparecimento de Elisa Samudio, afirmou nesta sexta-feira (24) que a soltura do goleiro Bruno Fernandes, 32, pode encerrar de vez a possibilidade de encontrar o corpo de Samudio. "Com a liberdade dele, o corpo nunca mais vai ser encontrado. Ele não vai deixar", disse Moreira.



FONTE: Portal UOL. Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_240217D>

Tendo em vista as categorias aqui apresentadas, a seguir apresentamos quais foram os cuidados que tivemos para que a nossa codificação fosse eficiente e de que forma nos organizamos para tanto.

5.5 CORPUS DE ANÁLISE

Feitas as considerações a respeito da opção por analisar o Portal UOL, expomos o procedimento realizado para o levantamento do corpus. Primeiramente, utilizamos o motor de busca do próprio site com a palavra-chave “Eliza Samúdio” e coletamos todas as publicações encontradas, convertendo-as para um arquivo PDF. Em seguida, utilizamos as ferramentas de otimização do Google, como a aplicação de filtros por datas e o código para busca direta em um site específico, para um “pente fino”. A quantidade de conteúdo encontrado pelo Google foi bastante superior, de forma que nos levou a refazer as buscas pelo UOL a fim de obter a “prova real”.

Assim como na primeira fase, todas as publicações encontradas pelo Google e conferidas no UOL foram salvas em arquivos PDF unitários. Durante esse processo, cada matéria passou por uma leitura diagonal que nos revelou a existência de publicações escondidas – talvez por não terem sido todas arquivadas de forma padronizada.

Essa segunda fase foi cumprida também com o requisito de apuração por conteúdos específicos, ou seja, conferimos cuidadosamente que se tratavam de publicações diferentes, localizadas em URLs diferentes. Contudo, já nessa primeira leitura, pudemos perceber que há um grande número de matérias duplicadas e/ou repostadas com poucas alterações. A filtragem desse conteúdo repetido foi feita concomitantemente à codificação, viabilizando nossa análise.

O nosso processo de codificação foi executado em uma planilha do Google Drive⁶², de maneira que os três codificadores tivessem acesso a todo o material simultaneamente, buscando-se evitar, dessa forma, a análise de arquivos que, porventura, pudessem estar repetidos.

O resultado da filtragem fez com que o nosso corpus, antes composto por 824 arquivos, tenha se consolidado com o total de 741 matérias únicas, as quais se encontram distribuídas entre as editoriais “Cotidiano” (641), “Esporte” (84) e a genérica “Notícias UOL” (15). Vale lembrar que não houve uma seleção prévia no que diz respeito às categorias, a coleta foi feita a partir de buscas diretas no site UOL e já neste momento foram eliminados somente textos de opinião ou colunas.

⁶² Serviço de armazenamento de arquivos em nuvem do Google, no qual também são disponibilizadas ferramentas de edição de texto, planilhas e apresentações.

6 PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL DO CASO ELIZA SAMÚDIO

Utilizando, portanto, a metodologia exposta no capítulo anterior, este capítulo se dedica à exploração minuciosa dos resultados obtidos por meio da codificação. Assim, dividimos a discussão em cinco subcapítulos, iniciando por questões que parecem externas ao enquadramento, mas, com base da perspectiva construtivista, consideramos fundamentais para a análise.

A seguir, trataremos dos níveis da análise de enquadramento multimodal, de forma que cada subcapítulo contempla uma de suas partes, a saber: (6.2) narratividade, (6.3) imagens e (6.5) enquadramento noticioso.

6.1 COBERTURA AO LONGO DO TEMPO

É visível que as publicações se concentraram de acordo com os acontecimentos ao longo dos oito anos analisados. Considerando o Gráfico 1, especificamos que o ano de 2010, por ter sido quando o crime ocorreu, foi o que acumulou maior número de postagens. Em seguida, 2012 contou com a segunda maior quantidade por consequência da morte de um dos cúmplices do caso e primo de Bruno, Sérgio Rosa Sales; assim como dos julgamentos dos réus, que resultou na sentença de 15 anos de prisão para Macarrão e no adiamento para o julgamento de Bruno em função de o ex-jogador ter decidido destituir o advogado Rui Pimenta de sua defesa.

Em terceiro lugar aparece o ano 2013, quando ocorreu um acompanhamento redundante do júri popular que condenou Bruno. Já em 2017, o caso voltou a ganhar atenção depois que o goleiro foi beneficiado por uma liminar deferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello, conseguindo um habeas corpus.

Em decorrência de sua soltura, Bruno acabou voltando aos campos de futebol na defesa do Boa Esporte, de Varginha-MG. Desse modo, também se tornou alvo tanto de demonstrações de carinho por parte de fãs quanto de manifestações por parte

de pessoas que não aprovavam sua saída da prisão e de hackers que invadiram o site do clube para expor dados a respeito do feminicídio no Brasil⁶³.

GRÁFICO 1 – TOTAL DE PUBLICAÇÕES POR ANO



FONTE: A autora (2019).

Em relação às repetições (chamadas por nós de “acompanhamento redundante” antes), apontamos uma característica que se fez presente durante toda a cobertura do caso: muitas matérias eram republicadas na íntegra com o acréscimo de poucas linhas que somassem mais algum acontecimento à notícia. Especialmente em dias de julgamentos, júris e audiências, um texto padrão era reproduzido diversas vezes ao longo do dia – e, às vezes, por dois dias seguidos – apenas acrescentando algum fato menor à cobertura.

Atribuímos este fenômeno à instantaneidade inerente ao jornalismo *on-line*, o que é descrito por Bradshaw (2014) como a qualidade de entregar notícias relevantes que proporcionem aos leitores a sensação de que são testemunhas de um fato. Além disso, entendemos que, numa cobertura que acontece minuto a minuto, é necessário que pequenos detalhes sejam noticiados à medida que ocorrem, com o objetivo de manter uma audiência fiel e superar as concorrências.

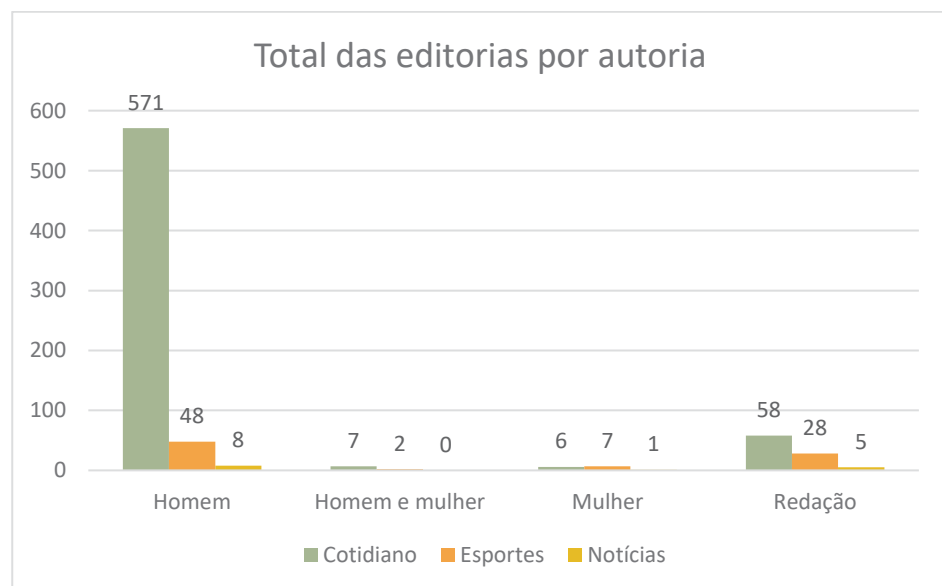
⁶³ Disponível em: <http://bit.ly/ESPORTE_120317C>. Último acesso em: 17 fev. 2019.

6.1.1 Autoria

Outras especificidades técnicas que destacamos, que não estão diretamente relacionadas à cobertura – mas que sabemos que, na perspectiva construtivista, fazem parte da constituição dos enquadramentos jornalísticos devido às dinâmicas e rotinas de redação (TUCHMAN, 1978) – dizem respeito ao tipo de texto publicado e à autoria.

Constatamos que apenas 23 entre as 741 publicações foram assinadas por autoras mulheres e, destas, 9 foram coautoradas por homens. A distribuição de matérias por editorias de acordo com o sexo de seus autores está representada no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS POR EDITORIAS DE ACORDO COM O SEXO DOS AUTORES



FONTE: A autora (2019)

Essa disparidade entre mulheres e homens autores cumpre com a tendência verificada por Craft e Wanta (2004, p. 135), que, ao estudarem as diferenças na agenda de jornais que contam com mais homens ou mulheres em cargos de gerência, concluíram que “as notícias sobre crimes eram um aspecto importante da cobertura

de notícias em todos os jornais, mas particularmente em jornais com editores predominantemente masculinos”⁶⁴.

As autoras apontam também para o fato de que as notícias incorporam aos seus *frames* a cultura e as políticas das redações onde são escritas, mais ainda do que crenças pessoais dos jornalistas que as escrevem. Pensando nisso, elas ainda inferem que, em redações chefiadas por mulheres⁶⁵, as repórteres poderiam ser mais frequentemente encarregadas de cobrir verdadeiras “questões femininas”. Entretanto, normalmente, em jornais dominados por homens, as mulheres acabam ficando restritas aos “assuntos de mulheres” ou são designadas para produzirem determinadas pautas com o objetivo de que tragam um “olhar feminino” à questão (CRAFT; WANTA, 2004).

Embora as autoras não explicitem, depreendemos que por “questões femininas”, referem-se a preocupações que interferem diretamente na vida de mulheres, como cuidados com a saúde ou problemas como o assédio sexual e outros tipos de violência. Quanto aos “assuntos de mulheres”, acreditamos que estejam fazendo alusão a editoriais voltadas tradicionalmente ao público feminino, nas quais se lê desde fofocas sobre celebridades até a respeito de dietas com objetivos estéticos.

Estas considerações também são contempladas pela discussão elaborada por Sarmento (2017), que atenta para o risco de, com essa argumentação, construir-se um “essencialismo perigoso”.

Não se sabe se essa presença mais forte de mulheres na profissão é realmente transformadora das notícias, contudo, é notável que a presença delas mostra, cada vez mais, que a objetividade jornalística, que os retira os profissionais da vida comum como se suas experiências ‘não contassem’ (Carter et al., 1998) encontra na discussão da economia política feminista dos meios de comunicação uma contraprova (SARMENTO, 2017, p. 68).

A autora se apoia em Chambers et al. (2004) e Mills (1997), que alegam que a presença de mulheres em jornais “tende a incluir mais tópicos como discriminação

⁶⁴ “[...] Crime news was an important aspect of news coverage across all newspapers, but particularly so at newspapers with mostly male editors” (CRAFT E WANTA, 2004, p. 135).

⁶⁵ Não conseguimos acesso à informação a respeito da composição da equipe de redação do UOL, nem mesmo à atual.

e assédio sexual nos temas das notícias, a ‘humanizá-las’, bem como a ouvir mais mulheres” (SARMENTO, 2017, p. 67).

6.1.2 Tipos de textos e editorias

As publicações que compõem o nosso corpus estão divididas entre notícias, reportagens e pautas frias. Esta classificação foi baseada na consideração de que publicações objetivas, que não buscam aprofundar discussões são notícias; enquanto, por outro lado, matérias que ampliam a visão sobre o caso e não são centradas apenas em revelar desdobramentos factuais são reportagens. Já aquelas publicações feitas de forma esporádica, não necessariamente impulsionadas por novidades, visando apenas lembrar acontecimentos, são as pautas frias.

Ao ter em vista essas definições, alinhamo-nos a Wozniak, Lück e Wessler (2014), que dizem que os gêneros textuais podem dar pistas a respeito dos tipos de narrativa em que as matérias se encaixam. Ou seja, assim, podemos identificar se há algum tipo de característica própria dessas categorias que estão direta ou indiretamente relacionadas aos elementos que compõem nossa análise de enquadramento multimodal.

A distribuição das matérias por tipo em relação às editorias se dá como demonstra o Quadro 1:

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR EDITORIA E TIPO DE TEXTO

EDITORIA	TIPO			Total
	NOTÍCIA	REPORTAGEM	PAUTA FRIA	
COTIDIANO	585	54	2	641
ESPORTE	58	19	8	85
NOTÍCIAS UOL	13	1	0	14
Total	656	74	10	741

FONTE: A autora (2019)

A maior parte do conteúdo foi publicada na editoria “Cotidiano”, sendo 641 de 741 matérias, o que corresponde a 86,5% do total. Vemos esta categoria como uma espécie de equivalente de “Cidades” dos jornais impressos, a qual Rodrigues (2004) descreve como a sendo “a mais democrática das editorias” e a mais comparável à antiga “Geral”:

[Geral era] a seção mais identificada com o cidadão comum, independentemente de classe social, do grau de instrução ou do endereço residencial. E uma das características básicas da editoria de cidade é exatamente sua vocação de serviço, **a missão de projetar novas informações no cotidiano de uma cidade e antecipar consequências ou desdobramentos que sejam do interesse [do público]** (RODRIGUES, 2004, p. 80. Grifo nosso.).

Afirmamos esta equivalência entre “Cotidiano”, “Cidades” e “Geral” justamente por identificarmos no jornalismo *on-line* – empiricamente no UOL – a prática de agregar matérias sobre assuntos de “interesse geral”, que cumprem com a missão de projetar informações no cotidiano sob a etiqueta “Cotidiano”.

Aplicar esse generalismo referente a uma única região ao jornalismo *on-line* não seria adequado à ubiquidade da internet, de forma que uma transição natural de “Cidades” conforme o que foi delineado pelo autor veio a se configurar como “Cotidiano”, rompendo os limites geográficos de uma cidade para que a informação passe a ser concernente a toda a sociedade.

Contudo, fazemos crítica à nomenclatura “Cotidiano”, pois, por dizer respeito àquilo que acontece diariamente, acreditamos que conduzir a cobertura sobre um caso de feminicídio⁶⁶ nesta categoria ocasiona um efeito interpretativo de que há uma certa normalidade na morte de mulheres em decorrência da violência de gênero.

Bandeira (2008, p. 9) declara que a “avalanche acelerada de práticas de assassinato de mulheres” faz parte do “cotidiano nacional”, tornando-se, assim, cada caso, um episódio banal. Esta é nossa preocupação a respeito das matérias sobre Eliza Samúdio estarem predominantemente na editoria “Cotidiano” do Portal UOL.

Além disso, o fato de 11% do total das publicações ser relativo à editoria de “Esporte” é curioso, pois a notoriedade de Bruno devido à sua profissão poderia levar ao entendimento de que os desdobramentos do caso seriam de interesse deste público, entretanto, verificamos uma baixa repercussão deste acontecimento no âmbito do esporte.

Discutindo a respeito do jornalismo esportivo, Gurgel (2009, p. 203) explica que “as práticas esportivas tornaram-se um dos nichos de negócios mais rentáveis

⁶⁶ É importante deixar claro que o crime cometido contra Eliza Samúdio não foi julgado como feminicídio devido à data em que ocorreu (2010). A Lei do Feminicídio só foi sancionada em 2015, sem efeito retroativo.

dentro da ascendente economia do entretenimento [e da] espetacularização”. Dessa forma,

O esporte como espetáculo gera um “show de imagens”, que é ingrediente perfeito para o entretenimento na sociedade contemporânea. Jogos, jogadores, jogadas, façanhas e narrativas, arenas, torcedores, produtos, dirigentes, políticos, produtos e celebridades do (e no) esporte são alguns dos itens fundamentais dessa grande fonte geradora de imagens e imaginários que constroem um sistema de práticas e de sentido inseridos no ambiente capitalista do trabalho e da geração de interesses econômicos (GURGEL, 2009, p. 203).

Essas características somadas à “busca incessante pela velocidade”, mencionada pelo autor como um dos principais aspectos do jornalismo na internet nos levam a concluir que a produção das chamadas pautas frias funciona como uma estratégia para se obter um número satisfatório de acessos a partir de conteúdos direcionados ao entretenimento que não dependem de acontecimentos para que venham a existir.

No contexto de nossa análise, foram levantadas 10 pautas frias em toda a cobertura, sendo 8 delas publicadas pela editoria de “Esporte”. Duas delas chamam atenção por apresentarem o enquadramento de tratamento temático⁶⁷, são elas:

1. Top 5 – Bruno, Tyson e O.J. Simpson; Conheça atletas que já entraram nas páginas policiais⁶⁸
2. Hora de meter a colher: 10 atletas acusados de agressão que foram poupados⁶⁹

Na primeira, publicada em 9 de julho de 2010, Bruno não é listado no Top 5, mas uma introdução de três parágrafos fala sobre o desaparecimento de Eliza⁷⁰ e aponta o jogador como um dos suspeitos do crime. Embora o título fale genericamente sobre atletas históricos que cometeram algum tipo de crime, quatro dos cinco elencados foram presos por violência contra mulheres, sendo três assassinatos e um estupro.

⁶⁷ A análise de resultados de enquadramento é apresentada na seção 6.4.

⁶⁸ Disponível em: <http://bit.ly/ESPORTE_090710B>. Último acesso em: 10 fev. 2019.

⁶⁹ Disponível em: <http://bit.ly/ESPORTE_101217A>. Último acesso em: 10 fev. 2019.

⁷⁰ Neste momento, era justificado se referir ao crime como mero desaparecimento, pois as investigações ainda estavam em estágio inicial e a hipótese de homicídio ainda não era a principal.

A segunda matéria, por sua vez, é considerada por nós como um dos grandes destaques positivos de toda a cobertura. Assinada por Ana Carolina Silva em 10 de dezembro de 2017, “Hora de meter a colher” faz um paralelo com as denúncias feitas por mulheres a respeito de abusos e assédios ocorridos em Hollywood e critica:

Enquanto o show business derruba agressores de cargos importantes, o véu da impunidade ainda protege os protagonistas de escândalos no mundo dos esportes. Mesmo os poucos que são punidos por crimes notoriamente conhecidos, como o goleiro Bruno, ainda encontram apoiadores na sociedade e são bajulados em troca de selfies (SILVA, 2017).

Com isso, a autora se propõe a “relembrar algumas histórias de treinadores e atletas que agrediram mulheres de alguma maneira e seguiram suas vidas sem maiores complicações” (SILVA, 2017). Além de Bruno, são citados Robinho, que foi condenado por estupro na Itália, em 2017; Vampeta, que, em 2004, foi denunciado por ter espancado a esposa; Maradona, que teve suas imagens socando a ex-noiva divulgadas; dentre outros.

O esforço da autora em falar explicitamente sobre agressão, assédios e abusos é elogioso, podendo ser visto como uma prática do jornalismo sob a perspectiva de gênero, conforme defendido por Díez (2007), uma vez que assume posição ao lado das vítimas.

“Escrever uma notícia sobre violência de gênero é muito mais complicado devido aos significados culturais”⁷¹, escreve Díez (2007, p. 77), explicando que simplesmente viver em sociedade não é o suficiente para que o entendimento de que existe violência de gênero seja largamente compartilhado. Com isso, a autora conclui:

O jornalismo exige precisão: a mulher que denuncia seu marido agressor e contra ele consegue uma ordem de restrição (e não devemos esquecer que [para que se consiga tal ordem] existem razões bem fundamentadas que podem pôr em perigo a vida da mulher) não pode ser definir como ‘sua parceira sentimental’; a perspectiva de gênero exige estar ao lado da vítima, e é dessa forma, ou com termos como ‘mulher espancada’, que ela deve ser apresentada (DÍEZ, 2007, p. 87)⁷².

⁷¹ “Escribir una noticia sobre violencia de género es mucho más complicado por los significados culturales” (DÍEZ, 2007, p. 77).

⁷² “El periodismo exige precisión: la mujer que denuncia a su marido maltratador y sobre él pesa una orden de alejamiento (que no hay que olvidar que solo se dicta se hay razones fundadas de que puede poner en peligro la vida de la mujer) no se puede definir como ‘su pareja sentimental’; la

Por fim, a editoria “Notícias UOL” conta somente com 14 publicações, o equivalente a 2% do corpus, sendo todas republicações da agência de notícias Estadão Conteúdo, do jornal O Estado de S. Paulo.

6.2 ANÁLISE DA NARRATIVIDADE

Partimos agora efetivamente para a nossa análise de enquadramento multimodal, tendo por base o trabalho de Wozniak, Lück e Wessler (2014), no qual consideram este um método capaz de contemplar as complexidades da construção social da realidade por meio de conteúdos midiáticos.

Primeiramente, analisamos a narratividade presente na cobertura do Caso Eliza Samúdio, o que nos permite apreender, conforme os autores, de que forma esta história é articulada e contada (WOZNIAK, LÜCK e WESSLER, 2014).

Discutindo a respeito do jornalismo como narrativa, Motta (2004) aproxima sua avaliação da teoria literária e insere o discurso jornalístico na técnica do *showing*, defendendo que, assim, por meio de uma espécie de representação dramática, a narrativa no jornalismo mostra uma sucessão de cenas que revelam questões específicas a respeito de uma história, legando-se ao público a função de configurar um enredo.

No showing o narrador aumenta a distância ao desvanecer a sua presença, dramatiza as histórias, privilegia as citações permitindo que as personagens e os fatos falem por si mesmos. [...] O jornalismo tende para o showing [...], não só porque dramatiza os fatos, atribui importância aos personagens e suas falas, mas principalmente porque o narrador procura se distanciar e deixar as conclusões éticas, morais e políticas para os leitores e ouvintes. Salvo exceções, o jornalista não pretende contar histórias (sejam elas realistas ou ficcionais), quer apenas descrever fatos tal como ocorridos na realidade. Neste sentido, afasta-se da narrativa tradicional. A confirmação da precisão dos fatos relatados ou a eventual interpretação criativa são deixadas por conta do leitor ou ouvinte, pois essas intencionalidades estão ausentes do exercício da profissão devido à precisão e imediatismo da prática jornalística (MOTTA, 2004, p. 4).

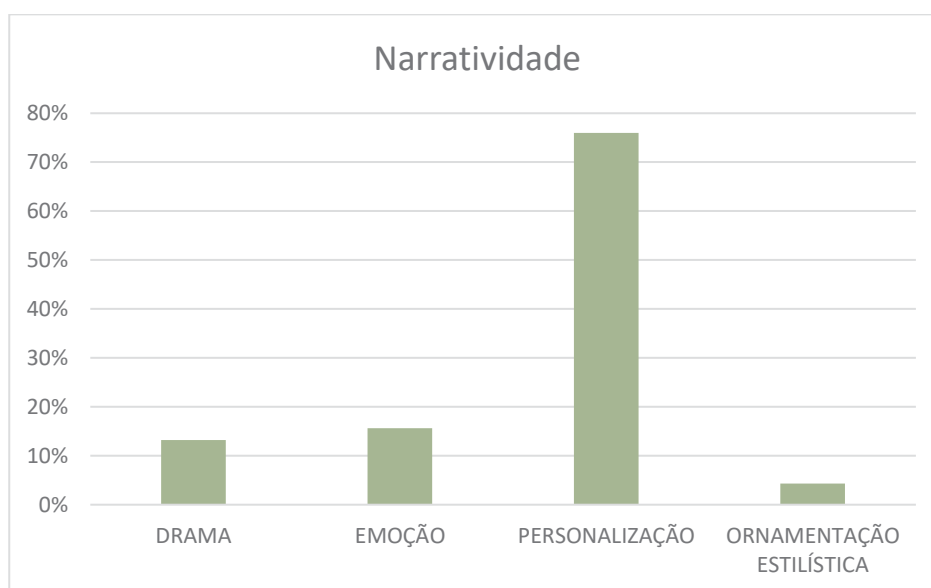
De acordo com Wozniak, Lück e Wessler (2014, p. 3), promover uma análise padronizada da narrativa jornalística, apesar de acarretar, inevitavelmente, na perda das nuances interpretativas, também proporciona uma visão geral acerca do

perspectiva de género exige ponerse del lado de la víctima, y así, o con otro términos como ‘mujer maltratada’ requiere ser citada” (DÍEZ, 2007, p. 87).

entendimento que predomina entre o público, “emulando como o usuário médio de mídia interpretaria um texto específico”⁷³.

Os elementos narrativos aos quais nos ativemos foram: drama, emoção, ornamentação estilística, personalização e atribuição de papéis. Desse modo, a ocorrência de cada um desses aspectos (com exceção da atribuição de papéis, que discutiremos no item 6.2.5) durante toda a cobertura se consolidou como é apresentado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – NARRATIVIDADE NA COBERTURA DO CASO ELIZA SAMÚDIO



FONTE: A autora (2019).

Com base nesses dados, trataremos de cada um desses elementos separadamente.

6.2.1 Drama

Em nossa análise, entendemos como textos dramatizados aqueles que não seguem a estrutura da pirâmide invertida, isto é: não apresentam suas informações em ordem hierárquica de importância. Em vez disso, essas matérias constroem narrativas, contando histórias com começo, meio e fim.

⁷³ “Through its standardized and intersubjectively reliable coding procedure, content analysis essentially emulates how the average media user would interpret a particular text” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 3).

Seguindo essa linha de pensamento, podemos considerar que a presença do drama é uma das características fundamentais para que se construa verdadeiramente uma narrativa dentro de uma cobertura jornalística. Baseando-se em Schudson (1999), Motta (2004) considera que notícias também são histórias e, corroborando com Wozniak, Lück e Wessler (2014), que uma análise de narrativa é capaz de proporcionar uma compreensão de como os leitores encadeiam os acontecimentos, tornando-os um evento único, concluindo que:

Assim, as fragmentadas notícias do dia a dia conformam naturalmente integralidades difusas, acontecimentos unitários significativos. As notícias de cada dia podem prolongar a conformação do enredo e retardar o desenlace do acontecimento, como ocorre nos contos e romances. Mas, a busca do leitor é sempre por sentidos unitários, por conexões compreensivas (MOTTA, 2004, p. 19).

Esperávamos encontrar, neste momento, um alto índice de dramaticidade em reportagens, uma vez que tínhamos em conta asserções como as de Lage (2005), que descreve que um repórter, quando envolvido com o acontecimento que noticia, tende a escrever com mais vivacidade por ser capaz de “sentir o clima do que acontece”, modelando “para si mesmo a realidade, com base no que constrói sua matéria” (LAGE, 2005, p. 28).

Outro aspecto a respeito da dramaticidade vista como uma subversão da pirâmide invertida nos salta aos olhos. Estudando a respeito das noções de objetividade que permeiam o jornalismo brasileiro, Sponholz (2008) explica que, desde 1950, esse conceito vem sendo associado ao modelo da pirâmide invertida, que propicia a produção de notícias baseadas sobretudo em fatos.

Por outro lado, Canavilhas (2009) entende que, na internet, o jornalismo deveria preferir o formato da pirâmide deitada, argumentando que nesse meio o espaço disponível para um texto jornalístico, ao contrário do que ocorre no impresso, não é finito.

Para ele, “usar a técnica da pirâmide invertida na web é cercear o webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação” (p. 7). Apesar disso, o autor reconhece que, em caso de notícias “de última hora”, o emprego da tradicional pirâmide invertida pode ser importante.

Essas considerações embasam nossa percepção de que a cobertura do Caso Eliza Samúdio em nossa pesquisa empírica, embora tenha ocorrido totalmente em meio *on-line*, apresentou baixo nível de dramaticidade, uma vez que apenas 16% do corpus total não foi escrito tendo por base a pirâmide invertida. Assim, vemos que houve uma priorização da repercussão dos fatos.

Já quando fazemos um recorte para voltar nosso olhar somente às reportagens, verificamos que 34% delas contêm drama. No que diz respeito ao corpus total, apenas 13% dos 741 arquivos apresentavam a mesma característica. Esse resultado confirma a ideia de Lage (2005), indicando que a presença de drama em reportagens é proporcionalmente maior do que em toda a cobertura.

A exemplo disso temos a publicação “Julgamento de Bruno terá promotor ‘duro’, juíza que faz meditação e ex-advogado de Beira-Mar”⁷⁴, de 3 de março de 2013. Dedicada a apresentar as autoridades do caso, esta é uma reportagem iniciada pelo seguinte parágrafo:

O julgamento do goleiro Bruno e de sua ex-mulher Dayanne de Souza irá ter a presença de um promotor que se classifica como “veemente” e “duro”, de uma juíza que, em momentos difíceis, medita e faz preces e um ex-defensor de um bandidos mais perigosos do país, o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar. O júri que decidirá se Bruno é culpado pelo sumiço de sua ex-namorada Eliza Samudo [sic], com quem teve um filho, começa nesta segunda-feira (4), em Contagem (região metropolitana de Belo Horizonte) (BRAGON, 2013).

Neste excerto, vemos a substituição do lide por uma introdução descritiva que objetiva atrair a atenção do público. Além disso, a reportagem também explora a vida pessoal de cada um dos personagens, enfatizando-se seus desempenhos em suas respectivas carreiras.

Contudo, notamos que há um tratamento assimétrico em relação à juíza, pois, enquanto os dois homens são retratados como profissionais empenhados e bem-sucedidos, Marixa aparece como uma mulher conciliadora, mas fraca para uma rotina atribulada de trabalho.

⁷⁴ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_030313>. Último acesso em: 15 fev. 2019.

A juíza lida com vários processos sobre crimes contra a vida em Contagem e mantém uma rotina diária, segundo ela, desgastante de trabalho. Para manter esse ritmo empreendido até agora, Marixa Rodrigues afirmou que faz meditação e, nos momentos mais difíceis, ela disse rezar em busca de orientação e proteção. A juíza revelou que, às vezes, reza o terço no trânsito. “É como um mantra, você repete a oração inúmeras vezes, concentra-se em resultados positivos, se fortalece. Sem dúvida, Deus sempre foi e sempre será a minha maior fortaleza”, explicou. Declarou ainda que o único exercício físico praticado é brincadeiras com os filhos (BRAGON, 2013).

Enfatiza-se que o caso de Eliza é o mais complicado da carreira da juíza. Por outro lado, tanto o promotor quanto o advogado são acompanhados por descrições bastante precisas sobre seus trabalhos, incluindo-se quantidade de júris dos quais já participaram e comentários sobre como o processo em questão é apenas mais um dentre tantos outros que já representaram.

Tendo em vista essa diferenciação feita entre os dois homens e a mulher, identificamos implicações derivadas do constante esforço da sociedade em restringir a participação da mulher ao espaço privado. Vemos essa valorização dos hábitos da juíza em âmbito íntimo e doméstico como “uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (BIROLI, 2014, p. 31), colocando-a como alguém a quem não deveria competir o poder de decisão em um embate que também é político.

A produção desse tipo de conteúdo é especialmente sintomática quando observamos que, neste contexto, Marixa se encontra em uma posição elevada nesta relação de poder e, talvez justamente por isso, a reportagem parece querer relembrar que “os valores que imperam [na esfera pública] não são abstratos nem universais, [pois] se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros” (BIROLI, 2014, p. 31) e, por conta disso, está-se sugerindo que a juíza não deveria estar nesta posição.

Além disso, a matéria também dá exemplos claros da utilização de emoção: “a característica principal demonstrada pela juíza foi a voz calma e uma suposta tranquilidade diante de cenas coléricas protagonizadas por alguns dos advogados de defesa. Poucas foram as vezes em que a magistrada alterou a sua voz.” (BRAGON, 2013). Neste ponto, vemos a apreciação de características que são honrosas em uma mulher: a calma, a tranquilidade e, por que não, o seu silêncio.

6.2.2 Emoção

A emoção foi considerada presente em textos que faziam menção ao estado emocional dos personagens em questão, desconsiderando-se declarações entre aspas. Acreditamos que esta característica está diretamente ligada à formulação da experiência de recepção da notícia conforme explanada por Motta (2004) à luz de Jauss (2002).

De acordo com esses autores, a notícia proporciona ao leitor a criação de um imaginário que pode ter efeito catártico. Por meio da notícia, o público pode se desprender de suas crenças pessoais, de afetos e interesses práticos para dar vazão a sentimentos despertados. “É na interpretação imaginativa do leitor ou ouvinte que a narrativa jornalística ganha narratividade e consistência, ganha contornos morais e éticos, reconfigura histórias significativas independente da identidade ou qualidades intrínsecas e dos estilos do texto” (MOTTA, 2004, p. 15).

Entre as 741 matérias analisadas, 16% delas apresentaram emotividade. Vale expor neste momento⁷⁵ que do total de 64 publicações com emoção, 19 eram acompanhadas pela atribuição do papel de vítima ao goleiro Bruno; 16 colocavam Eliza nesta posição; 5, o filho do casal; e apenas 2 classificavam a mãe de Eliza dessa forma.

Com isso, concluímos que a cobertura, que poderia criar narrativas que ajudassem a ressignificar assassinatos como o de Eliza, não priorizou a utilização da emoção, diminuindo o potencial de sensibilizar o público para questões relativas à violência contra mulheres. Apesar de a quantidade de aparições de Bruno e Eliza como vítimas dentro deste universo não ser tão desigual, consideramos grave o fato de o mandante do assassinato ser retratado como vítima na maioria das vezes. Também chama atenção Eliza aparecer 3 vezes como vilã quando Bruno é vítima.

Destacamos aqui a matéria “Bruno chora duas vezes após entrar na sala do júri em fórum de Contagem (MG)”⁷⁶, de 4 de março de 2013. Nela, a única pessoa que tem espaço de fala é Sônia, a mãe de Eliza; porém, o texto é focado nas emoções de Bruno, como o próprio título sugere, enquanto a mãe da verdadeira vítima é retratada com certa frieza.

⁷⁵ Discutiremos com afinco a atribuição dos papéis de vítima, vilão e herói na seção 7.2.5.

⁷⁶ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_040313G>. Último acesso em: 16 fev. 2019.

“A primeira vez que o goleiro chorou foi logo após a entrada na sala do júri. Alguns minutos depois, seu advogado, Lúcio Adolfo da Silva, entregou-lhe uma ‘Bíblia’. O atleta folheou o livro, deteve-se em uma página e voltou a chorar”, escreve Bragon (2013).

Em seguida, Sônia é citada: “presente à sala, [ela] afirmou antes de sair para o intervalo, não acreditar nas lágrimas do goleiro. ‘Só vou acreditar no choro dele quando ele colaborar com as investigações e contar onde está o corpo da minha filha’” (BRAGON, 2013).

A afirmação atribuída à mãe de Eliza parece concatenada com a nossa compreensão de que a atenção dada ao homem que mandou matar sua filha pode validar a intenção da defesa de comover o público, o que é especialmente grave quando temos em vista que o julgamento do ex-jogador ocorreu em júri popular.

São numerosas as pesquisas brasileiras que dão conta da possível contaminação processual por parte da mídia em crimes de grande repercussão. Algumas delas, inclusive, tiveram o Caso Eliza Samúdio como objeto empírico, como mostramos na segunda seção do primeiro capítulo. Mencionamos nessa oportunidade, por exemplo, Mendonça (2013), que pesquisou especificamente a influência das coberturas midiáticas sobre as decisões dos tribunais do júri.

Para a autora,

Ocorre que, ultimamente, despir-se de preconceitos, pré-julgamentos e experiências anteriores tem sido um desafio diante dos noticiários apelativos transmitidos pela mídia sobre os crimes dolosos contra a vida. Sendo as pessoas do povo [...] quem decidirão sobre a liberdade de seus semelhantes nos casos em que há decisão pelo Júri Popular, toda a informação vendida pela mídia pode influenciar sobremaneira a decisão do jurado, fazendo-o agir muito mais com a emoção e com os pré-conceitos disseminados pelos veículos de comunicação do que com a razão e imparcialidade na avaliação das informações que lhes são passadas durante o julgamento (MENDONÇA, 2013, p. 377).

Embora ela demonstre preocupação a respeito dos direitos individuais, especificamente de réus de um modo geral, acreditamos que a sua avaliação a respeito do conteúdo apelativo caiba, no caso de nosso objeto, às publicações que desenhavam Bruno como vítima ou que apresentavam elementos capazes de gerar comoção em seu favor, como é o caso da matéria supracitada que destaca o fato de o advogado ter dado ao réu uma Bíblia.

6.2.3 Personalização

Para Wozniak, Lück e Wessler (2014), a personalização é a característica que faz com que as narrativas sejam sobre pessoas, sobre agentes individuais, coletivos ou institucionais que fazem com que os eventos ocorram. Seguindo as definições dos autores, consideramos este elemento presente em textos que focam em agentes responsáveis pelos acontecimentos ou que são afetados pelas ações de terceiros.

Em nossa análise, também levamos em consideração a quantidade de personagens que ganham esse tipo de destaque, codificando como presente a personalização somente em publicações focadas em até três agentes. Esta opção se deve ao fato de, no caso da cobertura de um crime de grande repercussão contra uma mulher, entendermos como um fator importante a atenção dispendida aos agentes escutados pelos jornalistas. Sendo assim, partimos da suposição de que textos que objetivam dar voz a muitos atores de uma só vez não podem ser vistos como personalizados e acabam deixando de lado detalhes que podem ser importantes.

Mesmo com esse recorte, a personalização foi o elemento narrativo mais frequente nas 741 publicações analisadas, registrando-se sua ocorrência em 76% das vezes. Entre essas 564 matérias, 263 tinham vítima, 246 caracterizavam vilão e 119 atribuíam o papel de herói a alguém.

Diante disso, concluímos que a cobertura do Caso Eliza Samúdio feita pelo Portal UOL adquiriu características marcantes de história, o que a afasta de uma prática jornalística centrada na descrição da realidade à medida que assume a função de registrar a história do presente, conforme explica Motta (2004) a respeito da narratividade de acordo com o historiador Robert Darnton (2004).

Sendo assim, “o jornalista narra continuamente a história do presente imediato, uma história fugidia, inacabada, aberta, mas, uma história”, expõe Motta (2004, p. 23).

6.2.4 Ornamentação estilística

A ornamentação estilística foi constatada em publicações que desviavam de uma linguagem puramente jornalística e adotavam um tom narrativo mais próximo da literatura. Segundo Pena (2007), que se baseia em Marcondes Filho, o jornalismo

passou a ser influenciado pela literatura nos séculos XVIII e XIX, quando grandes escritores passaram a ocupar também as redações.

O autor explica que o conceito de jornalismo literário é amplo e quebra as barreiras daquilo que é noticiado cotidianamente, o que pode “proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide” (PENA, 2007, p. 49).

Estas características estão expressas em reportagens como “Julgamento de Bruno terá promotor ‘duro’, juíza que faz meditação e ex-advogado de Beira-Mar”, citada anteriormente, e “Em um ano de prisão, goleiro Bruno vai da confiança na liberdade à frustração e às lágrimas”⁷⁷, de 7 de julho de 2011.

Nessa última, são as descrições que dão um tom novelesco à publicação, como podemos ver no parágrafo reproduzido abaixo:

Capitão do Flamengo, um dos times de futebol mais populares do Brasil, Bruno se tornou protagonista de um rumoroso caso que envolveu orgia sexual, ameaças, tentativa de aborto, suspeita de assassinato e, mais recentemente, suposta cobrança de propina para liberá-lo da cadeia. O sumiço de Eliza gerou uma comoção nacional, com direito a ampla cobertura midiática (BRAGON, 2011).

Esse recurso narrativo apareceu em 4% de todo o arquivo analisado. Dentro desse universo, o tema geral predominante foi o 02 – Foco em Bruno, tendo ocorrido em 50% dessas publicações. A emoção, por sua vez, esteve presente em 43,7% das matérias que utilizaram esse discurso.

É interessante observar que, entre as publicações com ornamentação estilística, ocorre maior representação de Eliza como vítima, uma vez que a ela esse papel é atribuído 8 vezes e a Bruno apenas 4. Percebemos, porém, que, neste recorte, a atribuição de papéis não é tão frequente em relação ao restante do corpus analisado: 53% das matérias utilizam esse recurso.

Considerando, portanto, que a ocorrência de ornamentação estilística não foi muito expressiva, podemos afirmar que, a despeito de apresentar uma narratividade consistente, a cobertura se manteve fiel ao estilo jornalístico tradicional, recorrendo a uma linguagem literária apenas 32 vezes no total.

⁷⁷ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_070711B>. Último acesso em: 5 abr. 2019.

6.2.5 Atribuição de papéis

Embora já tenhamos apontado algumas relações entre a narratividade e a atribuição de papéis, é importante perscrutar estas ocorrências, uma vez que podem nos revelar importantes aspectos a respeito do tratamento dispendido pela mídia às mulheres vítimas de violência.

Os personagens foram categorizados como heróis, vilões e vítimas, sendo considerados presentes quando as narrativas enfocavam suas ações, de forma que houvesse algum tipo de protagonismo ou valorização de suas participações dentro do contexto de cada publicação.

Por conta desses requisitos, Eliza, por exemplo, não foi considerada como vítima em nenhuma das matérias que simplesmente a mencionavam em uma ou duas linhas com o objetivo único de situar o leitor. Podemos utilizar “Bola nega envolvimento em plano para matar juíza, mas passará por acareação”, de 22 de dezembro de 2011, para ilustrar essa situação.

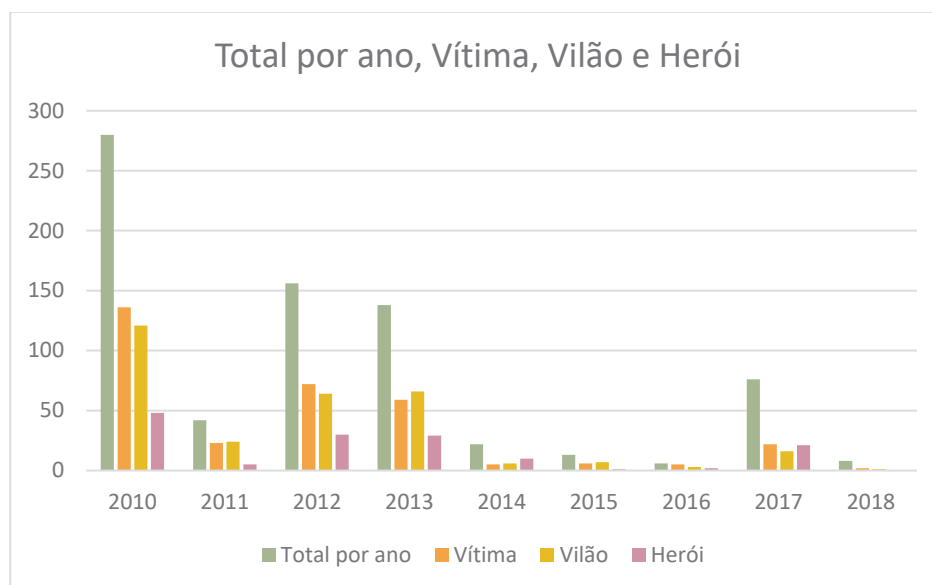
Nesta notícia, o nome de Eliza é citado três vezes: primeiramente, para explicar que Bola é acusado pela morte dela; depois, para relacionar a juíza Marixa Rodrigues e o delegado Edson Moreira ao caso e, por fim, para se fazer uma referência à Sônia Moura – mãe da moça.

Apesar de o assassinato de Eliza ser mencionado e de um suspeito ser arrolado, o foco da publicação está sobre a ameaça de morte recebida pela juíza e pelo delegado. Aqui, Marixa e Edson são considerados como vítimas na narrativa, sendo Bola o vilão e não havendo herói.

É importante deixar claro que nem todos os textos que têm atribuição de papel apresentam, automaticamente, os três tipos de personagem, de forma que uma matéria pode ter uma vítima e um herói, mas não necessariamente ter um vilão.

Ao longo do período analisado, a ocorrência de vítima, vilão e herói sofreu pouca oscilação proporcionalmente ao volume de publicações por ano, como ilustra o Gráfico 4. Este é um dos resultados que nos ajudam a chegar a uma conclusão sobre o nosso objetivo de entender se houve mudanças de enquadramento na cobertura do Portal UOL ao longo dos anos.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PAPÉIS ATRIBUÍDOS ENTRE 2010 E 2018



FONTE: A autora (2019).

Percebe-se que a ocorrência de vítima e vilão esteve sempre *pari passu*, o que nos leva a inferir que houve a formatação de uma narrativa preocupada em apresentar o lado do agente que sofria, bem como daquele que o prejudicava.

Salta aos olhos, entretanto, o fato de que o recurso narrativo da criação de personagens foi utilizado em menos da metade das publicações durante todo o período.

Outro ponto de nossa análise que chama atenção, como podemos ver no gráfico, é a presença de mais heróis do que vítimas ou vilões no ano de 2014. Este dado, no entanto, não deve ser supervalorizado, uma vez que a ocorrência de personagens em 2014 (assim como em 2015 e 2016) é menor, fazendo com que a distribuição entre os três papéis seja mais uniforme. Dessarte, o padrão encontrado nos anos anteriores, da apresentação de menor quantidade proporcional de heróis, não existe.

A seguir, discutiremos detalhadamente acerca da frequência de cada papel.

6.2.5.1 Herói

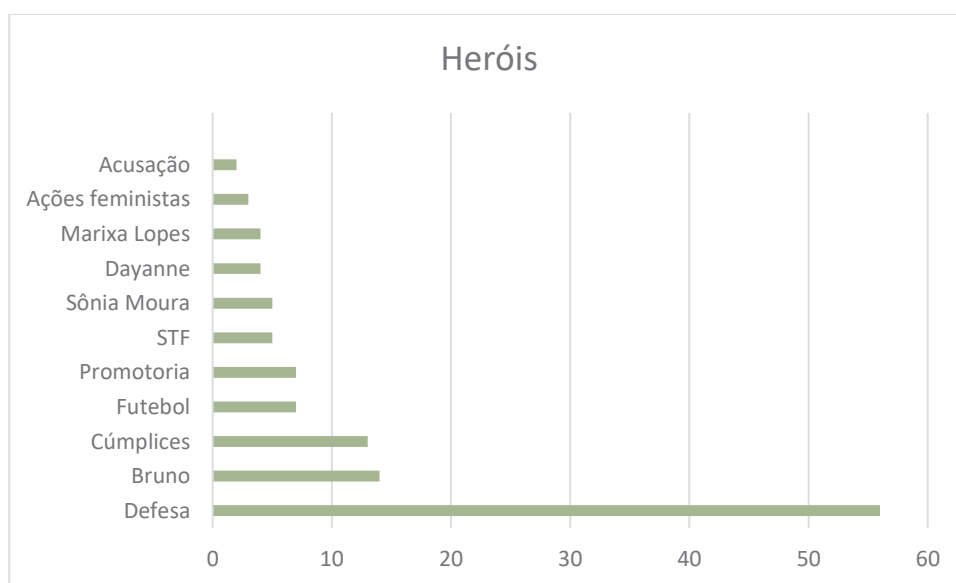
Os personagens considerados heróis são aqueles que saem em defesa de alguém ou de uma causa, que se pronunciam publicamente ou buscam a justiça. Esta figura apareceu em 20% dos textos codificados, o que equivale a 146 vezes no período de dez anos analisado.

Os advogados de Bruno e/ou de seus cúmplices foram os mais representados dessa maneira. Estes agentes foram agrupados sob o nome “defesa” porque, ao decorrer do tempo, houve muitas mudanças no corpo de defesa, de forma que pessoas diferentes fizeram essas representações – às vezes defendendo somente o ex-jogador, às vezes algum dos outros réus e, frequentemente, mais de um acusado por vez.

No total, a defesa foi enquadrada neste personagem 56 vezes, o que seria uma frequência compreensível, uma vez que se tratava de um grupo ou indivíduos designados justamente para defender os réus. Contudo, lemos este como um processo judiciário normal, em que há duas partes interessadas que, obrigatoriamente, estão em oposição. Logo, o ideal seria que as configurações da Promotoria, bem como dos advogados de acusação, como heróis ocorressem de forma equiparada ao longo da narrativa.

Conforme apresenta o Gráfico 5, notamos que os agentes posicionados ao lado de Eliza, contabilizando-se também a sua mãe, protagonizaram textos sob a forma de heróis apenas 14 vezes.

GRÁFICO 5 – QUEM SÃO OS HERÓIS DA NARRATIVA



FONTE: A autora (2019).

Chama atenção também a atribuição do papel de heroína à Marixa só ter ocorrido 4 vezes, o que nos leva ao questionamento: o fato de uma juíza ter condenado um grupo de réus pelo sequestro, homicídio triplamente qualificado e

ocultação de cadáver de uma mulher não é o suficiente para que ela se torne uma personagem admirável nesta história?

Uma das quatro notícias em que Marixa é retratada como heroína é “Para juíza, Bruno é uma ‘pessoa fria, violenta e dissimulada’”⁷⁸, publicada em 8 de março de 2013. Trata-se da veiculação da sentença dada ao ex-jogador na íntegra, introduzida por dois parágrafos que destacam algumas das declarações dela a respeito de Bruno.

Nesta oportunidade, lemos que, para a juíza é

Indiscutível [registrar] que os crimes descritos nestes autos, causam extremo temor no seio da sociedade, não podendo o Poder Judiciário fechar os olhos a esta realidade, de modo que a paz social deve ser preservada, ainda que, para tal, seja sacrificada algumas garantias asseguradas constitucionalmente, dentre elas, a liberdade individual (UOL, 2013).

Diante disso, compreendemos que existe uma preocupação com o risco que o goleiro ofereceria em liberdade, justamente por conta das descrições oferecidas pela juíza:

A conduta social é igualmente desfavorável considerando o comprovado envolvimento do réu Bruno Fernandes na face obscura do mundo do futebol. No tocante à personalidade tal circunstância, igualmente não favorece ao acusado, uma vez que demonstrou ser pessoa fria, violenta e dissimulada. Sua personalidade é desvirtuada e foge dos padrões mínimos de normalidade. O réu tem incutido na sua personalidade uma total subversão dos valores (UOL, 2013).

Somadas as considerações de Marixa à sentença de prisão, vê-se com clareza a existência de um vilão – como Bruno foi codificado neste caso – de quem a sociedade precisa ser protegida por meio das ações da heroína.

Neste ponto, consideramos pertinente lembrar que existe o hábito de se encontrar justificativas para os atos de violência praticado contra mulheres através da relativização da personalidade ou da saúde mental do agressor. Dirigindo crítica a esta prática, Bandeira (2008, p. 9) sublinha que esses julgamentos levam à desconsideração de que “os assassinatos de mulheres têm em sua origem uma relação indireta entre poder e masculinidade”, relação essa que é constituída histórica e culturalmente nas “diferenças [...] criadas e prescritas para os homens e mulheres

⁷⁸ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_080313E>. Último acesso em: 6 abr. 2019.

que mascaram e disfarçam o uso de práticas violentas, misóginas e de muitas expressões de ódio e de repulsa contra as mulheres”.

A despeito dessa consideração, faz-se interessante acrescentar que nenhuma das notícias protagonizadas pela juíza como heroína aborda a temática da violência contra a mulher.

É relevante também destacar mais uma notícia em que Marixa aparece como heroína. Em “Juíza multa em R\$ 18,7 mil advogados de Bola que abandonaram o júri”⁷⁹, de 20 de novembro de 2012, a contextualização de que houve um mau comportamento por parte dos advogados em questão provê justificativa para que haja uma punição, fazendo com que a atitude da juíza seja vista como uma exigência de respeito ao próprio sistema judiciário.

Por outro lado, a notícia “Juíza encerra sessão após bate-boca com advogado em depoimento de Macarrão”⁸⁰, de 11 de novembro de 2010, oferece-nos um outro enquadramento para um problema parecido.

Diz-se que Marixa estava lendo o depoimento de Macarrão durante um interrogatório e foi atrapalhada pelos advogados, que estavam conversando entre eles e conturbando o andamento do processo. Diante do pedido de silêncio, os defensores do réu declaram-se ofendidos, colocando-a no papel de vilã.

Em seguida, um dos advogados envolvidos no fato explica à mídia que o barulho para atrapalhar o interrogatório fazia parte da estratégia da defesa, assim como a ordem para que Macarrão ficasse quieto após a repreensão da juíza. A representação de um grupo de homens estrategistas e espertos, dispostos a confrontar uma mulher em posição de poder em prol de seu cliente os faz heróis.

6.2.5.2 Vilão

Foram entendidos como vilões os personagens que evidentemente causaram prejuízos a alguém, a alguma instituição ou mesmo ao andamento do processo. Assim como explicado anteriormente, para que fosse considerada presente, esta figura devia ser preponderante na narrativa, com suas ações, falas e intenções bem descritas.

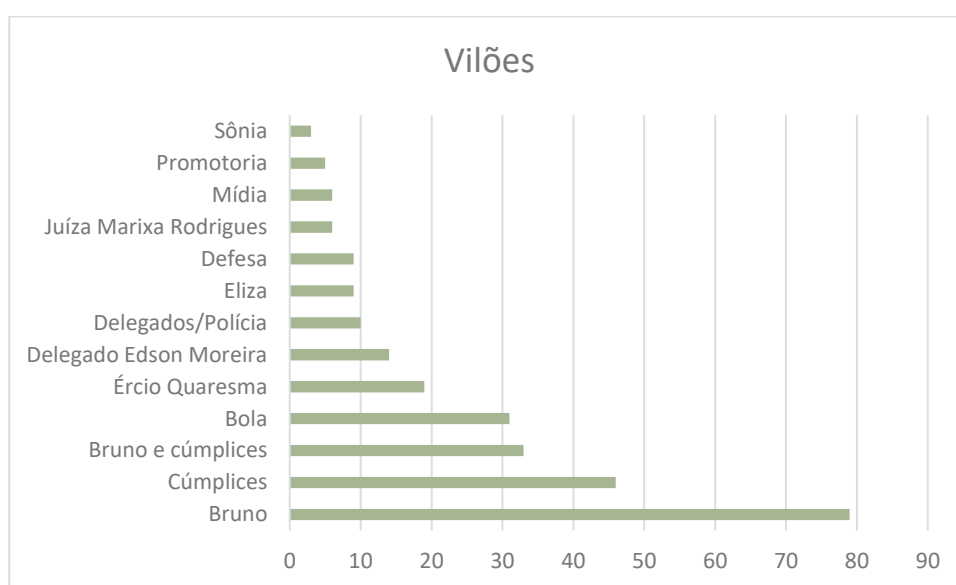
⁷⁹ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_201112C>. Último acesso em: 6 abr. 2019.

⁸⁰ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_111110H>. Último acesso em: 6 abr. 2019.

A presença de vilões foi constatada em 41,6% do conteúdo analisado, correspondendo a 308 publicações no total. Por se tratar da cobertura de um caso de feminicídio, a alta frequência desse tipo de personagem era esperada, bem como a maior ocorrência do nome de Bruno nesses casos, como mostra o Gráfico 6.

Aqui, o ex-jogador é colocado neste papel 112 vezes, sendo 33 delas acompanhado por pelo menos um de seus cúmplices. Neste caso, quando a atenção é dada aos grupos, destacava-se que Bruno foi o mandante da morte de Eliza.

GRÁFICO 6 – QUEM SÃO OS VILÕES DA NARRATIVA



FONTE: A autora (2019).

Publicada em 20 de julho de 2010, “Contradições marcam depoimentos do caso Bruno”⁸¹ demonstra o enquadramento do goleiro e de seu amigo Macarrão como vilões enquanto Eliza aparecia como vítima. Neste caso, coloca-se em evidência a hipótese de que o goleiro sequer estaria presente no crime e que seu envolvimento poderia ser restrito a um pedido feito ao amigo para que ele “resolvesse o problema de sua ex-amante”.

A exemplo das configurações em que Eliza não é a vítima ao mesmo tempo em que Bruno é vilão, temos duas situações em que quem é a vítima é Macarrão, o braço-direito do ex-jogador. Em “Defesa de Macarrão pede indenização de R\$ 1 milhão a advogado de Bruno que afirmou que amigos tinham relação gay”⁸², publicada

⁸¹ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_200710E>. Último acesso em: 26 mar. 2019.

⁸² Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_051112C>. Último acesso em: 6 abr. 2019.

em 5 de novembro de 2012, descreve-se a amizade entre os dois, inclusive o boato de que eles seriam um casal.

Logo após a contextualização, o enquadramento nos revela que Bruno estaria fazendo acusações contra Macarrão, indicando-o como o culpado pela morte de Eliza. Assim, constrói-se uma narrativa em que a traição de uma longa amizade fez com que uma das partes fosse entregue como o culpado por um crime que havia sido planejado por ambos.

Assim como Macarrão aparece como vítima ao mesmo tempo em que Bruno é vilão por duas vezes, o inverso também ocorre. A conjunção de Bruno como vítima e Macarrão como vilão, no entanto, aparece em 10 das 21 vezes em que o amigo do goleiro é vilão sem a sua presença. Ou seja, quando Macarrão é o vilão, Bruno é representado como vítima em 47,6% dos casos.

“Delação de Macarrão aumenta chance de Bruno ser condenado, avaliam criminalistas”⁸³, de 1 de março de 2013, é um dos exemplos dessa configuração. Nesta reportagem, o boato de que os dois seriam um casal é levantado novamente:

“Bruno e Maka. A amizade nem mesmo a força do tempo irá destruir, amor verdadeiro”, diz a mensagem tatuada nas costas de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, para expressar a relação entre ele e o goleiro Bruno Fernandes. Por ironia, aquele que jurava amizade eterna tornou-se o principal algoz do ex-jogador do Flamengo, que irá a júri popular a partir de segunda-feira (4), em Contagem (região metropolitana de Belo Horizonte), acusado pelo sequestro e morte da modelo Eliza Samudio, mãe de seu filho Bruninho (BALZA, 2013).

Em relação a momentos em que a narrativa mostra Bruno como vilão e Eliza como vítima, há uma notícia que nos chama atenção: “Após três trocas de advogados, Bruno vai a júri a partir desta segunda; ex também será julgada”⁸⁴, de 3 de março de 2013; talvez por um deslize semântico, chega-se a culpar o filho do casal pela morte da mãe:

⁸³ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_010313B>. Último acesso em: 27 mar. 2019.

⁸⁴ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_030313B>. Último acesso em: 7 abr. 2019.

Dayanne Souza, ex-mulher do jogador, também será julgada, acusada de ter ajudado no sequestro de Bruninho Samudio, filho de Bruno com Eliza – acusação que também recai sobre o goleiro, também acusado de ter ocultado o cadáver da vítima. Com apenas quatro meses em junho de 2010, quando o crime ocorreu, **o bebê teria motivado a morte da modelo**, que exigia do goleiro o pagamento de pensão alimentícia, o que Bruno não admitiria (BALZA e BRAGON, 2013. Grifos nossos).

É claro que não se insinua que o menino teria incitado o pai a cometer o crime. No entanto, vemos este como um enquadramento que ajuda a construir uma ideia de que um feminicídio poderia ser justificado.

Pensando em possíveis justificativas para um ato como este, esperávamos que fôssemos encontrar Eliza na posição de vilã mais vezes, de forma que sua morte fosse justificada pela briga pelo direito à pensão, por sua vida pregressa ou pelo fato de ser a amante. Contrariando essa expectativa, ela foi codificada como vilã 9 vezes, sendo que, nesse recorte, Bruninho foi enquadrado como vítima 2 vezes; Bruno, 5 vezes; e por duas ocasiões não havia vítima.

A despeito de Bruninho ser vítima ao mesmo tempo em que Eliza é vilã, as duas notícias dão conta do fato de a criança ter sido mantida em cativeiro após o sumiço de sua mãe. Entretanto, revela-se o teor do depoimento de Dayanne, ex-mulher de Bruno, que diz que a versão da história sobre a qual tem conhecimento é de que o menino teria sido abandonado:

De acordo com Dayanne, quando Jorge e Macarrão chegaram, Bruno estava com seu outro primo, Sérgio Rosa Sales, segundo Dayanne. Ela afirma que o goleiro lhe pediu para que enrolasse o bebê em um cobertor. Em seguida, Bruno teria se reunido em separado com Macarrão, Jorge e Sergio. Após a conversa, segundo a versão de Dayanne, Bruno contou que Eliza teria dito para Macarrão avisar a ele para ‘se virar’ com a criança (BALZA, 2013).

Outra personagem que merece atenção por ter sido representada como vilã é Sônia. Em toda a cobertura, ainda que se faça menção ao fato de a mãe de Eliza cuidar do neto, ela aparece como heroína apenas 5 vezes; como vítima, mesmo sofrendo pela perda da filha, 4 vezes; já como vilã, a mulher é posta 3 vezes.

Em duas das publicações em que Sônia é a vilã, a vítima é Luiz Carlos Samúdio, seu ex-marido e pai de Eliza. O motivo para tanto é que a mulher tirou a guarda do neto da tutela do avô. Mas mais impressionante é a notícia “Bruno diz a

Gugu⁸⁵ que está disposto a realizar exame de DNA do filho”⁸⁶, que retrata Eliza como a vítima.

Publicada em de 20 de março de 2015, a notícia é iniciada com a declaração de que Bruno estaria disposto a realizar o exame de DNA de Bruninho e que não o fizera antes “porque sua vida era muito corrida”. A partir disso, são expostos os pormenores a respeito de Bruno já ter assumido a paternidade da criança e como seria feito o teste.

O problema do enquadramento, no entanto, encontra-se em uma acusação feita pelo ex-jogador: “na segunda parte da entrevista, Bruno criticou Sônia Samudio [sic], mãe de Eliza, acusando-a de ter permitido que a filha fosse abusada sexualmente pelo pai, Luiz Carlos Samudio [sic]. ‘Uma mãe de verdade não deixaria a própria filha ser criada com um cara que abusou de uma das filhas’, afirmou” (UOL, 2015).

Além de se tratar de uma acusação grave, é interessante notar como ele atribui à mulher a responsabilidade por um suposto abuso cometido pelo seu ex-marido.

Destacamos, por fim, a notícia “Justiça do Rio condena Bruno e Macarrão; juiz diz que Eliza tinha ‘comportamento desajustado’”, de 7 de dezembro de 2010. Nesta publicação, em que Eliza começa a ser colocada como vilã desde o título, há duas vítimas: Bruno e Macarrão.

Apesar de falar sobre a condenação dos dois amigos por diferentes crimes cometidos contra Eliza, citando inclusive uma fala do juiz, que diz que “é absolutamente reprovável a conduta do réu, já que praticou os crimes que ensejaram a sua condenação com o propósito de se ver livre do status de pai que não desejava desempenhar” (MILAZZO, 2010), a matéria traz julgamentos explícitos à conduta da mulher.

Na oportunidade de proferir as sentenças de Bruno e Macarrão, o próprio juiz busca minimizar suas culpas:

⁸⁵ Gugu Liberato é um apresentador de programas de entretenimento e variedades na televisão.

⁸⁶ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_200315>. Último acesso em 7 de abril de 2019.

Seria hipocrisia fingir que os autos não revelam que a vítima também tinha comportamento desajustado. Há registro nos autos de que a vítima procurava envolvimento com muitos jogadores de futebol. Neste ponto, não se define bem quem é vítima de quem. Se os jogadores de futebol, embriagados pelo dinheiro e pela fama, são vítimas de mulheres que os procuram com toda a sorte de interesses. Se as mulheres que procuram os jogadores de futebol, embriagados pelo dinheiro e pela fama, são vítimas deles. Nessa relação, ninguém é muito inocente. Todos têm culpa (MILAZZO, 2010).

A transcrição do julgamento moral feito pelo juiz é uma escolha jornalística, assim como a formatação de uma seção em destaque com o objetivo de expor os supostos comportamentos de Eliza. Portanto, trata-se da construção de um enquadramento nocivo para a cobertura de um crime de feminicídio, que não deveria levantar possibilidades de culpabilizar a mulher por sua própria morte.

6.2.5.3 Vítima

Nossa última unidade de análise no que tange à narrativa é a do papel de vítima. Foram entendidos como vítimas os personagens cujos sofrimentos se destacam no texto, fazendo-se claro que houve prejuízo ao agente.

Esta representação ocorre em 44,5% das 741 publicações analisadas, correspondendo ao valor absoluto de 330 vezes. Com isso, podemos concluir que houve maior interesse em identificar quais foram as pessoas prejudicadas ao longo do processo, o que torna alarmante o fato de Bruno ter sido enquadrado dessa forma 83 vezes.

A notícia intitulada “Advogado de Bruno contesta carta que goleiro teria escrito sobre morte de Eliza”⁸⁷, de 8 de julho de 2012, apresenta o ex-jogador como vítima ao divulgar parte do conteúdo de uma carta enviada por ele ao seu amigo Macarrão e repercutida pela revista semanal Veja.

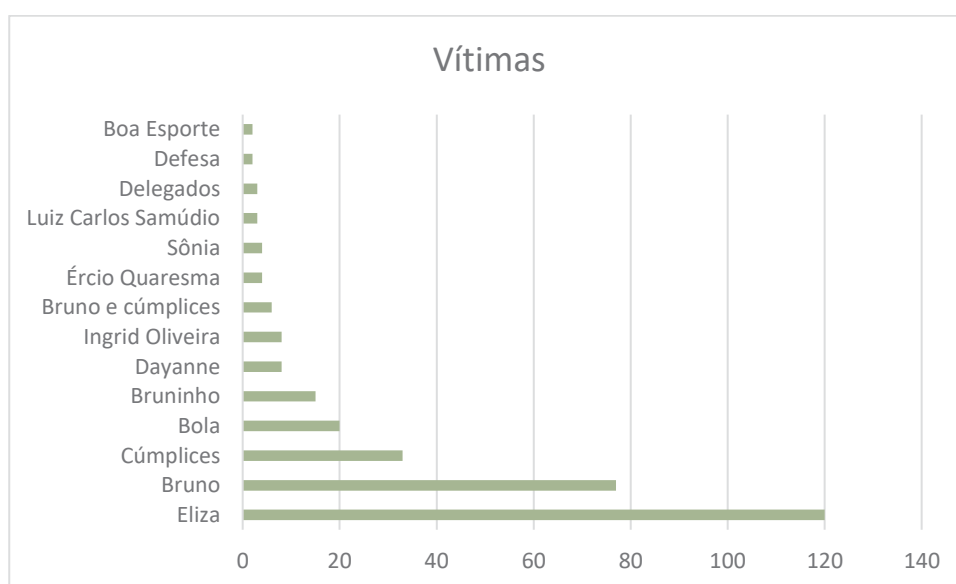
As palavras de Bruno, que ocupam grande parte da notícia, são emocionadas, demonstrando grande consideração pelo amigo e preocupação com suas respectivas famílias. O desenho da vítima se faz a partir da argumentação do advogado Rui Pimenta, que defende o goleiro, explicando que essa correspondência seria falsa, inventada pela revista com o objetivo de prejudicar seu cliente.

⁸⁷ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_080712>. Último acesso em: 27 mar. 2019.

Outro detalhe interessante sobre essa publicação diz respeito ao vilão pronunciado na narrativa: trata-se da Veja, que foi agrupada com veículos como o Fantástico na nomenclatura “mídia”. Assim, como nos mostra o Gráfico 5, alguns meios de comunicação são apontados como vilões por seis vezes durante a cobertura.

Conforme o Gráfico 7, Eliza é a personagem mais retratada como vítima, fazendo-se presente em 120 matérias. Entretanto, é importante ressaltar que 44,5% do total das matérias continham este papel, de modo que a representação de Eliza desta forma ocupa 16,2% do corpus total, enquanto Bruno aparece assim em 10,4% das vezes.

GRÁFICO 7 – QUEM SÃO AS VÍTIMAS DA NARRATIVA



FONTE: A autora (2019).

Consideramos a construção narrativa de Bruno e Eliza como vítimas muito parelha, especialmente quando levamos em conta que 25,1% das publicações tinham como tema geral o foco no ex-jogador; contra apenas 1,5% que eram centradas na mulher assassinada. Dessa forma, Bruno é formatado como vítima 77 vezes, sendo que em 47 delas ele também era foco da matéria. Eliza, por sua vez, é a vítima em 120 textos, sendo que 8 deles são correspondentes com o seu protagonismo no tema geral.

Um exemplo de publicação em que o tema geral é o foco em Eliza e a traz como vítima é “Polícia apura se ossada achada perto de estrada é de Eliza

Samudio”⁸⁸, de 5 de abril de 2013. Aqui, há uma descrição detalhada do estado dos restos mortais encontrados, explicando-se que poderiam pertencer à nossa protagonista devido a coincidências como a explicada pelo delegado responsável: “está faltando parte da ossada. Está faltando o braço direito completo e boa parte da ossada das pernas. Pode ser que algum animal tenha levado, mas, segundo as investigações, parte do corpo dela foi jogada para cachorros”, destacou o delegado” (BRAGON, 2013).

Diante de exposições como essa, avaliamos que, neste momento, humaniza-se a vítima, possibilitando uma sensibilização do público. Além disso, é importante pontuar que há poucas menções a Bruno, de forma que o leitor desavisado, isto é, que não acompanhou notícias anteriores, pode não conectar o jogador ao caso como ele sendo um dos réus, mas talvez apenas como um ex-companheiro de Eliza.

Vale indicar também que essa é uma das duas vezes em que uma foto de Eliza foi publicada durante toda a cobertura. Nela, vemos a moça sorrindo descontraidamente, aparentemente conversando com alguém. Trata-se de um plano próximo ao seu rosto, de modo que não se destaca nenhuma parte do seu corpo, embora fique claro que ela veste uma blusa de alcinha. A imagem de uma jovem que parece alegre não condiz com a gravidade da matéria, o que faz com que esse descompasso aumente o sentimento de piedade pela vítima.

Já quando falamos de Eliza como vítima em postagens cujo tema geral é a descrição do caso, temos 58 ocorrências. A reportagem “Investigações do caso Bruno mudam rotina em bairro de Belo Horizonte”⁸⁹, de 9 de julho de 2010, é interessante por mostrar o impacto das notícias relacionadas ao então jogador do Flamengo nos vizinhos do bairro em que se localizava o Departamento de Investigações da Polícia Civil de Minas Gerais.

Nesse caso, a construção de Eliza como vítima é feita desde o primeiro parágrafo, que esclarece que ela lutava para que Bruninho tivesse a paternidade de Bruno reconhecida e, dessa forma, fossem garantidos seus direitos. Também é logo no início que a possibilidade de que ela tivesse sido morta é trazida à tona. No entanto, o texto é dedicado à exploração do caso de forma geral, buscando-se julgamentos

⁸⁸ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_050413>. Último acesso em: 28 mar. 2019.

⁸⁹ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_090710D>. Último acesso em: 28 mar. 2019.

proferidos por populares que “decidiam passar na delegacia para matar a curiosidade” (BRAGON, 2010).

Quando pensamos em Bruno como vítima, além dos já referidos exemplos que dão conta de sua amizade com Macarrão, também podemos destacar a reportagem “‘Bruno foi aliciado’, diz presidente do time que lançou goleiro em BH”, de 8 de julho de 2010. Neste caso, encontramos declarações feitas por Nival de Sá, uma espécie de faz-tudo do time Venda Nova, que parece ter orgulho de ter feito parte da carreira do goleiro.

Por conta disso, constrói-se uma narrativa emocionada preocupada em encontrar explicações para o suposto comportamento feminicida de Bruno. “Ele não sabia quem eram os pais dele. Somente a avó vinha nas reuniões. Foi a Globo [Rede Globo de Televisão] que descobriu quem era a mãe dele”, contou Sá ao UOL, concluindo: “nunca teve uma psicóloga, uma assistente social, alguém para ajudar [...] se tivesse esse apoio, ele não faria esse tipo de bobagem. Ele sempre foi uma mina de ouro sem ninguém para cuidar de perto” (GUIMARÃES, 2010).

Tendo em vista esse exemplo, reforçamos que, em nosso corpus, foram contabilizados 186 arquivos que tinham como tema geral do foco em Bruno. Desses, 47 o apresentam como vítima. Por conseguinte, não é desmedido concluir que de Eliza foi tomado até mesmo o protagonismo de sua própria morte, uma vez que o mandante de seu assassinato recebe um tratamento humanizado com mais frequência enquanto vítima do que ela própria na mesma condição.

É importante esclarecer, contudo, que a cobertura do UOL não nega que Eliza seja vítima, mas vemos como um problema da narrativa o fato de Bruno receber maior atenção nesta atribuição de papel, uma vez que sua vida pessoal e as implicações em sua carreira se tornam foco dos textos em diversos momentos, enquanto, por outro lado, a mãe de seu filho não é humanizada por meio de recursos narrativos como suas relações familiares ou a orfandade de Bruninho.

Na próxima seção, damos sequência à nossa análise de enquadramento multimodal voltando nosso olhar às fotografias publicadas pelo Portal UOL.

6.3 ANÁLISE DE IMAGENS

Ferreira (2003) observa que, no jornalismo para internet, a fotografia se constitui como um recurso complementar para a construção da narrativa jornalística,

conferindo veracidade e maior objetividade às notícias. Assim como acontece nos impressos, a fotografia deve ser condizente com o contexto apresentado pelo texto verbal, sendo legível e compreensível.

No entanto, conforme apuramos em nosso processo de codificação, na cobertura realizada pelo Portal UOL, utilizou-se com frequência imagens genéricas, que, embora ilustrassem o transcorrer do Caso Eliza, nem sempre se mostravam as mais adequadas para o que era noticiado naquele texto.

A exemplo desse descompasso, podemos mencionar duas publicações (“Promotor dispensa depoimento de detento preso na mesma cadeia de Bruno e Bola” e “‘Somente Bola pode saber onde está o corpo de Eliza’, diz ex-delegado”) que trazem uma galeria de imagens, mas colocam em destaque uma foto de Rodrigo Fernandes, irmão de Bruno, que sequer é citado em nenhuma delas.

A associação de conteúdos em diferentes formatos é considerada uma das principais características do jornalismo na internet, sendo chamada de multimídia. Martins (2013, p. 7) afirma que a conjunção de imagem, som, vídeo e texto escrito é uma maneira de fazer com que uma publicação seja atrativa para o usuário. Neste contexto, “as imagens fotográficas e ilustrativas, por exemplo, são fundamentais relativamente à transmissão de informação”. Baseando-se em Barthes (1980), a autora é contundente ao atestar que a utilização de boas fotografias é capaz de induzir o leitor à reflexão.

Diante dessas considerações, seria natural supor que a cobertura do Caso Eliza, talvez especialmente por envolver uma pessoa pública, teria uma grande quantidade de fotos. Entretanto, esta dedução não se confirmou, uma vez que somente 40% das postagens analisadas continham fotografias.

Nossa análise de imagem se desenvolve a partir de cinco categorias: (C17) descrição detalhada; (C18) cenário; (C19) pessoa representada; (C20) ângulo da câmera; e (C21) plano de imagem. A partir da primeira delas, agrupamos as fotografias repetidas, de modo que a análise não se tornasse demasiadamente demorada, como demonstra o Quadro 2⁹⁰.

⁹⁰ Optamos por apresentar o quadro com as descrições das imagens com o objetivo de deixar claro o agrupamento que fizemos por quantidade de ocorrências de cada foto. Dessa forma, não se faz necessário incluir aquelas que apareceram duas ou uma vez devido à acessibilidade do quadro. Também por conta da facilidade da visualização total, optamos por não exibir cada uma dessas fotografias neste momento, mas elas estão disponíveis no Anexo II.

QUADRO 2 – DESCRIÇÕES DETALHADAS DAS IMAGENS MAIS RECORRENTES

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Olhando para baixo, Bruno chora e enxuga as lágrimas com um lenço, tampando quase todo o seu rosto.	11
De boné e jaqueta preta, Bruno olha para o lado com o rosto sério, ao seu lado está Macarrão com expressão assustada. Eles parecem estar dentro de um camburão.	10
Bruno caminha com cara fechada entre seu advogado Lúcio Adolfo e sua esposa Ingrid. Tanto o advogado quanto a mulher sorriem orgulhosos, altivos. Atrás deles há um painel com um desenho de um palhaço que, somado à expressão de Bruno, dá um tom sinistro à cena	10
Bruno, com uma expressão dissimulada, caminha entre muitas pessoas. Um homem parece tentar protegê-lo do assédio dos repórteres e fotógrafos.	8
Vestido com uma camisa preta, Sérgio passa o braço sobre os ombros de uma mulher. Tristes, os dois choram.	8
Olhando para baixo, Bruno chora e enxuga as lágrimas com um lenço, tampando quase todo o seu rosto. Um homem vestindo toga "passa" por trás dele, de modo que a imagem faz parecer que o homem o consola, colocando a mão em seu ombro.	7
Bruno veste o uniforme do Boa Esporte e o exhibe, segurando-o, aparentemente fazendo pose	6
Bruno aparece contente, de uniforme, abraçado com seu advogado e os irmãos diretores do Boa Esporte; todos estão sorridentes.	6
Sérgio, vestindo o uniforme da Suapi, ostenta um olhar baixo e parece desolado. Suas mãos estão aparentemente algemadas e um homem que parece portar um distintivo o conduz. Atrás deles, um câmara registra a situação.	6
Bruno, de vermelho, sai do juizado sorrindo e sendo conduzido por policiais, todos sérios	6
Close no rosto de Bruno, que morde a lateral da boca e chora, escorrendo lágrimas pelo seu rosto. Apesar de as lágrimas evocarem tristeza, pela mordida na boca, ele parece mais nervoso/tenso do que triste.	6
Bruno e Macarrão chegam de avião e caminham cercados de várias pessoas; entre elas, policiais. Ao fundo, há um veículo da TAM.	5

FONTE: A autora (2019).

Conforme definem Rodriguez e Dimitrova (2011), partimos do princípio que a análise de enquadramento de imagens é dividida em três níveis, sendo eles (1) denotativo; (2) semiótico-estilístico e (3) conotativo. No primeiro deles, as autoras explicam que o enquadramento é identificado a partir de uma descrição detalhada daquilo que efetivamente aparece na fotografia.

O segundo nível, por sua vez, dá conta de aspectos técnicos da imagem, como o ângulo e o plano da imagem. Como enumeram Rodriguez e Dimitrova (2011, p. 54-55) com base em Berger (1991):

Isso inclui como as convenções e estilos pictóricos ganham significados sociais, como quando um plano de close-up significa intimidade, um plano médio significa relacionamento pessoal, um plano completo significa relacionamento social e um tiro longo significa contexto, escopo e distância pública (BERGER, 1991)⁹¹.

Por fim, no nível conotativo, busca-se interpretar as ideias transmitidas pela imagem. Apesar de essas interpretações serem variáveis de acordo com quem lê cada fotografia, como destacam as próprias autoras, ainda é possível inferir seus significados a partir de padrões culturais compartilhados, elas explicam.

Do valor absoluto de 295 fotografias analisadas, destacamos que muitas delas se repetiram em diversos momentos da cobertura. Como é o caso da Figura 4 abaixo, que apareceu 11 vezes ao longo da cobertura, sendo a imagem mais repercutida pelo Portal UOL.

FIGURA 4 – FOTOGRAFIA DE BRUNO CHORANDO



Fonte: Reprodução de UOL

Evidenciamos que o personagem nela representado, o goleiro Bruno, é vítima em apenas um dos textos em que esta fotografia foi publicada. Dentre as 11 vezes em que sua imagem chorando aparece, ele é o vilão da narrativa por 6 vezes e, exatamente ao mesmo tempo, isto é, nas mesmas publicações, Eliza é a vítima apresentada pela narrativa.

⁹¹ "These include how pictorial conventions and styles gain social meanings, such as when a close-up shot signifies intimacy, a medium shot signifies personal relationship, a full shot signifies social relationship and a long shot signifies context, scope and public distance" (BERGER, 1991).

Conforme lembram Rodriguez e Dimitrova (2011) baseadas em Ferguson (2001), quando ocorre um conflito entre o enquadramento visual e o noticioso, a imagem prevalece.

Isso pode ser devido não apenas ao fato de que imagens como fotografias parecem mais próximas da realidade, mas também porque elas têm o poder de criar pistas emocionais e imediatas mais fortes. Afinal, historicamente, a visão precedeu o uso da linguagem. Por causa de seu alto valor de atração, imagens vistas em uma página, site ou tela geralmente dão a primeira impressão de uma história, e são prontamente lembradas (Rogers e Thorson, 2000). [As imagens] são bons dispositivos de enquadramento porque, de acordo com Wischmann (1987), eles são ‘capazes não apenas de obscurecer questões, mas [também] de fatos esmagadores’ (p. 70)⁹² (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 50).

Assim sendo, causa estranhamento o fato de a representação visual do ex-jogador como vítima ser predominante na cobertura, saltando aos olhos a incoerência com o personagem construído verbalmente. A consideração de Geise (2017) de que, posteriormente, imagens são mais lembradas do que textos verbais que tratam de um mesmo contexto agrava este fato.

A notícia “Bruno ‘é o articulador’ e ‘estava no comando’ da morte de Eliza, diz promotor”, de 7 de março de 2013, é um exemplo contundente dessa construção incongruente de um mesmo personagem em papéis diferentes.

As declarações enérgicas e com xingamentos atribuídas ao Promotor Henry Castro desenham o Bruno vilão desde o título. Do ponto de vista da acusação, narra-se então como o crime foi premeditado e executado; a notícia ainda menciona que o goleiro admitiu que Eliza estaria morta e contrapõe essa informação com a alegação de Castro de que isso não significava que ele havia confessado a sua participação. Ou seja, é o espaço dado à fonte que ajuda na construção desse personagem.

Em seguida, apresenta-se Eliza como vítima a partir do realce de que ela havia se afastado de Bruno depois que ele lhe recusara ajuda financeira para a criação do filho do casal. Também são relatadas agressões físicas sofridas pela moça tanto à

⁹² “This may be due not only to the fact that visuals such as photographs seem closer to reality, but also because they have the power to create stronger emotional and immediate cues. After all, historically, seeing preceded the use of language. Because of their high attraction value, images seen on a page, Web site, or screen often give the first impression of a story, and they are readily remembered (Rogers and Thorson, 2000). Visuals are good framing devices because, according to Wischmann (1987), they are ‘capable of not only obscuring issues but [also] of overwhelming facts’ (p. 70)”.

ocasião de sua morte quanto no crime ocorrido à época de sua queixa prestada na Delegacia da Mulher, no ano anterior.

Qual é o motivo que justifica, portanto, o emprego da imagem de Bruno em uma situação de vulnerabilidade: de cabeça baixa, enxugando suas lágrimas?

O enquadramento visual, como conceitua Geise (2017), é uma variação do conceito de enquadramento aplicada à análise de imagens. Ele está relacionado ao destaque dado a um aspecto da realidade sobre os outros, de forma a torná-los significativos e ressaltá-los em uma interpretação. Dessa forma, influencia-se a construção da opinião (GEISE, 2017).

A partir da leitura somente do título da notícia e da fotografia, uma interpretação possível seria um julgamento injusto ou o arrependimento, pois, como explica Geise (2017), uma imagem é decodificada pelo leitor mais rapidamente, aceitando, portanto, interpretações mais intuitivas que podem não ter significado atrelado ao texto verbal que a acompanha.

Também é interessante analisarmos outra publicação, que apresenta ao público a mesma fotografia (Figura 4), mas cuja narrativa traz Bruno como vítima: “‘Como mandante dos fatos, eu nego, mas, de certa forma, me sinto culpado’, diz Bruno”, publicada em 6 de março de 2013.

A notícia, que tem 19 parágrafos, traz a fala do advogado que representa o pai de Eliza em apenas um deles, dedicando todo o restante da matéria a lamentações do goleiro e argumentos de sua defesa. Nota-se a utilização exacerbada da emoção, fazendo-se referência ao choro de Bruno já no primeiro parágrafo. A seção “Mudança de postura” descreve o comportamento do homem no Tribunal, destacando que ele segurava uma Bíblia enquanto era interrogado.

Além disso, Eliza é mencionada diversas vezes seguindo a perspectiva de Bruno, sendo apresentada como uma mulher interesseira que teria orquestrado um plano para lhe dar o “golpe do baú”. Na medida em que ela é contornada como alguém que queria se aproveitar do dinheiro do então jogador, ele é mostrado como um homem gentil:

Segundo o goleiro, ele conheceu Eliza em uma festa em 2009 e manteve relações sexuais com ela, assim como outras pessoas que estavam no local. ‘Só me envolvi com ela uma vez. Isso eu posso afirmar.’ Depois do nascimento de Bruninho, diz o atleta, Eliza passou a cobrá-lo para que ele arcasse com as despesas da criança. ‘Nessas oportunidades, em algumas vezes, eu ajudei sim. Só que ela queria que eu ajudasse mais. Eu não podia ajudar mais porque não sabia se o filho é meu. Naquela noite ela não se envolveu só comigo, se envolveu com outros também.’ (CHEREM, BALZA E BRAGON, 2013).

É interessante atentar para a formação de um enquadramento de moralidade nesta matéria. A foto de Bruno comovido, junto de seu discurso quase caridoso e da menção feita à Bíblia no texto, contrasta fortemente com a Eliza descrita por ele – a mulher de comportamento sexual desajustado. Dessa maneira, cria-se um enquadramento de julgamento baseado na moralidade, convidando o leitor a relativizar a morte dela e, quem sabe, compadecer-se do goleiro.

Geise (2017) pontua que os efeitos do enquadramento visual resultam da interrelação existente entre uma imagem específica e o contexto no qual ela está inserida. Assim, a interpretação proposta por este elemento pode simplificar o entendimento da mensagem. A partir disso, define-se que:

Ele pode ativar esquemas existentes nas mentes dos destinatários (ou seja, ter um efeito de ativação), alterá-los na direção do quadro de mídia visual (causando um efeito transformador), desenvolver novos esquemas (tendo um efeito de criação) ou mudar atitudes e opiniões (isto é, ter um efeito de atitude). Além disso, pode desencadear respostas emocionais em relação ao conteúdo comunicado; efeitos afetivos também podem mediar e amplificar os efeitos cognitivos (GEISE, 2017, p. 2)⁹³.

Além do supracitado exemplo da fotografia de Bruno chorando combinada a notícias em que ele não é a vítima da narrativa, também podemos trazer a notícia “‘Estou muito feliz’, diz Dayanne após ser absolvida; Bruno fica imóvel”⁹⁴, de 8 de março de 2013.

Como nos mostra a figura 5, esta publicação revela uma incoerência capaz de causar incômodo no leitor. O título anuncia a felicidade de Dayanne, o lide a

⁹³ “It can activate existing schemata in the recipients’ minds (i.e., have an activation effect), change them in the direction of the visual media frame (i.e., have a transforming effect), develop new schemata (i.e., have an establishing effect), or change attitudes and opinions (i.e., have an attitudinal effect). Additionally, it can trigger emotional responses toward the communicated content; such affective effects can also mediate and amplify the cognitive effects” (GEISE, 2017, p. 2).

⁹⁴ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_080313B>. Último acesso em: 7 abr. 2019.

corroborar, mas a fotografia utilizada tem um efeito transformador, fazendo-nos desconfiar de que há algo errado.

FIGURA 5 – MATÉRIA COM CONFLITO DE ENQUADRAMENTO

"Estou muito feliz", diz Dayanne após ser absolvida;
Bruno fica imóvel



Dayanne Souza, ex-mulher de Bruno, assiste no banco dos réus ao seu julgamento

Imagem: Washington Alves/Light Press



Do UOL, em Contagem (MG)
08/03/2013 02h39

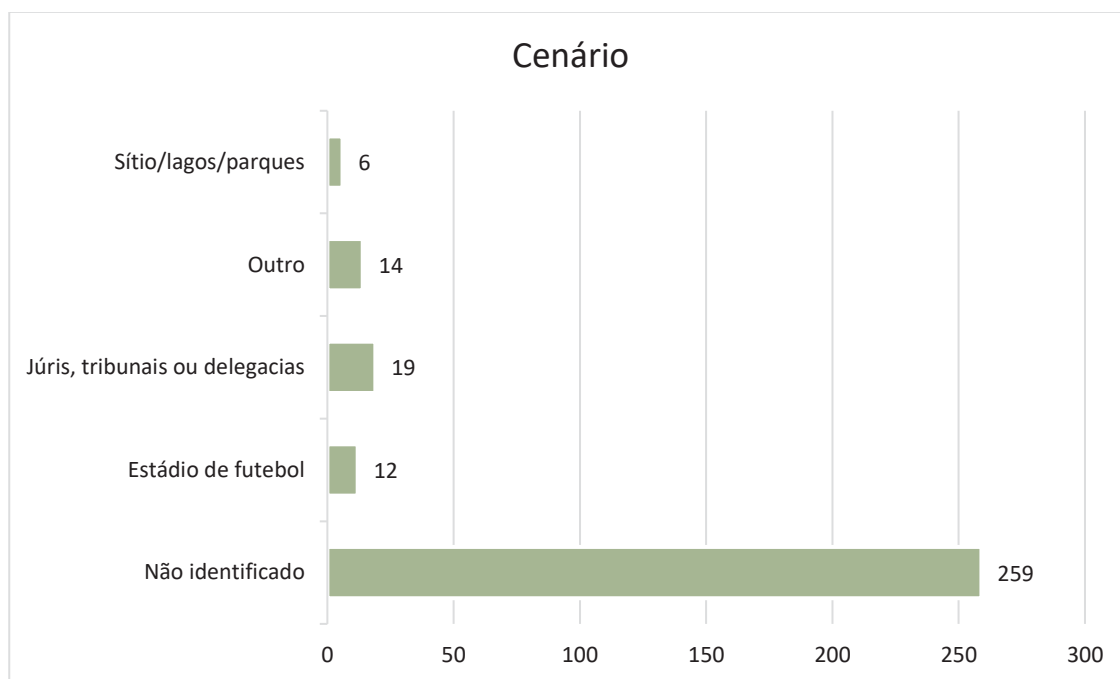
Após o anúncio de sua absolvição pelo sequestro de Bruninho Samudio pela juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, a ré Dayanne Souza, 25, ex-mulher do goleiro Bruno Fernandes, demonstrou felicidade ao deixar o salão do júri do fórum de Contagem (MG). "Estou muito feliz", afirmou, sorrindo muito.

FONTE: Reprodução UOL.

Como o texto enfatiza a reação de Bruno diante de sua própria sentença ("o goleiro permaneceu imóvel durante a leitura da sentença e não esboçou reação ao saber que foi condenado" (UOL, 2013)), pode-se inferir que sua ex-mulher pudesse estar em choque de vê-lo condenado a 28 anos de prisão. Além disso, também é incitada a curiosidade a respeito de como seriam as feições do homem.

Quanto ao enquadramento visual de forma geral, os Gráficos 8 e 9 nos mostram os resultados encontrados nas codificações do nível denotativo da imagem, correspondendo às categorias C18 e C19:

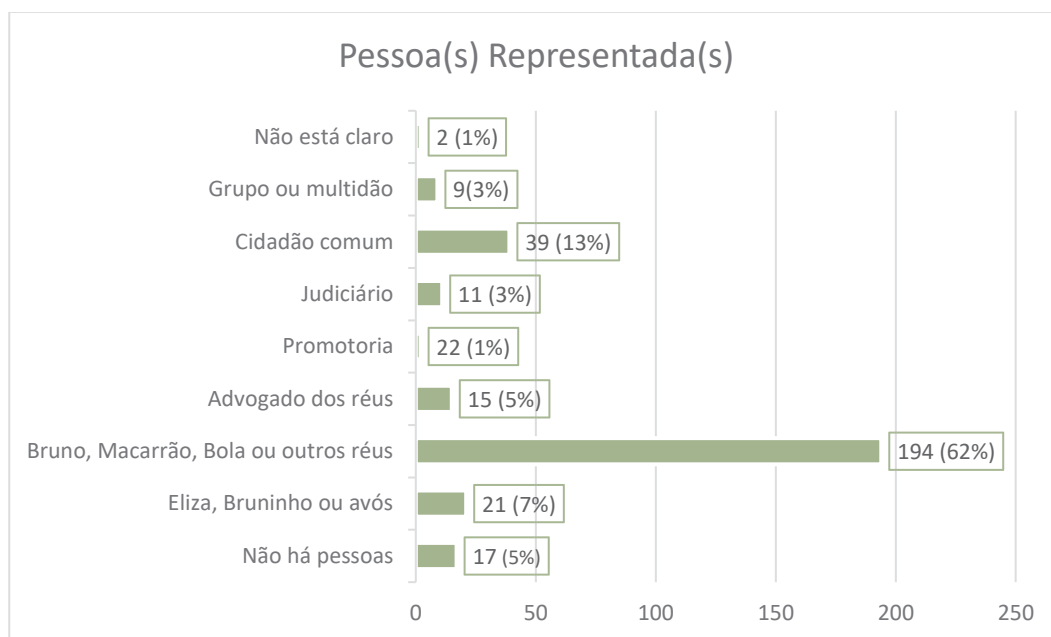
GRÁFICO 8 – CENÁRIOS DAS IMAGENS



FONTE: A autora (2019).

Notamos que cenários que pudessem contextualizar o momento de captura das imagens quase não apareceram, de forma que 84% das fotografias foram codificadas com a variável 00 – Não identificado. Considerando que 11,5% das matérias que compuseram nosso corpus foram publicadas na editoria de Esporte, é curioso observar que o cenário estádio de futebol apareceu em apenas 4% das publicações que tinham foto. Esses dados a respeito dos cenários das fotografias corroboram a nossa percepção de que foi priorizada a utilização de imagens genéricas, o que ocasiona a recorrência de enquadramentos visuais incompatíveis com a narrativa e o enquadramento noticioso dos textos.

GRÁFICO 9 – PESSOA(S) REPRESENTADA(S) NAS IMAGENS

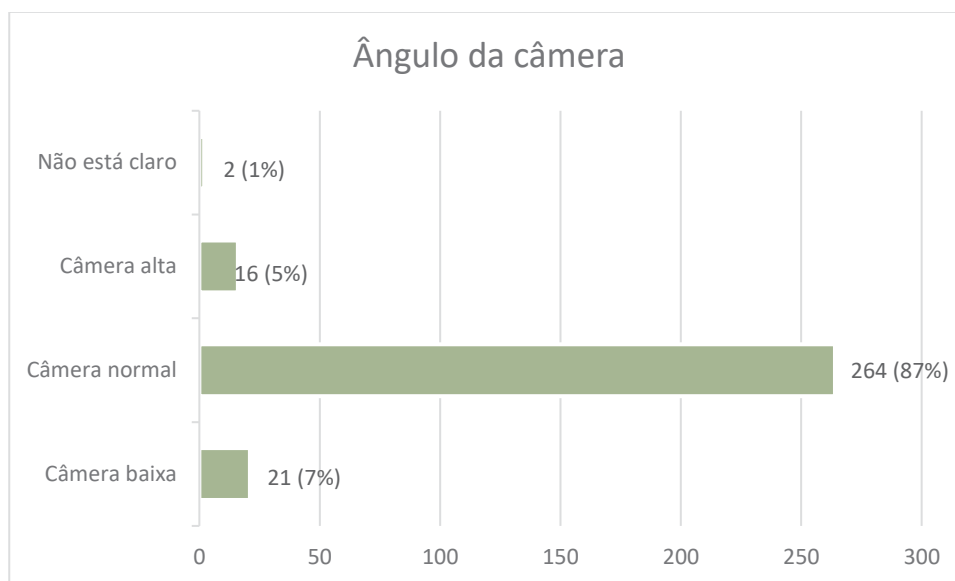


FONTE: A autora (2019).

A variável mais recorrente nesta categoria é a 02, que diz respeito a Bruno, Bola, Macarrão ou outros réus, resultando em 62% das matérias com fotografia. Entretanto, apontando mais uma vez para o descompasso entre a utilização de imagens em relação à narrativa verbal, esse mesmo grupo de pessoas assumiu algum papel em 60% dos textos. Apesar de essa diferença ser pequena, a co-incidência do personagem e da pessoa representada não aparece de forma consistente no corpus.

Já no que tange ao nível semiótico-estilístico, a codificação das categorias C20 e C21 nos revelou a prevalência da câmera normal e do plano médio, como mostram os Gráficos 10 e 11.

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE ÂNGULOS DE CÂMERA UTILIZADOS



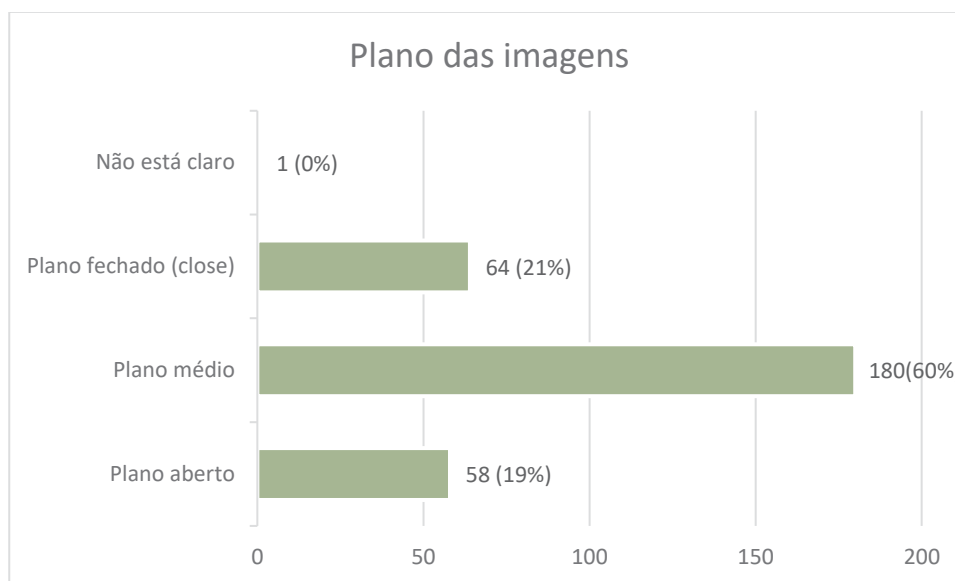
FONTE: A autora (2019).

Kress e Van Leeuwen (1996) explicam que os ângulos das imagens funcionam como “pontos de vista”, o que possibilita que sejam expressadas atitudes subjetivas em relação ao objeto retratado em uma fotografia. Os autores ressaltam que essa apreensão subjetiva não é individual, mas dotada de significados sociais:

A perspectiva repousa sobre uma fundação geométrica impessoal, uma construção que é uma maneira quase mecânica de ‘registrar’ imagens da realidade. Pontos de vista socialmente determinados poderiam, assim, ser naturalizados e apresentados como ‘estudos da natureza’, cópias fiéis da realidade empírica (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996, p. 129-130).

De acordo com Sousa (2002), o ângulo normal está relacionado às fotografias tiradas paralelamente à superfície e causam a impressão de um ponto de vista objetivo e de representação da verdade. As mesmas significações também ocorrem na utilização de plano médio, o qual ocorre em 60% das fotos presentes em nosso corpus.

GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS DAS IMAGENS



FONTE: A autora (2019).

Ao contrário do que ocorre com o ângulo da câmera, que apresenta quantidades muito menores das outras variáveis, no plano das imagens há uma distribuição mais uniforme, de modo que o plano fechado e o plano aberto também aparecem de maneira relevante.

Conforme Sousa (2002), o plano fechado tem a característica de ser mais focado em expressões do que na informação, enquanto o plano aberto, por outro lado, é “fundamentalmente informativo, e serve, principalmente, para situar o observador, mostrando uma localização concreta” (p. 78-79). O número de 19% das fotografias com planos abertos está de acordo com a nossa constatação de 16% de cenários identificados.

Damos continuidade à nossa análise de enquadramento multimodal, agora, estudando o enquadramento noticioso conforme Iyengar (1990) e Semetko e Valkenburg (2000).

6.4 ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Conforme explicado na seção 5.4, baseamo-nos nos trabalhos de Iyengar (1990) e Semetko e Valkenburg (2000) para criarmos as categorias para a nossa codificação do enquadramento do Caso Eliza Samúdio.

Tendo em vista nossa apreensão a respeito da abordagem das questões políticas da violência contra as mulheres na cobertura feita pelo Portal UOL, valemos dos conceitos de enquadramento episódico e temático de Iyengar (1990), chamado por nós, de modo amplo, de enquadramento de tratamento, que será discutido na seção 6.4.1 seguinte.

Já a seção 6.4.2 é dedicada à análise de enquadramento de acordo com as formulações de Semetko e Valkenburg (2000), apresentando nossa conclusão a respeito do enquadramento prévio predominante na cobertura.

6.4.1 Enquadramento de tratamento

Estudando o enquadramento formado sobre questões sociais e políticas, Iyengar (1990) buscava entender como a audiência passava a atribuir responsabilidades a respeito desses assuntos. Para viabilizar sua análise, o autor criou as categorias “enquadramento temático” e “enquadramento episódico” (PORTO, 2002).

Como nos conta Porto (2002), o enquadramento episódico dá maior atenção aos fatos de um evento, enquanto o temático apresenta um contexto maior no qual este evento se insere. Desse modo, acreditamos que notícias sobre casos de violência contra mulheres cumpriram com a responsabilidade social do jornalismo caso fossem enquadradas de maneira temática.

À luz de Díez (2007), consideramos que uma maneira de tratar dessas violências para além da mera descrição dos fatos, mobilizando um enquadramento temático, seria trazendo nessas notícias também informações sobre como se denunciar essas agressões, por exemplo.

Essa concepção aparece também em Santoro (2007, p. 155), que argumenta que

O jornalista tem uma importante responsabilidade social no momento de enquadrar uma notícia e é pessoal e individualmente responsável pela seleção do enfoque e da utilização de palavras. Neste aspecto, seu objetivo não deve ser apenas descrever ou denunciar um fato, mas também indicar soluções⁹⁵.

Assim, em nossa pesquisa, foram tidas como matérias de enquadramento temático aquelas que explicassem a aplicação da Lei Maria da Penha, expusessem a opinião de mulheres a respeito da soltura de Bruno, apresentassem dados sobre violência doméstica e/ou feminicídio no Brasil, relembressem que Eliza já havia denunciado as agressões do ex-jogador anteriormente ou abordassem questões similares.

Ou seja, entendemos que o enquadramento temático foi construído quando os textos evidenciavam que a morte de Eliza não se tratava de um caso isolado, mas como parte de um problema político e estrutural.

Dentro desses padrões foram encontradas 16 publicações, correspondendo a apenas 2% do corpus total. Todas elas estão disponíveis no Quadro 3.

QUADRO 3 – O ENQUADRAMENTO TEMÁTICO NO CASO ELIZA SAMÚDIO

TÍTULO	DATA	TEMA ESPECÍFICO	VÍTIMA	VILÃO	HERÓI
Internautas comentam caso Bruno, e o nome do goleiro vira "trending topic" mundial	07/07/2010	Repercussão na população	Eliza	-	-
Polícia do Rio conclui inquérito e indícia Bruno por sequestro de Eliza	08/07/2010	Comportamento de Bruno	Eliza	Bruno e Macarrão	-
Top 5 - Bruno, Tyson e O.J. Simpson; Conheça atletas que já entraram nas páginas policiais	09/07/2010	Futebol	Várias mulheres	Vários atletas	-
Eliza acusou Bruno de forçá-la a tomar abortivos, diz primeira testemunha	26/08/2010	Relações pessoais	Eliza	Bruno e Macarrão	-
Amiga afirma que Eliza contou ter sido xingada e agredida por Bruno e amigos	26/08/2010	Conduta de Eliza	Eliza	Bruno, Macarrão e mais cúmplices	-

⁹⁵ "El periodista tiene una responsabilidad social importante en el momento de encuadrar una nota, y es personal e individualmente responsable en la elección del enfoque y en la utilización de las palabras. En este aspecto su objetivo no debe ser sólo la descripción y la denuncia de un hecho, sino también sus posibles soluciones" (SANTORO, 2007, p. 155).

Marketing com goleiro Bruno é loucura, alertam especialistas a possíveis interessados	09/03/2012	Futebol	Garota de programa desconhecida	Bruno	-
Bancada feminina da Câmara vai acompanhar o julgamento do goleiro Bruno	09/11/2012	Repercussão na população	Eliza	Bruno	Bancada feminina na Câmara
Julgamento do goleiro Bruno atrai "figuras exóticas" e protestos sociais	21/11/2012	Repercussão na população	Eliza	Bruno	-
Bruno pode ir para o regime semi-aberto antes de 2018	08/03/2013	Pena de Bruno	-	Bruno	-
"Vou poder olhar nos olhos do meu neto", diz mãe de Eliza	08/03/2013	Família de Eliza	-	Bruno	-
Bruno é condenado no Dia da Mulher três anos após dizer ser normal agressão a parceira	08/03/2013	Pena de Bruno	Eliza	Bruno	Promotor Henry de Castro
Bruno pega 22 anos e 3 meses de prisão por sequestro e morte de Eliza	09/03/2013	Pena de Bruno	Eliza	Bruno	-
Mulheres fazem campanha contra ida de Bruno para time de Montes Claros (MG)	17/04/2014	Futebol	Eliza	Bruno	Movimento Levante Popular da Juventude
Site do Boa é invadido por hackers e exibe dados sobre feminicídio	10/03/2017	Futebol	Boa Esporte	Hackers	-
Em silêncio e mascaradas, mulheres protestam contra Bruno no Boa	14/03/2017	Futebol	-	Bruno	-
Hora de meter a colher: 10 atletas acusados de agressão que foram poupados	10/12/2017	Futebol	Várias mulheres	Vários atletas	-

FONTE: A autora (2019).

O Quadro 3 nos revela que as publicações de enquadramento temático utilizaram o recurso narrativo da atribuição de papéis 87,5% das vezes, enquanto o enquadramento episódico – isto é, todo o restante do corpus – criou vítimas, vilões ou heróis em apenas 37% das vezes. Com isso, concluímos que, no caso de crimes contra a mulher, a configuração de enquadramentos capazes de suscitar questionamentos podem ser diretamente associados à representação da vítima.

Como dito anteriormente, Chaheer (2007) postula que é necessário que o enquadramento empregado em um jornalismo preocupado com questões de gênero

seja questionador. Um bom exemplo desta prática é a notícia “Mulheres fazem campanha contra ida de Bruno para time de Montes Claros (MG)”, de 17 de abril de 2014.

Nessa publicação, embora não haja personalização, dá-se espaço de fala às mulheres do Movimento Levante Popular da Juventude por meio da reprodução de parte do texto escrito por elas em protesto contra a contratação do goleiro Bruno pelo time de Montes Claros:

‘Em meio aos dados alarmantes sobre a violência contra a mulher no Brasil, a morte de Eliza Samudio poderia ter sido apenas mais uma. Não foi. O seu nome, a sua história e a sua trágica morte ganharam contornos de notícia nacional, principalmente pela profissão midiática do seu assassino’, trouxe o texto (BRAGON, 2014).

Além disso, o Portal também reproduziu a imagem dos cartazes (Figura 6) que foram colados pela cidade pelas manifestantes. É importante destacar que esta é a única vez, em toda a cobertura, que o ex-jogador aparece sendo “fichado” pela polícia, em uma fotografia tradicionalmente relacionada a criminosos. A utilização desse tipo de registro pode ajudar a reforçar a construção de um personagem como vilão.

FIGURA 6 – CARTAZES COM A FOTO DE BRUNO FEITOS POR MULHERES



FONTE: Reprodução de UOL – Danilo Duarte

Os elementos gráficos que estilizam a fotografia de Bruno também são importantes para o enquadramento, pois incluem palavras de ordem que expõem o crime cometido pelo ex-jogador, com as frases: “as mulheres dizem não a Bruno no Mocão”, “se mata, bate e oprime, não joga no nosso time” e (cortado, no canto direito) “levante-se contra o machismo”.

Corroborando a proposição de Díez (2007), Santoro (2007, p. 154) pontua que “jornalistas e comunicadores são atores centrais na promoção e proteção dos direitos humanos”. A reportagem “Bruno é condenado no Dia da Mulher três anos após dizer ser normal agressão a parceira”, de 8 de março de 2013, é enquadrada de maneira que favorece o cumprimento desse compromisso.

Relembrando que, em 2010, o ex-jogador fez uma declaração de teor violento diante do caso de agressão do também jogador do Flamengo Adriano contra sua ex-noiva, o texto apresenta o argumento de que Bruno já havia demonstrado ser um homem que agride mulheres.

De acordo com o Ministério Público, Bruno agrediu Eliza mais de uma vez antes de planejar o sequestro e morte dela. A primeira agressão ocorreu em julho de 2009, no hotel Barrabela, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o goleiro a teria ameaçado de morte caso ela não abortasse o bebê. Um mês depois, quando a vítima estava hospedada no hotel Transamérica, também no Rio, o goleiro fez novas ameaças de morte e agrediu Eliza fisicamente, segundo a denúncia do MP (BALZA, 2013).

Ao final da reportagem, há uma seção intitulada “Lei Maria da Penha”, na qual vemos que houve certa mobilização por parte movimentos feministas que apontavam para o fato de que a lei não havia sido cumprida de forma a poder ter evitado a morte de Eliza.

Santoro (2007, p. 155) evidencia a importância da utilização do enquadramento temático ao explicar que “falta ao jornalismo o emprego de contextualizações adequadas, assim como a utilização de certas terminologias ou frases que fomentem e/ou façam perpetuar na opinião pública uma percepção apropriada da realidade”.

Nesse sentido, também cabe retomarmos a compreensão de Iyengar (1990) ressaltada por Porto (2002, p. 10):

A conclusão principal do autor é a de que o enquadramento episódico faz com que as pessoas atribuam a responsabilidade pelos problemas políticos e sociais a indivíduos, em lugar da consideração de forças ou fatores sociais mais amplos. Em consequência, a relação entre estes problemas e ação ou falta de ação de líderes políticos fica obscurecida.

Com essa ideia em mente, podemos concluir que, no caso da cobertura sobre crimes cometidos contra mulheres por razão de serem mulheres, a predominância do enquadramento episódico agrava a despolitização desse problema, pois, por meio da diminuição do papel do Estado, essas violências continuam sendo mantidas como um assunto de interesse privado, que diz respeito somente à vida familiar.

6.4.2 Enquadramento prévio

Seguindo os parâmetros definidos por Semetko e Valkenburg (2000) já apresentados no capítulo 5.4, descobrimos os enquadramentos prévios apresentados por cada uma das publicações conforme os autores procederam. Ou seja, respondemos as perguntas-guia com NÃO (0) ou SIM (1), visando ao cálculo de um índice que classificasse o nosso *corpus*.

Compreendemos que, por meio da utilização do Varimax-Rotated Factor Solution, os autores procuraram evitar a delimitação de um único enquadramento por texto, hipótese que é fortalecida pela quantidade desigual de perguntas criadas para cada categoria, o que permite a ocorrência de empate.

Essa técnica de inferência estatística utilizada pelos autores não se faz necessária na presente pesquisa, dado que nossa amostra compõe a totalidade do universo estudado.

Com o objetivo de manter o esforço quantitativo empreendido por Semetko e Valkenburg (2000), nós utilizamos a mesma técnica dos autores, porém sem realizar a inferência supracitada. Para tanto, calculamos a proporção de respostas SIM (1) em relação ao total de perguntas atribuídas a cada enquadramento. Em seguida, fizemos a média desses resultados gerando um índice que representa a incidência de respostas SIM (1) para cada categoria.

Dessa forma, não se fez necessário excluir nenhuma das variáveis em caso de coocorrência. Consequentemente, chegamos ao resultado exposto na Tabela 1, indicando que o enquadramento de conflito foi o mais presente em nosso corpus, sendo seguido pela atribuição de responsabilidade.

TABELA 1 – ÍNDICES DE INCIDÊNCIA DE ENQUADRAMENTOS PRÉVIOS

CONFLITO	HUMANO	FINANCEIRO	MORAL	RESPONSABILIDADE
0,314320388	0,223058252	0,072006472	0,044093851	0,259223301

FONTE: A autora (2019).

A exemplo do procedimento acima detalhado, podemos trazer a notícia “Dayanne nega sequestro de bebê e afirma que Bruno disse estar sob ameaça de Eliza”, de 5 de março de 2013. Nela, os índices estão presentes conforme demonstra a Tabela 2.

TABELA 2 – ENQUADRAMENTOS PRÉVIOS INCIDENTES NA NOTÍCIA DE 5 DE MARÇO DE 2013

CONFLITO	HUMANO	FINANCEIRO	MORAL	RESPONSABILIDADE
0	0,8	0,333333333	0	0,2

FONTE: A autora (2019).

Essa publicação mobiliza o enquadramento de interesse humano por denotar certa preocupação com o bem-estar de Bruninho, além de dar atenção para o fato de que o ex-jogador teria ido visitar sua avó que o criou com o objetivo de apresentar-lhe seu bebê. Outro ponto interessante que pode revelar interesse humano diz respeito ao comentário de Dayanne de que ela teria se assustado com a presença de Eliza no sítio de Bruno, bem como teria se incomodado com o comportamento de seu ex-marido em relação à amante, pois ele não a deixava falar.

Embora não traga valores, a notícia também tem enquadramento financeiro porque conta que, segundo Dayanne, Bruno estaria fazendo negociações com Eliza porque (1) ela estaria o ameaçando e (2) ele teria acertado a questão da pensão alimentícia de Bruninho. Por fim, o enquadramento de atribuição de responsabilidade aparece em menor potência, ao, no final do texto, informar ao público que o ex-jogador seria interrogado no dia seguinte e o Tribunal do Júri faria a decisão sobre sua pena.

Como vimos na seção anterior, o enquadramento temático conforme proposto por Iyengar (1990), encontrado em somente 16 publicações de nosso corpus, diria respeito, para ele, à atribuição de responsabilidade às instituições. Entretanto, considerando que, em nossa análise, as questões concernentes à responsabilidade

foram balizadas pela relação descrita entre o problema e as figuras de autoridade (como as juízas, os delegados, o júri ou o STF), a média relevante do enquadramento de Semetko e Valkenburg (2000) em nossa pesquisa não é compatível com a baixa ocorrência do enquadramento temático.

No que tange aos índices revelados, é interessante notar a discrepância entre a elaboração de Iyengar (1990) e Semetko e Valkenburg (2000), visto que esses autores declararam que pensaram em seu método tendo o trabalho do outro por base.

Outro resultado relevante para nossa análise é o índice correspondente ao enquadramento de conflito. Os autores explicam que uma pontuação alta nesta categoria de conflito, isto é, um número próximo de 1, indicaria desavenças entre as partes envolvidas na história.

Tendo em vista uma cobertura repleta de notícias pontuais sobre decisões ou trâmites judiciais, supomos que seria natural que o nível de conflitos enquadrados fosse alto. Contudo, embora este seja, de fato o enquadramento mais presente, chegamos a um resultado de 0,3 de incidência, o que pode nos revelar que a cobertura do Caso Eliza Samúdio não foi tão centrada em mostrar a existência de dois lados opostos (um grupo de assassinos vs. uma mulher assassinada).

Duas justificativas (muito conectadas entre si) podem estar atreladas a isso: primeiro, o fato de o comportamento feminicida ainda estar associado a uma noção de masculinidade e virilidade não só vista como intrínseca, mas também desejável ao homem. Segundo, a despolitização que mantém a “briga de marido e mulher” entre quatro paredes diminui o entendimento de que há abusos cometidos por parte do homem dominador, o que advém da noção de posse na lógica patriarcal, como descrita por Saffioti (2002b), segundo a qual o patriarca tem direito ao corpo dos indivíduos de sua prole, especialmente dos femininos.

Discutindo, nesse sentido, a problemática da violência doméstica, Saffioti (2002b) ainda afirma que esse entendimento de que o corpo da mulher pertence ao homem e que, portanto, esse teria direito de manipulá-lo como bem entendesse, pode ser visto como um dos motivos para que esse tipo de violência não seja amplamente reconhecido como tal.

6.5 O MACRO ENQUADRAMENTO DO CASO ELIZA SAMÚDIO

É importante ressaltar que, num processo de análise de enquadramento multimodal, imagem e texto verbal são interdependentes, de forma que, além de se complementarem mutuamente, também interferem nas interpretações de forma macro, podendo nos levar a resultados que poderiam ser diferentes se fizéssemos análises de cada uma das partes de forma independente (GEISE, 2017).

Portanto, a pesquisa de enquadramento monomodal não apenas corre o risco de perder a contribuição adicional da modalidade não observada e dos pacotes de informações multimodais para o processo de enquadramento. Também coloca os acadêmicos na posição perigosa de apresentar resultados que deturpem a modalidade em análise, pois, no processamento de quadros multimodais, o significado emerge da interação de potenciais específicos da modalidade (GEISE, 2017, p. 9).⁹⁶.

Partindo dessa compreensão, buscamos nesta seção de nosso trabalho encerrar nossa análise articulando os resultados expostos até aqui.

Com base na narrativa e nas imagens, podemos concluir que a formatação de vítimas na cobertura ao longo dos anos apresentou Bruno sobremaneira. Quando levamos em conta suas representações individuais e com cúmplices, temos um total de 83 vezes. Ou seja, Eliza, que é retratada como a vítima da história 120 vezes, é classificada desse jeito apenas 37 vezes a mais do que o seu assassino.

Contudo, como vimos anteriormente, o uso de fotografias em noticiários colabora com a fixação de informações por parte dos leitores e, mais do que isso, quando há disputa de enquadramentos entre imagem e texto verbal, é a compreensão que se tem a partir da decodificação visual que prevalece.

Haja vista que, na categoria (C19) pessoa representada, a variável mais recorrente foi a 02 – Bruno, Macarrão, Bola ou demais envolvidos, percebemos que o protagonismo da cobertura foi entregue a Bruno e aos outros réus em detrimento da mulher assassinada, uma vez que eles foram as pessoas representadas nas fotografias por 194 vezes, enquanto Eliza ou seus familiares apareceram somente 21 vezes.

⁹⁶ “Monomodal framing research thus not only risks missing the additional contribution of the unobserved modality and of the multimodal information bundles to the framing process. It also puts scholars in the dangerous position of coming up with results that misrepresent the modality under examination as well, because in multimodal frame processing meaning emerges from the interaction of modality-specific potentials” (GEISE, 2017, p. 9).

Quando temos Bruno e/ou demais réus como pessoa representada, a narrativa se divide como nos mostra a o Quadro 4 abaixo:

QUADRO 4 – RELAÇÕES ENTRE PESSOAS REPRESENTADAS E PERSONAGENS

Bruno e/ou réus é/são a(s) pessoa(s) representada(s) nas imagens 194 vezes			
	VÍTIMA	VILÃO	HERÓI
Eliza	34	3	-
Família de Eliza	7	2	-
Bruno/cúmplices	47	46	10
Promotoria	-	4	5
Defesa	1	6	10

FONTE: A autora (2019).

Com isso, fica claro que, de fato, o campo daqueles que assassinaram Eliza tem maior representatividade no período analisado. Bruno e seus cúmplices ocupam 53% das fotografias veiculadas, são as vítimas em 46% das publicações que apresentavam alguma vítima e são personagens em 82% das matérias que tem qualquer personagem.

Eliza e/ou sua família, por sua vez, são representadas em imagens apenas 21 vezes. Dessas, elas são vítimas na narrativa 9 vezes, vilãs 1 vez e heroínas 3 vezes. Em contrapartida, neste mesmo recorte, Bruno e/ou seus cúmplices são vítimas 2 vezes, vilões 11 vezes e heróis 1 vez.

Outro aspecto interessante a respeito do uso de imagens que pode ser mencionado é o da ocorrência da prevalência do uso de personalização em publicações que lançavam mão de fotografias em plano fechado. Das 64 vezes em que esse plano é utilizado, o texto verbal conta com a personalização 53 vezes, o que corrobora a consideração de Sousa (2002) de que fotografias desse tipo estão vinculadas à valorização da expressão do objeto representado. No que tange à emoção, no entanto, esse recurso narrativo só aparece em 15 das publicações com fotos em plano fechado.

Quanto às atribuições de papéis, também vale destacar o fato de a defesa de Bruno e/ou de seus cúmplices ser delineada como heroína por 56 vezes entre as 146 publicações que apresentam algum herói. Embora 38% de ocorrência não pareça um índice alto, esse é o personagem predominante neste papel, uma vez que Bruno, que ocupa o segundo lugar neste recorte, aparece apenas 14 vezes.

Pensando na própria definição de enquadramento de conflito – que é o que prepondera na cobertura, como vimos na seção 5.4.1 –, entendemos conforme

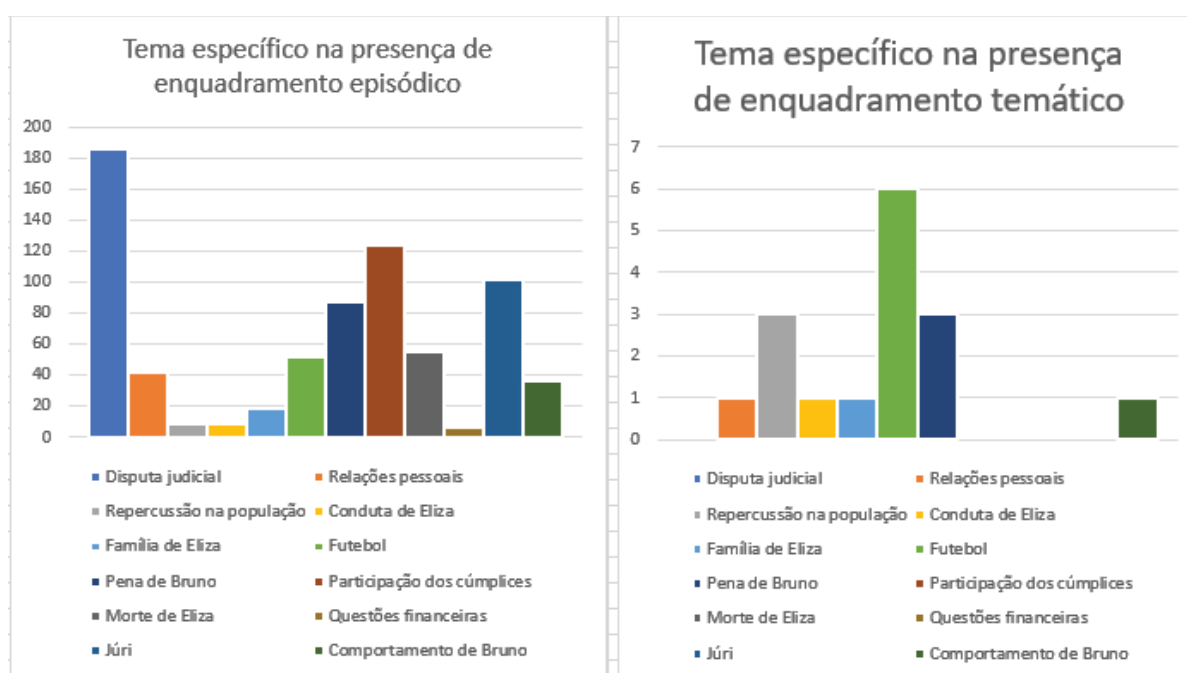
Semetko e Valkenburg (2000), que as duas partes em oposição dessa história deveriam aparecer em um número equiparável de vezes. Entretanto, a Promotora e a acusação de Bruno são retratadas como heroínas apenas 9 vezes, isso é: em 6% das publicações que apresentam qualquer herói e 1,2% do corpus total.

É interessante notar também quais são os tipos desses heróis: quando focamos exclusivamente na Promotora do caso, vemos que esta se tornou heroína em 6 momentos diferentes; dentro desses, por 4 vezes ela se fez como a heroína que defende, acima de tudo, a verdade e não necessariamente Eliza. Essa formação faz com que a narrativa esteja associando a Promotora à defesa da própria justiça.

Quando voltamos nosso olhar aos advogados de Bruno e/ou de seus cúmplices, por outro lado, vemos que são classificados como heróis quase que exclusivamente devido ao fato de defenderem os réus, de modo que a representação do herói que defende alguém está associada à defesa de Bruno em 80% das vezes.

Pensando a respeito do tema específico, notamos a prevalência da disputa judicial, tendo sido enquadrada em 25% das matérias com enquadramento episódico, o que está de acordo com a formação do enquadramento de conflito. Já quando olhamos para o enquadramento temático, obtemos as divisões de temas expostas nos Gráficos 12 e 13:

GRÁFICO 12 E 13 – RELAÇÕES ENTRE ENQUADRAMENTO DE TRATAMENTO E TEMAS ESPECÍFICOS



FONTE: A autora (2019).

Com base nessa exposição, concluímos que o macro enquadramento da cobertura do Caso Eliza Samúdio feita pelo Portal UOL foi construído sobre o conflito, tratado de forma episódica e com alta personalização, todavia apresentou baixos níveis de drama, emoção e ornamentação estilística.

Também é destacado, nessa visão geral, a prevalência do tema específico da disputa judicial. Em uma filtragem de acordo com essas características, chegamos a um total de 51 publicações. Aqui, descobrimos que Bruno e/ou seus cúmplices são representados como vítima 11 vezes, enquanto Eliza aparece dessa forma apenas 2 vezes. Curiosamente, os réus são vilões também por 11 vezes, mas Eliza não é construída dessa forma nenhuma vez.

Já os heróis apresentados são, sobretudo, do campo da defesa dos réus, tendo sido apresentada sob essa capa por 4 vezes. Além desses advogados, são apresentados como heróis: Dayanne, o delegado Edson Moreira e o detento Jailson Alves, que, em 2011, denunciou o suposto plano de Bola para assassinar a juíza do caso.

A publicação “Bruno afirma ter mentido à imprensa e acusa delegado de tentativa de extorsão”⁹⁷, de 11 de novembro de 2010, constitui-se como um exemplo desse macro enquadramento. Nela, o ex-jogador recebe um grande espaço de fala e, embora o título foque em uma atitude ruim por parte dele, há uma carga emocional⁹⁸ forte nas falas do próprio acusado, que alega que mentiu sobre a última vez que teria visto Eliza porque estava sendo ameaçado pelo delegado Edson Moreira.

Por fim, podemos afirmar que as publicações enquadradas como temáticas são bastante diferentes das episódicas. Como nos mostra o Gráfico 13 acima, o tema específico mais recorrente, tendo sido enquadrado em 38% das ocorrências de enquadramento temático, foi o futebol. Em seguida, há uma distribuição uniforme entre as demais aparições: pena de Bruno e repercussão na população são os temas específicos abordados em 19% das publicações cada um e, com 6% de ocorrências cada, temos conduta de Eliza, família de Eliza e relações pessoais.

⁹⁷ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_111110G>. Último acesso em: 7 abr. 2019.

⁹⁸ Neste ponto, é importante lembrarmos que a emoção só foi considerada presente em nossa codificação nos casos em que foi inferida pelo jornalista e não manifestada explicitamente pela fonte.

Considerando que o enquadramento temático foi tido como presente nas matérias que, de alguma forma, contemplavam discussões a respeito da violência contra mulheres, é curioso notar a existência de uma publicação com esse perfil que também levantava discussão a respeito da conduta da mulher assassinada. Trata-se de “Amiga afirma que Eliza contou ter sido xingada e agredida por Bruno e amigos”⁹⁹, de 26 de agosto de 2010.

Nessa notícia, a principal fonte é uma amiga de Eliza, que conta o histórico de agressões que a vítima vinha sofrendo por parte de Bruno. Aqui, Eliza é, de fato, retratada como vítima, e os vilões são Bruno e alguns de seus comparsas. Entretanto, o seguinte parágrafo desvia o tema da matéria e dá abertura a um possível julgamento moral:

Milena disse que conheceu Eliza já grávida – elas chegaram a morar juntas por cerca de um mês no Rio de Janeiro. Milena é estudante de direito e conta que não sabia a profissão de Eliza, mas disse que a jovem nunca tinha trabalhado como garota de programa tampouco levava homens para a casa delas. Milena confirmou que Eliza gostava muito de festa e que conhecia muitos jogadores de futebol (MILAZZO, 2010).

Ao final, retoma-se a temática da violência contra mulher por meio da argumentação da própria defesa de Bruno, que tentou adiar a audiência justificando que casos desse tipo devem ser acompanhados por advogados que representem a vítima.

Destacamos, finalmente, uma notícia que consideramos um bom exemplo da prática do jornalismo sob a perspectiva de gênero conforme defendido por Díez (2007) e Santoro (2007): “Em silêncio e mascaradas, mulheres protestam contra Bruno no Boa”¹⁰⁰, de 14 de março de 2017.

Reproduzindo a nota do grupo feminista que articulou a manifestação, a publicação traz à tona o fato de Bruno ser um feminicida e expõe o argumento das manifestantes de que a violência contra a mulher jamais deve ser banalizada, nem mesmo em nome da ressocialização de detentos. Elas demonstraram preocupação com o apoio que o goleiro vinha recebendo à ocasião de sua contratação pelo Boa Esporte, explicando que, como ele é uma pessoa pública, temiam que o retorno de Bruno aos campos poderia validar a violência contra mulheres.

⁹⁹ Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_260810>. Último acesso em: 7 abr. 2019.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://bit.ly/ESPORTE_140317D>. Último acesso em: 7 abr. 2019.

Por apresentar tão claramente o argumento de mulheres preocupadas com o fenômeno da violência de gênero, a matéria pode ser vista como política, especialmente se pensarmos no potencial questionador de seu enquadramento, que pode gerar debates a respeito de um tema que deveria sim ser tratado como de interesse público.

Tendo em vista todo o percurso de nossa pesquisa, nossa análise e nosso referencial teórico, no capítulo a seguir revisamos os principais pontos dos quais tratamos aqui e apontamos questionamentos que podem motivar trabalhos futuros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da premissa de que os crimes cometidos contra as mulheres são importantes fatos da vida pública e política que, de forma recorrente, são tratados de forma leviana pela sociedade. Com isso, investigamos qual é o tratamento dado pela mídia aos casos de feminicídio, preocupando-nos com os efeitos de uma percepção multimodal do público na construção social da realidade.

Por acreditarmos que a mídia assume um papel social nas relações humanas e por entendermos que é necessário que haja responsabilidade nas coberturas jornalísticas para que elas possam construir uma sociedade mais justa, realizamos uma revisão de literatura a respeito da construção social da realidade e buscamos entender suas interações com as questões de gênero, que são a peça fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Diante disso, optamos por realizar uma análise de enquadramento multimodal do Caso Eliza Samúdio devido ao longo período de cobertura jornalística, que noticiou, por oito anos, fatos a respeito de um crime de grande projeção nacional.

A importância da realização de um estudo longitudinal se deu pela oportunidade que tivemos de identificar possíveis mudanças dos enquadramentos noticiosos no decorrer dos anos. Um corpus de grande volume, apresentando 741 publicações, favoreceu a nossa compreensão da construção social da realidade em interação com o jornalismo, tanto por evidenciar opções intrínsecas à rotina jornalística (como a adoção da prática de republicar notícias com poucas linhas de novas informações) quanto por nos revelar a ausência de mudanças de enquadramentos mesmo em momentos propícios para isso, como no ano de sanção da lei do feminicídio.

Temos, dessa forma, a manutenção de um jornalismo a serviço de uma sociedade violenta. A ausência de enquadramentos questionadores, conforme a definição de Chaher (2007), está impressa em uma mídia que deixa de produzir conhecimento que tem potencial transformador. No caso de nossa pesquisa, seria saudável termos encontrado, nesse sentido, orientações a vítimas sobre como denunciar violência doméstica, dados claros acerca dos índices de violências cometidas diariamente contra mulheres, notícias que não permitissem questionamentos à vida pregressa de Eliza Samúdio.

Esse modo de fazer jornalístico corrobora, portanto, a percepção de Sarmiento (2017) de que os meios de comunicação legitimam a opressão feminina. Temos,

então, como nos ensinou Gadini (2007), o entendimento de que por seguir essa lógica, o jornalismo abre mão da sua função de produzir sentidos que agreguem comportamentos positivos nos espaços coletivos das sociedades contemporâneas. Pode-se constatar ainda um efeito de subversão quanto à necessidade de se evitar a relativização dessas violências: boa parte da mídia, ainda hoje, parece não apenas ir de encontro à urgente garantia dos direitos humanos femininos, mas, de certo modo, os agentes responsáveis pelo crime são retratados nas notícias como vítimas, enquanto as verdadeiras vítimas – as mulheres – sofrem com um jornalismo que parece não saber lidar propriamente com essa questão.

Consideramos grave, por conta disso, o fato de 86,5% do nosso corpus ter se concentrado na editoria de “Cotidiano”. Vemos nessa opção um risco de que o feminicídio seja normalizado, visto como um problema banal que faz parte da vida em sociedade e não como um fenômeno que decorre da violência de gênero.

Outro ponto importante demonstrado em nossa análise diz respeito à baixa presença de mulheres na redação (ou, pelo menos, realizando a cobertura do Caso Eliza Samúdio): apenas 23 entre as 741 publicações tiveram assinaturas femininas. De acordo com Craft e Wanta (2004), os textos carregam consigo, em seus enquadramentos, parte da cultura da redação e, assim como já nos explicaram Morais (2018), Sarmento (2017), e Craft e Wanta (2004), a experiência pessoal dos e das jornalistas também ajuda a compor as notícias, de modo que, para o tratamento de temas sensíveis às mulheres como é um caso de feminicídio, acreditamos que a assinatura feminina nesses textos poderia causar mudanças significativas de enquadramento.

Esperávamos encontrar um número maior de publicações com enquadramento temático, especialmente no período posterior ao ano de 2015, devido à aprovação da Lei do Feminicídio e à onda de protestos feministas que marcaram esse ano. Contudo, constatamos que o enquadramento temático se constituiu como uma exceção na cobertura, uma vez que apenas 16 matérias o mobilizaram nos 10 anos analisados e, delas, somente três foram publicadas após 2015.

Observando a distribuição do enquadramento temático ao longo do período analisado, podemos também afirmar que a renovação do movimento feminista, que tem como marco o ano de 2015, não provocou mudanças no enquadramento.

Além de examinar possíveis mudanças de enquadramento, também tínhamos como objetivo desta pesquisa compreender como eram levantadas as questões

políticas intrínsecas à violência contra mulheres na cobertura jornalística e foi justamente por meio do enquadramento temático que concluímos que há um esvaziamento dessa discussão.

Como o predomínio absoluto do enquadramento episódico nos mostra, sabemos que o fazer jornalístico, possivelmente por conta das próprias rotinas de redação, está focado nos fatos e não nas nuances que permeiam os eventos (ZELIZER, 2004).

Uma consequência do elevado índice de enquadramentos episódicos é que, assim, não há espaço para enquadramentos questionadores, que proporcionem uma contextualização adequada para que o público tenha material suficiente para não formar uma compreensão distorcida da realidade (SANTORO, 2007; CHAHER, 2007).

Destacamos também a ocorrência de conflitos de enquadramentos entre as imagens repercutidas e os textos publicados pelo Portal UOL. No período analisado, houve predominância da imagem de Bruno em gestos que remetem a sofrimento, o que não é coerente com a atribuição de papéis da narrativa, que coloca Eliza como vítima em 120 ocasiões.

Neste ponto, vale ressaltar mais uma vez que a prevalência de Eliza como vítima na narrativa não é um ponto positivo da cobertura, uma vez que estamos lidando com uma análise de enquadramento multimodal. Como já dito anteriormente, nosso resultado está voltado a uma percepção multimodal da cobertura, emulando a compreensão do leitor que a acompanhou em tempo real, experienciando a intertextualidade do jornalismo on-line.

Sendo assim, destacamos mais uma vez que é importante levarmos em conta a atribuição de papéis em conjunto com outras categorias de nosso livro de códigos, como a C12 – tema geral. Com esse recorte, concluímos que a representação de Bruno e Eliza como vítimas no enquadramento é proporcional, uma vez que o jogador é o foco de 47 das 77 matérias em que é vítima, enquanto a mulher assassinada é enquadrada como vítima 120 vezes, mas só aparece como protagonistas em 8 desses textos. Reforçamos, diante desse dado, que à Eliza foi negado o protagonismo de sua própria morte.

No processo da pesquisa, também nos deparamos diversas vezes com o impasse de acreditar que Eliza deveria ter sido tratada de forma mais pungente como vítima e o receio de que isso também poderia gerar uma possível superexposição de sua imagem, causando danos aos seus familiares e amigos. Com isso, podemos

apontar para mais uma possibilidade de se estudar a violência contra as mulheres na mídia: buscando-se agregar discussões a respeito da ética jornalística.

Vale ressaltar que outras questões de gênero também poderiam ser examinadas nesse caso. Caberia uma discussão sobre sexualidade e masculinidades para a construção de uma análise acerca das insinuações de que Bruno e Macarrão seriam um casal, as quais ocorreram em diversos momentos com o objetivo de justificar que o assassinato de Eliza poderia ter sido motivado por ciúmes.

Por fim, enfatizamos que os feminismos e suas demandas ainda têm muito espaço para conquistar na academia. Da nossa experiência de pesquisa, podemos apontar para a necessidade que o campo da comunicação volte seu olhar às questões relativas à violência de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALMEIDA, L. V. R; ANDRADE, M.M.M. A criminalização da violência contra as mulheres no Brasil: de "legítima defesa da honra" à violação dos direitos humanos. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 30, n. 2, 2017.
- ASSIS CLÍMACO, D. Fútbol, hipermasculinidad y colonialidad del poder. Reflexiones desde el asesinato de género perpetrado por el capitán del Flamengo. **Kula. Revista de antropología y ciencias sociales**, v. 6, 2012. p. 35-47.
- BANDEIRA, L. M. Prefácio. In: BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 7-13.
- _____. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Agosto 2014.
- BATESON, G. A THEORY OF PLAY AND FANTASY. In: SCHECHNER, R.; SCHUMAN, M. **Ritual, play, and performance: readings in the social sciences/theatre**. [S.l.]: Seabury Press, 1976. p. 67-73.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIROLI, F. O público e o privado. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, 2003. ISSN 49. p. 87-98
- BLAY, E. A. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BRADSHAW, P. instantaneidade: efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, J. (.). **WEBJORNALISMO – 7 Características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 111-136.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 ago. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>.

_____. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm>.

CALVERA, L. **Mujeres y feminismo en Argentina**. 1ª. ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CAMPOS, C. H. D. Violência, Crime e Segurança Pública: Feminicídio no Brasil – Uma Análise Crítico-Feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, janeiro-junho 2015. p. 103-115.

CAMPOS, C. L. O.; MELO, B. R.; SILVEIRA, T. E. F. NARRATIVAS DE UM CRIME: A PERSONIFICAÇÃO DO CRIMINOSO E DA VÍTIMA NAS TRAMAS MIDIÁTICAS. **Linguagem** (São Paulo), v. 22, 2015. p. 1-17.

CANAVILHAS, J. Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. **BOCC**, Covilhã, 2009. p. 1-17.

_____. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, J. **WEBJORNALISMO – 7 Características que marcam a diferença**. 1ª. ed. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 3-24.

CHAHER, S. Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAHER, S.; SANTORO, S. **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo con

perspectiva de gênero. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p. 95-110.

COSTA, A. A. A. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂMICAS DE UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, 2005. ISSN 2. p. 1-20.

CRAFT, S.; WANTA, W. WOMEN IN THE NEWSROOM: INFLUENCES OF FEMALES EDITOR AND REPORTERS ON THE NEWS AGENDA. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 81, n. 1, Spring 2004. p. 124-138.

DADER, J. L. Del periodista pasible, la objetividad informativa y otras confusiones en el Estanco de Noticias. **Estudios sobre el mensaje periodístico**, n. 13, 2007. p. 31-53.

D'ANGELO, P. News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. **Journal of Communication**, 2002.

DÍEZ, P. L. ¿Cómo tratan de la violencia de género los medios de comunicación? In: PLAZA, J. F.; DELGADO, C. **Género y comunicación**. 1ª. ed. Espanha: Editorial Fundamentos, 2009. p. 73-99.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, december 1993. p. 51-58.

ENTMAN, R. M.; MATTHES, J.; PELLICANO, L. Nature, Sources, and Effects of News Framing. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. In: **The Handbook of Journalism Studies**. New York: Routledge, 2009. p. 175-190.

FERNANDES, V. D. S. **Lei Maria da Penha: O Processo Penal no Caminho**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA, J. C. F. **A IMAGEM NA WEB: FOTOJORNALISMO E INTERNET**. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: [s.n.]. 2003.

Fontcuberta, M. D. **El periodismo escrito**. Barcelona: Mitre, 1986.

FRASER, N. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHAIB, S.; CORNELL, D. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.

FREITAS, S. S. **Femicídio de Eliza Samudio – uma construção midiática**. Salão UFRGS 2014: SIC – XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS. Porto Alegre: [s.n.]. 2014.

GADINI, S. L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 33, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3438>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

GEISE, S. The visual framing concepts: Definition and central ideas. In: RÖSSLER, P.; HOFFNER, C. A.; ZOONEN, L. V. **The International Encyclopedia of Media Effects**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2017. p. 1-12.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: An essay on the organization of experience**. York: Northeastern University Press, 1986.

GUIMARÃES, T. F. Os efeitos performativos das imagens de Eliza Samudio em circulação na página oficial do Boa Esporte no Facebook. **RECORTE (UNINCOR)**, v. 14, 2017. p. 1.

GURGEL, A. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32/33, jun-dez 2009. p. 193-210.

HERSCOVITZ, H. G. CARACTERÍSTICAS DOS PORTAIS BRASILEIROS DE NOTÍCIAS. **SBPJor / Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo**, Brasília, 2009.

IYENGAR, S. Framing responsibility for political issues: the case of poverty. In: **Political Behavior**, v. 12, n. 1, 1990.

IZUMINO, W. P. **Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Tese (Doutorado). 376 p.

IZUMINO, W. P.; MACDOWELL, C. S. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **E. I. A. L.**, v. 16, n. 1, 2005.

STACK, Carol. Roles sexuales y estrategias de supervivência en una comunidad negra urbana. In: JABARDO, Mercedes. **Feminismos negros: una antologia**. Madrid: Traficantes de sueños, 2012. p. 187-206

KRESS, G.; LEEUWEN, T. V. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. 2ª. ed. New York: Routledge, v. 1, 1996.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

LEITE, J. L. R.; CARBONE, M. V. S. **ANÁLISE JURÍDICO-DISCURSIVA DO CASO GOLEIRO BRUNO: DA FAMA À BARBÁRIE**. Assis: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2014-2015.

_____. **DA REFLEXÃO SOBRE CRIMES À PRODUÇÃO TEXTUAL: MÍDIA, VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**. Assis: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2014-2015.

LETE, J. L. R.; CARBONE, M. V. S. **MÍDIA, VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: O LUGAR DO CRIME NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**. Assis: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2014-2015.

LUGÃO, A. L. **JORNALISMO SENSACIONALISTA: O PROGRAMA BRASIL URGENTE EM CENA**. Brasília: UniCEUB, 2010. p. 3-31.

MACDOWELL, C. D. S. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 301, Março 2008. p. 1-38.

_____. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 89, junho 2010. p. 153-170.

MARQUES, Â. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, São Paulo, n. 21, jun 2008. p. 23-36.

MARTINS, C. Jornalismo Online: a convergência dos meios. **BOCC**, Covilhã, 2013. p. 1-15.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 16, p. 333-357, maio-agosto 2008.

MENDONÇA, F. G. **A (MÁ) INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES PELO TRIBUNAL DO JÚRI**. Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e

Contemporaneidade: Mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria: [s.n.]. 2013. p. 370-383.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. In: **RBCS**, v. 27, n. 79, junho 2012. p. 187-235.

MODIGLIANI, W. A.; MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 1, julho 1989. p. 1-37.

MONTENEGRO, M. C. Femicídio: 10,7 mil processos aguardavam decisão da Justiça em 2017. **Agência CNJ de Notícias**, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/feminicidio-cnj>>. Acesso em: 02 out. 2018.

MORAIS, A. M. **Feminização do jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018. Dissertação (Mestrado). 206 p.

MOTTA, L. G. Jornalismo e Configuração Narrativa da História do Presente. In: **e-compós**, n. 1, dezembro 2004. p. 1-26.

NOGUEIRA, C. Psicologia e construção social do gênero. **Atas de Conferência Internacional**. Porto: FPCEUP, 1999. [S.l.]: [s.n.]. p. 169-188.

NYE, A. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, A. A. **A Interferência da Mídia no Animus dos Jurados em decisões proferidas pelo Tribunal do Júri: um estudo do caso Eliza Samúdio**. Rio de Janeiro: PUC, 2013.

OLIVEIRA, M. D. F. C. **O Telejornalismo na construção dos discursos e da memória sobre o caso Eliza Samudio – dois anos depois**. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza: 2012. [s.n.]. p. 1-15.

_____. **IN MEMORIAM: Entre Dana e Eliza: Discursos, Imagens e Sentidos sobre a Mulher**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado). 246 p.

PARK, R. A história natural do jornal. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008, v. 2. p. 33-51.

PAVLIK, J. V. Ubiquidade: o 7.º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, J. **WEBJORNALISMO – 7 Características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 159-184.

PENA, F. O jornalismo literário como gênero e conceito. **Revista Contracampo**, Niterói, 2007. p. 43-58.

PETRUCCI, G. Lei do Feminicídio e reconhecimento: Discussão crítica em torno dos remédios afirmativos para a violência de gênero. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 1, n. 26, maio 2018. p. 311-322.

PINTO, C. R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 20, janeiro-abril 2012. p. 33-51.

RAGO, M. EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RODRIGUES, E. Em cada editoria um desafio diferente. In: CALDAS, Á. **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004. p. 79-93.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. V. The levels of visual framing. **Journal of Visual Literacy**, v. 30, n. 1, 2011. p. 48-65.

ROSS, K. **Gender, Politics, News: A Game of Three Sides**. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

RUBIN, G. **O Tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo**. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. JÁ SE METE A COLHER EM BRIGA DE MARIDO E MULHER. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**. São Paulo, v. 4, n. 13, 1999.

_____. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. **Gênero e cidadania**. Campinas: Unicamp, 2002. p. 59-70.

_____. Violência contra a mulher e violência de gênero, 2002b. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/248616/Viol%C3%Aancia+contra+a+mulher+e+viol%C3%Aancia+dom%C3%A9stica+H.+Saffioti.pdf>>.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2^a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTORO, S. Recomendaciones para el tratamiento de temas de violencia, niñez y deporte. In: CHAHER, S.; SANTORO, S. **Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género**. 1^a. ed. Buenos Aires: Artemisa, 2007, v. 1. p. 153-172.

SARMENTO, R. **Feminismo e deliberação**: aproximações possíveis? In: IX Encontro da ABCP. Brasília: 2014. [s.n.]. p. 1-18.

_____. **DAS SUFRAGISTAS ÀS ATIVISTAS 2.0: FEMINISMO, MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL (1921 a 2016)**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Tese (Doutorado). 211 p.

SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. LUANA, ELIZA E A LEI MARIA DA PENHA: O ACONTECIMENTO EM DISCUSSÃO. **Contemporânea**, Salvador, v. 15, n. 3, setembro-dezembro 2017. p. 842-865.

SARTI, C. A. **O início do feminismo sob a ditadura**: o que ficou escondido. In: XXI Congresso Internacional da LASA. Chicago: 1998. [s.n.]. p. 1-12.

SAVIETTO, D. **MULHERES E MÍDIA GLOBAL**: Uma análise internacional da perspectiva das mulheres sobre suas representações midiáticas. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. 180 p.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, 1999. p. 103-122.

SCOTT, J. W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 10, 1995. p. 72-99.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 1, n. 13, janeiro-abril 2005. p. 11-30.

SEMETKO, H.; VALKENBURG, P. Framing European Politics: A content analysis of press and television news. In: **Journal of Communication**, 2000.

SIESS, J. Un discours politique au féminin. Le projet d'Olympe de Gouges. **Mots. Les langages du politique**, n. 78, juillet 2005. p. 9-21.

SIMÕES, P. G.; LIMA, L. A. O CASO ELIZA SAMÚDIO COMO ACONTECIMENTO: fama, anonimato e a violência de gênero em nossa sociedade. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 1, janeiro-março 2018. p. 599-629.

SOUSA, J. P. **Fotojornalismo**: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto: BOCC, 2002.

SPONHOLZ, L. As objetividades do jornalista brasileiro. **Líbero**, São Paulo, n. 21, junho 2008. p. 69-77.

VAN GORP, B. The Constructionist Approach to Framing: Bringing Culture Back In. **Journal of Communication**, n. 57, 2007. p. 60-78.

VELOSO, S. O Nada, o Tudo. Metateatro da vida cotidiana. **Karpa: journal of theatricalities and visual culture**, v. 6, 2013. p. 156-174.

VIMIEIRO, A. C.; DANTAS, M. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Lumina**. Juiz de Fora, v. 3, n. 2, dezembro 2009. p. 1-16.

WASELFIJZ, J. J. **2010 | Anatomia dos Homicídios no Brasil**. Mapa da Violência. Brasília: 2010.

WOITOWICZ, K. J.; PEDRO, J. M. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Espaço Plural**, v. X, n. 10, julho-diciembre 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4459/445944363006/>>.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, London, p. 1-19, Dezembro 2014.

ZELIZER, B. **Taking journalism seriously**. London: Sage, 2004.

ANEXO I – LIVRO DE CÓDIGOS

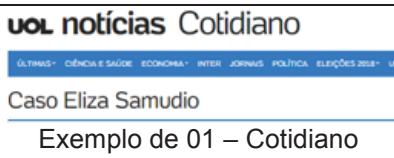
C01 LINK


C02 IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA [ID_MAT]
Cada matéria deve ser identificada pelo nome da editoria, seguido pela data da publicação (DDMMAA) e, caso haja mais de uma matéria por dia, indicar letra equivalente a sua ordem de publicação.
Assim, a 1ª notícia publicada em 26 de fevereiro de 2013 ficará: COTIDIANO_260213 e, a segunda: COTIDIANO_260213B.

C03 IDENTIFICAÇÃO DO CODIFICADOR [ID_COD]	
Anote o número referente ao nome do codificador.	
01	Gabriela
02	Pedro
03	Adônis

C04 TÍTULO DA MATÉRIA [TÍTULO]
Escreva por extenso a manchete da matéria.

C05 DATA DE PUBLICAÇÃO [DATA]
Escreva a data de publicação no formato DDMMAA, sem espaço, barra ou hífen.

CATEGORIA	C06 – Editoria
ORIENTAÇÕES	Na codificação, seleciona-se o número correspondente à editoria identificada na matéria.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 01 – Cotidiano</p>
VARIÁVEIS	01 - Cotidiano
	02 - Esporte
	03 - Notícias

CATEGORIA	C07 – Tipo de publicação
ORIENTAÇÕES	Identifica-se o tipo de texto jornalístico que corresponde à publicação.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 02 – Reportagem.</p>
VARIÁVEIS	01 – Notícia
	02 – Reportagem
	03 – Pauta fria
	04 – Outro

CATEGORIA	C08 – Dramatização
ORIENTAÇÕES	É presente nos casos em que, a informação não segue a lógica da pirâmide invertida e apresenta uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim.
EXEMPLO	“Sete anos se passaram, e Sônia Moura ainda busca o desfecho de uma história cujos detalhes chocantes foram acompanhados de perto por todo o Brasil.” Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_150317 >
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 – Presente

CATEGORIA	C09 – Emoção
ORIENTAÇÕES	Uma vez que o estado emocional de um ou mais sujeitos tenha sido descrito (ao menos mais de uma vez), ela foi considerada existente.
EXEMPLO	“Entre os parentes de Macarrão, o choro tinha tons de alívio em razão da pena imposta ao réu, reduzida em outro ano por conta da confissão, sentença que o advogado do ex-goleiro Bruno Souza, Lúcio Adolfo da Silva, considerou “um absurdo”.” Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_241112C >.
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 – Presente

CATEGORIA	C10 – Personalização
ORIENTAÇÕES	Aparece quando a história é contada com foco nos sujeitos e em suas ações. [Matérias com ATÉ 3 atores]
EXEMPLO	“O inspetor Castro, que coordenou o GRE de março de 2007 a outubro de 2009, admitiu que Bola fez parte dos treinamentos durante oito meses, mas disse que o acusado era apenas responsável pela manutenção e pela limpeza do local – apesar de as imagens mostrarem

	Bola dando ordens de comando durante o treinamento". Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_120710C >.
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 – Presente

CATEGORIA	C11 – Ornamentação estilística
ORIENTAÇÕES	Aparece quando o estilo literário é utilizado pelo jornalista, indo além da simples descrição dos acontecimentos.
EXEMPLO	“O desaparecimento de Eliza Samúdio provavelmente teria entrado para a crônica policial como mais um caso anônimo, sem corpo nem solução, se não tivesse entre os acusados um personagem que imediatamente chamou a atenção do público em todo o Brasil: Bruno de Souza Fernandes, 27 anos, o Bruno, goleiro titular e capitão da equipe principal de futebol do Flamengo do Rio.” Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_181112C >.
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 - Presente

CATEGORIA	C12 – Tema geral	
		ORIENTAÇÕES
EXEMPLO	<p>Caso Eliza Samudio</p> <p>NOTÍCIAS RELEMBRE O CASO FOTOS VÍDEOS</p> <p>Promotor diz que pode pedir acareação entre ex-caseiro e ex-motorista de Bruno COMENTE</p> <p>Carlos Eduardo Cherem Do UOL, em Contagem (MG) 19/11/2012 22h00</p> <p>Exemplo de 05 – Conflito judicial</p>	
VARIÁVEIS	01 – Descrição do Caso	01 – O crime é descrito em detalhes ou como um panorama
	02 – Foco em Bruno	02 – O personagem central da matéria é Bruno.
	03 – Foco em Eliza	03 – A personagem central da matéria é Eliza.
	04 – Foco em Bruninho/família de Eliza	
	05 – Conflito judicial	05 - O foco da narrativa é no conflito/embate entre os personagens ou atores em âmbito jurídico.
	06 – Foco nos cúmplices	

	999 – Não está claro	
--	----------------------	--

CATEGORIA	C13 – Tom
ORIENTAÇÕES	Considerando-se as aspas utilizadas, a abordagem da matéria expressa otimismo ou pessimismo.
EXEMPLO	"[...] Irmão do ex-goleiro Bruno Fernandes [...] indica onde estariam os restos mortais de Eliza Samúdio. [...] Ela desapareceu em 2010. Desde então a polícia já tentou localizar seu corpo por diversas vezes." Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_040716 >. Exemplo de 02 – Otimista
VARIÁVEIS	01 – Pessimista
	02 – Otimista
	03 – Neutro

CATEGORIA	C14 – Vítima
ORIENTAÇÕES	Uma pessoa ou grupo é prejudicada e precisa ser defendida ou age defensivamente.
EXEMPLO	Ex.: "J. acredita que foi a gravata que causou a morte de Eliza: 'que [o depoente] Neném puxou Eliza para trás, deitando de costas enquanto a sufocava; que acredita que foi este golpe o causador da morte de Eliza [...]" Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_130710C >.
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 – Presente
CATEGORIA	C14.1 – Nome da vítima
CATEGORIA	C14.2 – Tipo de vítima
ORIENTAÇÕES	
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	01 – Prejudicada financeiramente
	02 – Ferida ou morta
	03 – Aprisionada injustamente
	04 – Sofreu danos morais
	05 – Ameaçada
	06 – Outro
	07 – Sequestrada
	08 – Teve problemas de saúde


CATEGORIA	C15 – Vilão
ORIENTAÇÕES	Pessoa ou grupo responsável por problemas específicos, que cause danos a alguém.


EXEMPLO	<p>Mãe de Eliza Samudio afirma que ex-mulher do goleiro Bruno foi mentora da morte da filha </p> <p>Rayder Bragon Do UOL, em Belo Horizonte 25/06/2012 12h00</p> <p>    </p> <p> Ouvir texto  Imprimir  Comunicar erro</p> <p>A mãe de Eliza Samudio, Sônia Moura, acusou a ex-mulher do goleiro Bruno Souza, Dayanne de Souza, de ter sido a mentora, juntamente com o goleiro, da suposta morte da filha. Segundo ela, Dayanne não teria se conformado diante da possibilidade de dividir o patrimônio da família com o filho de Eliza, cuja paternidade é atribuída ao jogador. Bruno e mais sete réus vão a júri popular, ainda sem data definida, pelo sumiço de Eliza, ex-amante de Bruno.</p> 
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 – Presente
CATEGORIA	C15.1 – Nome do vilão
CATEGORIA	C15.2 – Tipo de vilão
VARIÁVEIS	01 – Agiu por interesse
	02 – Amante
	03 – Traiu amizades
	04 – Feriu ou matou alguém
	05 – Causou prejuízo financeiro
	06 – Fez ameaças
	07 – Sequestrou

CATEGORIA	C16 – Herói
ORIENTAÇÕES	Pessoa ou grupo admirado por suas qualidades nobres, que defende a vítima e/ou luta contra o vilão.
EXEMPLO	"O empresário do setor gráfico André Luiz dos Santos, 51, de Viçosa (226 km de Belo Horizonte), diz que tem prejuízo em sua empresa quando se afasta dela para defender o que chama de 'justiça para todos'. No entanto, diz ele, não 'pode' deixar de se manifestar: 'Quero justiça! Prefiro ter prejuízo!'. Disponível em: < http://bit.ly/COTIDIANO_201112 >.
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 – Presente
CATEGORIA	C16.1 – Nome do herói
CATEGORIA	C16.2 – Tipo de herói
VARIÁVEIS	01 – Salvador do time
	02 – Agiu pela integridade de Bruninho
	03 – Agiu em defesa de alguém
	04 – Beneficiou alguém financeiramente

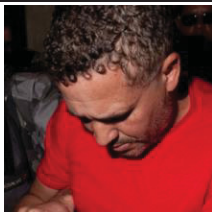
	05 – Contou a verdade
	06 – Condenou o culpado
	07 – Dedicou-se à investigação/buscas pelos restos mortais
	08 – Libertou alguém da prisão


C17 DESCRIÇÃO DA IMAGEM

CATEGORIA	C18 – Cenário
ORIENTAÇÕES	Elementos que compõem a imagem. A legenda pode ser usada para ajudar na identificação do cenário. A imagem, entretanto, é mais importante do que a legenda, assim, se a legenda contém o nome do lugar, mas a imagem apresenta somente um close que não permite visualizar o cenário, então considera-se a legenda.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 01 – Estádio de futebol.</p>
VARIÁVEIS	00 – Não identificado
	01 – Estádio de futebol
	02 – Júris, tribunais ou delegacias
	03 – Outro
	04 – Sítio/lagos/parques

CATEGORIA	C19 – Pessoa representada
ORIENTAÇÕES	Nos casos em que aparecerem mais de uma pessoa e elas não puderem ser inseridas no mesmo código (ex: mãe de Eliza e Bruno no mesmo quadro), então a opção 06 deve ser assinalada.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 03 – Advogado de Bruno ou demais envolvidos.</p>
VARIÁVEIS	00 – Não há pessoas










	01 – Eliza, Bruninho ou avós
	02 – Bruno, Macarrão, Bola ou demais envolvidos
	03 – Advogado de Bruno ou demais envolvidos
	04 – Promotoria do caso
	05 – Representante do judiciário
	06 – Cidadão comum
	07 – Grupo ou multidão
	999 – Não está claro

CATEGORIA	C20 – Ângulo da câmera
ORIENTAÇÕES	Qual é a posição da câmera em relação ao principal objeto/sujeito representado na imagem?
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 03 – Câmera alta.</p>
VARIÁVEIS	01 – Câmera baixa
	02 – Normal
	03 – Câmera alta
	999 – Não está claro

CATEGORIA	C21 – Plano da imagem
ORIENTAÇÕES	Posicionamento do objeto representado em relação ao quadro total da foto.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 01 – Plano aberto, pois permite ao leitor ter uma visão geral do cenário, mas os detalhes tendem a ser pouco discerníveis.</p>
VARIÁVEIS	01 – Plano aberto
	02 – Plano médio
	03 – Plano fechado (close)
	999 – Não está claro


CATEGORIA	C22 – Atores
-----------	---------------------

ORIENTAÇÕES	Nesta categoria, elencam-se os atores que tem maior espaço de fala na notícia, contando os atores que têm suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto (pelo jornalista). Não devem ser marcados aqui os atores que são somente citados.
EXEMPLO	<p>Presidente do Boa diz que não está "cometendo crime" ao contratar Bruno </p> <p>Do UOL, em São Paulo 12/03/2017 13h14</p> <p>    </p> <p> Ouvir texto  Imprimir  Comunicar erro</p> <p>Divulgação</p>  <p>Goleiro Bruno com camisa do Boa Esporte</p> <p>Exemplo de 03 – Futebol. Disponível em: http://bit.ly/COTIDIANO_120317B.</p>
VARIÁVEIS	00 – Ausente
	01 - Bruno, Macarrão, Bola ou demais cúmplices
	02 - Sônia de Fátima ou demais familiares
	03 – Futebol
	04 – Campo judiciário
	05 – Promotoria do Caso
	06 – Advogados de Bruno, Macarrão ou demais réus
	07 – Sociedade civil
	08 – Testemunhas
	09 – Outro

CATEGORIA	C23 – Tema específico
ORIENTAÇÕES	O subtópico que se apresenta com mais força na notícia. Ainda que possam ser identificados mais de um, deve-se marcar o mais representativo, considerando-se texto, manchete, lide e imagem.
EXEMPLO	<p>Mãe de Eliza diz que a justiça "está começando a ser feita" </p> <p>Carlos Eduardo Cherem e Rayder Bragion Do UOL, em Contagem (MG) 24/11/2012 00h50</p> <p>    </p> <p> Ouvir texto  Imprimir  Comunicar erro</p> <p>Sônia de Fátima Moura, mãe de Eliza Samudio, disse, após a divulgação das sentenças de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, e Fernanda Castro, ex-amante do ex-goleiro Bruno Souza, que a justiça "está começando a ser feita".</p> <p>Exemplo de 05 – Família de Eliza</p>
VARIÁVEIS	01 – Disputa judicial
	02 – Relações pessoais
	03 – Repercussão na população
	04 – Conduta de Eliza

	05 – Família de Eliza
	06 – Futebol
	07 – Pena de Bruno
	08 – Participação dos cúmplices
	09 – Morte de Eliza
	10 – Questões financeiras
	11 – Júri
	12 – Comportamento de Bruno

CATEGORIA	C24 – Enquadramento de tratamento
ORIENTAÇÕES	Diz de matérias que tratam do Caso Eliza especificamente, sem fazer relações com a problemática estrutural da violência contra a mulher. Ou apresenta o panorama social.
EXEMPLO	<p>"Cavalcante disse que a pretensão deverá ser colocada em prática se o júri popular não for marcado para esse ano. 'Tomara que o júri popular seja marcado ainda para esse ano. Porque senão, quem vai ser a maior testemunha contra ele (goleiro Bruno) será o filho dele, o Bruninho. Porque o Bruninho recorda de tudo que ocorreu', afirmou Cavalcante, apesar de a criança ter à época pouco mais de quatro meses de vida."</p> <p>Exemplo de 02 - Enquadramento temático: Disponível em: <http://bit.ly/COTIDIANO_280612></p>
VARIÁVEIS	01 – Episódico
	02 – Temático.

CATEGORIA	C25 – Enquadramento prévio	
ORIENTAÇÕES	São enquadramentos pré-definidos, recorrentes no noticiário. São encontrados a partir das perguntas elaboradas por Semetko e Valkenburg (2000).	
EXEMPLO	<p>08/07/2010 - 09h:14</p> <p>Ainda à venda, uniforme de Bruno 'emperra' nas lojas do Rio de Janeiro</p> <p>Raphael Raposo No Rio de Janeiro</p> <p>Recomendar 0</p> <p>A situação delicada em que se envolveu Bruno fez com que o goleiro não só perdesse espaço no clube da Gávea como também no coração dos torcedores do Flamengo. Nesta quinta-feira, ele teve o seu contrato rescindido e o seu prestígio quase unânime entre os admiradores do Rubro-Negro está para ruir.</p> 	
VARIÁVEIS	01 – Conflito	<p>01- A matéria transparece discordâncias entre partes (indivíduos ou grupos)?</p> <p>02- Alguma das partes expressa</p>

		reprovação em relação à outra? 03- A matéria apresenta os dois lados (ou mais) de uma mesma história/um mesmo problema? 04- Faz-se distinção entre perdedores ou vencedores?
	02 – Interesse humano	01- A matéria oferece um lado humano para o problema? 02- O texto utiliza adjetivos ou floreios que gerem sentimentos de ultraje, empatia, simpatia ou compaixão? 03- Enfatiza-se como indivíduos e/ou grupos são afetados pelo problema? 04- A matéria se envereda pela vida privada dos atores? 05- Contém informação visual que gere sentimentos de ultraje, empatia, simpatia ou compaixão?
	03 – Consequências econômicas	01- Faz-se menção a perdas ou ganhos financeiros presentes ou futuros? 02- Expõe-se os custos envolvidos? 03- A matéria faz referência às consequências financeiras que estejam sendo buscadas (ou não) por alguma das partes no acontecimento em questão?

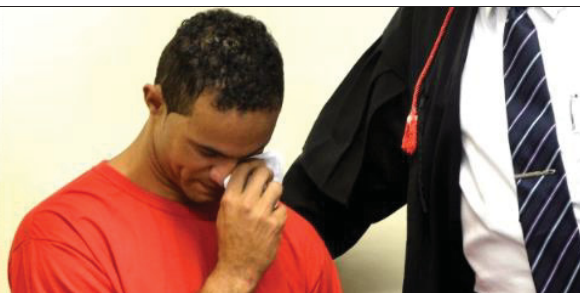
	04 – Moralidade	01- A matéria contém alguma lição de moral? 02- Faz-se referência à moralidade, Deus, ou outros tipos de crenças religiosas? 03- A matéria oferece algum tipo de recomendação de comportamento baseada na moral?
	05 – Atribuição de responsabilidade	01- Sugere-se que o governo/alguma autoridade (juíza, delegado, promotoria...) tem, em alguma medida, a capacidade de cessar o problema? 02- A matéria responsabiliza o governo ou algum indivíduo pelo acontecimento? 03- Há sugestões para solucionar o problema? 04- Sugere-se que algum grupo da sociedade civil organizada é responsável pelo problema? 05- A matéria determina que o problema requer tratamento urgente?

CATEGORIA	C26 – Autoria
VARIÁVEIS	00 – Redação
	01 – Homem
	02 – Mulher
	0102 – Quando há mais de um autor e a quantidade de homens e mulheres é igualitária

ANEXO II – IMAGENS RECORRENTES COM DESCRIÇÕES

DESCRIÇÃO	FOTOS
<p>Olhando para baixo, Bruno chora e enxuga as lágrimas com um lenço, tampando quase todo o seu rosto.</p>	
<p>De boné e jaqueta preta, Bruno olha para o lado com o rosto sério, ao seu lado está Macarrão com expressão assustada. Eles parecem estar dentro de um camburão.</p>	
<p>Bruno caminha com cara fechada entre seu advogado Lúcio Adolfo e sua esposa Ingrid. Tanto o advogado quanto a mulher sorriem orgulhosos, altivos. Atrás deles há um painel com um desenho de um palhaço que, somado à expressão de Bruno, dá um tom sinistro à cena</p>	
<p>Bruno, com uma expressão dissimulada, caminha entre muitas pessoas. Um homem parece tentar protegê-lo do assédio dos repórteres e fotógrafos.</p>	
<p>Vestido com uma camisa preta, Sérgio passa o braço sobre os ombros de uma mulher. Tristes, os dois choram.</p>	

Olhando para baixo, Bruno chora e enxuga as lágrimas com um lenço, tampando quase todo o seu rosto. Um homem vestindo toga "passa" por trás dele, de modo que a imagem faz parecer que o homem o consola, colocando a mão em seu ombro.



Bruno veste o uniforme do Boa Esporte e o exibe, segurando-o, aparentemente fazendo pose



Bruno aparece contente, de uniforme, abraçado com seu advogado e os irmãos diretores do Boa Esporte; todos estão sorridentes.



Sérgio, vestindo o uniforme da Suapi, ostenta um olhar baixo e parece desolado. Suas mãos estão aparentemente algemadas e um homem que parece portar um distintivo o conduz. Atrás deles, um "câmera" registra a situação.



Bruno, de vermelho, sai do juizado sorrindo e sendo conduzido por policiais, todos sérios



Close no rosto de Bruno, que morde a lateral da boca e chora, escorrendo lágrimas pelo seu rosto. Apesar de as lágrimas evocarem tristeza, pela mordida na boca ele parece mais nervoso/tenso do que triste.



Bruno e Macarrão chegam de avião e caminham cercados de várias pessoas; entre elas, policiais. Ao fundo, há um veículo da TAM.

